

FERNANDO VOJNIAK

“ILUMINAR A INTELIGÊNCIA E EDUCAR A AFETIVIDADE”:

Uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense

(1950 -1970)

FLORIANÓPOLIS

2004

FERNANDO VOJNIAK

“ILUMINAR A INTELIGÊNCIA E EDUCAR A AFETIVIDADE”:

Uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense

(1950 -1970)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História Cultural.

Programa de Pós-Graduação em História,

Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis, fevereiro de 2004

FERNANDO VOJNIAK

“ILUMINAR A INTELIGÊNCIA E EDUCAR A AFETIVIDADE”: UMA HISTÓRIA DO
GÊNERO MASCULINO NO OESTE CATARINENSE (1950 – 1970)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora: Profa. Cristina Scheibe Wolff
Departamento de História, UFSC

Profa. Maria Teresa Santos Cunha
Departamento de Estudos Geo-Históricos, UDESC

Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Maria Bernardete Ramos (Suplente)
Departamento de História, UFSC

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2004

A Lidovina e Silvestre

Agradecimentos

*Nosso tesouro está onde estão as colméias do
nosso conhecimento
(F. Nietzsche, 1887)*

Gostaria de registrar os meus agradecimentos às pessoas que de forma muito gentil contribuíram, incentivaram e me apoiaram na feitura deste trabalho e foram fundamentais para a sua realização.

Cristina Sheibe Wolff me acolheu com muito carinho na Universidade Federal de Santa Catarina. A energia com que encara os desafios ensinou-me muito durante esse tempo em que tive o privilégio de contar com sua meticulosa orientação. Seus cursos no Programa de Pós-Graduação e suas intervenções nas reuniões do Laboratório de História Social foram decisivos quanto aos caminhos que escolhi durante o mestrado.

Juçara Wolff me apoiou desde os tempos da graduação para que aquilo que era apenas especulação se tornasse uma idéia concreta. Suas interferências instigantes e provocadoras e a sua alegria foram fundamentais para construir o projeto desta pesquisa. Como ela, também contribuíram Elisa Paim, Augusto da Silva, Alceu Werlang, Beatriz Dmitruk, Arlene Renk, Wilson Cabral, Monica Hass e Claiton da Silva.

Joana Maria Pedro, com a sua experiência e rigorosidade flagrantes nas reuniões e projetos do GT de Gênero e nos cursos do Programa de Pós-Graduação que tive o prazer de participar, também foi fundamental. Agradeço a Durval Muniz de Albuquerque Júnior por sua atenção na leitura de alguns de meus escritos ainda bastante imprecisos durante o “V Encontro Internacional Fazendo Gênero”. Com seus argumentos bastante contundentes, foi muito importante, principalmente na reta final desta pesquisa, quando foi paciente em acompanhar a conclusão deste trabalho. Também devo agradecer não só pelas arguições profícuas de Maria Teresa Santos Cunha e Maria Bernardete Ramos durante a qualificação deste trabalho, como pela simpatia e pela irreverência afável de Maria Teresa e pela delicadeza de Maria Bernardete.

Marlon Salomon com seu “rigor historiográfico” não só me ensinou questões sobre história, mas também sobre a vida. A exemplo de Marlon, Marcos Schuh e Gláucia Costa tornaram os dias mais alegres em Florianópolis, porém, não menos calóricos.

Agradeço a Antônio Luiz por ajudar-me na revisão final, a Jorge e Joce pela contribuição na transcrição das entrevistas orais, à Josiane, Denise e todo o pessoal do CEOM e aos entrevistados Euclides, Paulo, Oracilio, Gabriel, Euclides Basso, D. Ilse, Ernesto e Odilon; fantásticas histórias de vida!

Muitas pessoas, amigos e familiares, mesmo que às vezes à distância, foram decisivos no decurso desta pesquisa: Silvestre e Lidovina, meus pais, sempre muito carinhosos, me

transmitiram segurança e tranquilidade; Rodrigo, meu irmão, se mostrou bastante atencioso; ainda, agradeço aos amigos Adriano Larentes da Silva, Alessandro Legramanti, Fernanda Meneguel, Carlos Campos, Herman (Nico), Tiago Breunig, Diego, Daniel, Caco e Marcon.

Finalmente, agradeço a bolsa concedida pela CAPES.

Sumário

Resumo, 08

Abstract, 09

Introdução, 10

I. Imagens da mudança: percepções e problematizações do gênero masculino, 23

São Miguel de Guido Wilmar Sassi: Percepções sobre o gênero masculino na literatura, **23**

Dos coronéis do “Far west” aos “homens progressistas”: quando a “terra de ninguém” é transformada em “terra de trabalho”, **41**

II. “Iluminar a inteligência e educar a afetividade”: investimentos em novos modelos de masculinidade, 73

A educação no contexto da constituição do Oeste Catarinense, **73**

A [re]invenção do Oeste e a [re]invenção do gênero masculino, **84**

O Colégio São Francisco: educação do gênero masculino, **98**

III. Mocidade, metáfora do progresso, 116

Juventude como esperança e redenção, **118**

Juventude [transviada] como ameaça ao progresso, **129**

Diversidade, subjetividade e resistência, **137**

Considerações finais, 153

Fontes, 157

Resumo

VOJNIAK, Fernando. **“Iluminar a inteligência e educar a afetividade”: uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense – 1950/1970.** Florianópolis, 2004, 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Cristina Scheibe Wolff

Defesa: 17/02/2004

Este trabalho trata da história de problematizações do gênero masculino no Oeste Catarinense nas décadas de 1950 e 1960. Em meados do século XX esta região estava associada a uma imagem de lugar “não civilizado”, violento, carente da presença do poder público, “fora da lei” e de forte presença de “coronéis” e “caudilhos”. Neste momento, um conjunto de enunciados, temas e conceitos procuraram constituir-la sob uma outra imagem: uma região progressista, civilizada e com uma população trabalhadora e igualmente progressista e civilizada. Neste quadro, o masculino mostra-se bastante representativo, pois, a partir dos discursos estudados, parecia ser necessário definir um modelo de masculinidade adequado ao ideal de civilização que se pretendia implantar e, ao mesmo tempo, que contribuísse para tal implantação. Portanto este trabalho analisa, a partir de pesquisas em jornais impressos, textos históricos, literários e memorialísticos e através de pesquisa oral e iconográfica as imagens, os temas, os enunciados e os conceitos que construíram o gênero masculino na região e o tornam representativo e constitutivo desta nova realidade do Oeste Catarinense.

Palavras-chave – Gênero; Masculinidades; Oeste Catarinense; História.

Abstract

This work approaches the history of male gender's questioning in the west of state of Santa Catarina during the period of the fifties and the sixties. In the middle of the twentieth century, the west region was connected to a image of not-civilized and violent place. There was not public power, but colonels and 'caudilhos'. At that moment, a group of conceptions were able to present a different image of the west region, the image of a progressive and civilized region which had been constituted by hard workers, civilized and progressive people. The 'male' was very representative in that scene, and it was necessary to be constructed a masculinity pattern had to contribute to its implantation. This work tries to analyze, through a vast and varied research, the conceptions that were constructed in the west region of Santa Catarina and made this gender representative and constitutive of the new reality in the west of the state.

Key words – Gender; Masculinity; West of state of Santa Catarina; History.

Introdução

*A uma civilização que elimina as diferenças, a história
deve restituir o sentido perdido das particularidades.*

(Philippe Áries, 1989)

A região para a qual se volta esta pesquisa foi generalizada sob o termo Oeste Catarinense na metade do século XX. Naquele momento, uma série de enunciados, temas e conceitos procuraram constituir-la como uma região progressista, opulenta em recursos naturais e extensão geográfica e com uma população trabalhadora, civilizada e igualmente progressista. Justamente em oposição a uma imagem que parecia estar se consolidando desde o final do século XIX, ou seja, de uma região violenta, incivilizada e abandonada pelos poderes públicos. Na constituição do ideal de civilização no Oeste Catarinense, o masculino parece bastante

representativo. Parecia ser primordial e necessário definir um modelo de masculinidade adequado ao processo civilizador que se ia implantando. Neste sentido, constitui-se como objetivo principal deste trabalho analisar as imagens, os temas, enunciados e conceitos que constituem o gênero masculino e o tornam representante desta nova realidade no discurso do ideal de civilização e progresso da Região Oeste Catarinense.

Principalmente por ser uma região localizada no interior de uma disputa territorial internacional e interprovincial/interestadual, caracterizando-se, assim, como território de fronteiras, os conflitos se sobressaem como acontecimentos marcantes e fundamentais para a compreensão da história do território em questão. Seu caráter lindeiro, que tomava forma na medida em que as questões de limites eram problematizadas, animou, sobretudo nos últimos 150 anos, diversos conflitos territoriais, políticos, étnicos e religiosos que são de fundamental importância para o entendimento de suas definições e redefinições. A redefinição desta região sob o termo Oeste Catarinense – surgido no final da década de 1920 – envolve muito mais questões do que a da simples definição de um espaço geográfico que tem localizadas, em um mapa, as suas fronteiras e a sua extensão ou que se localiza na direção do ponto cardeal em que o Sol se põe; envolve, sobretudo, questões étnicas, econômicas, políticas, comportamentais, religiosas, educacionais, culturais e de gênero. Neste sentido, são necessários alguns apontamentos contextuais iniciais.

O problema de ocupação do espaço na região é uma constante durante quase todo o século XIX e primeira metade do século XX, principalmente como uma estratégia de garantia de domínio sobre o território, afinal a indefinição dos limites entre Brasil e Argentina, que durou até fins do século XIX, motivou constantes incursões daquele país aos Campos de Palmas em

busca do mate (erva-mate / *ilex-paraguariensis*) e da madeira, cuja comercialização com escoamento através do rio Uruguai se mostrava promissora.

As últimas três décadas do século XIX são marcadas pelo cerco aos Índios Kaingang, com a grilagem de terras e redução dos índios nos chamados Toldos; pelo crescimento da população, especialmente de uma população “mestiça”, comumente denominada de cabocla; e pela invariante tentativa de ocupação efetiva do espaço no intuito de preencher o suposto “vazio demográfico” e proteger a fronteira contra o avanço da Argentina. Quando a questão de limites entre Brasil e Argentina é finalmente decidida em 1895, com a intervenção do presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland em favor do Brasil, as querelas sobre os limites entre Santa Catarina e Paraná ainda não se encontravam resolvidas.

Quanto à disputa entre os dois estados, Carlos Humberto P. Corrêa aponta que:

Sem que os caminhos administrativos e legislativos oferecessem solução para o caso, em 1896 o governo catarinense entrou junto ao Supremo Tribunal Federal com Ação judiciária contra o estado do Paraná. Em 1904, o Supremo deu ganho de causa a Santa Catarina, tendo aquele Estado se recusado a cumprir a sentença. Cinco anos depois, nova decisão do Supremo Tribunal em favor de Santa Catarina e, no ano seguinte, pela terceira vez, aquela alta corte deu ganho de causa, mais uma vez, aos catarinenses.¹

Essa disputa “diplomática” ocorre em meio a concessões de grandes áreas de terra, numa tentativa de ocupação efetiva do solo. O governo imperial em 1889 concede à estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (mais tarde transferida à Brazil Railway Company) uma

¹ CORRÊA, Carlos Humberto P. *Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003, p. 166-7.

extensão de terra de 30 quilômetros ao longo da estrada, sendo que, após reavaliação, o governo republicano diminui de 30 para 15 quilômetros de largura – mas mesmo assim, essas concessões constituíram-se como fator de acirramento entre os “posseiros” e a Brasil Railway Company, pois o número de expropriações, principalmente entre os “caboclos” que ali habitavam, foi bastante grande e tornou-se um dos pivôs do movimento do Contestado (1912-1916).² Após a passagem de competência da questão fundiária aos estados, a questão foi revista pelo Paraná, o qual verificou não ser possível cumprir toda a concessão ao longo da ferrovia, pois já havia títulos expedidos na área, levando aquele estado a titular a empresa norte-americana em outras áreas, sobretudo a oeste do que atualmente constitui o estado de Santa Catarina.³ Analisando a legislação fundiária paranaense, Arlene Renk verifica um impulso para a ocupação efetiva da região em contestação que culminará em uma série de leis visando à colonização, em pequenas áreas, com o cultivo em trabalho familiar.⁴

Após o término da Guerra do Contestado em 1916, Paraná e Santa Catarina acordam os limites definitivos entre os dois estados em 1917 e neste mesmo ano o estado de Santa Catarina trata de assegurar a incorporação da área do “ex-Contestado” através da criação de quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (depois Joaçaba) e Chapecó. É a partir deste momento que se intensificam os investimentos do estado de Santa Catarina na colonização do “ex-Contestado”, através da venda de pequenas parcelas para a colonização e na revalidação

² A chamada “Guerra do Contestado” (1912-1916) é resultado de uma somatória de múltiplos fatores: além das concessões de terra, a cobrança de impostos, a penetração das relações capitalistas no campo, a expulsão de moradores da terra e questões messiânicas e religiosas. De um lado estavam os “caboclos” que viviam há um bom tempo na região – muitos sem documentação da terra que ocupavam; de outro, alguns fazendeiros interessados na expulsão dos “caboclos” da área e a companhia construtora da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande Brazil Railway Company, que mantinha também uma grande indústria madeireira apoiados pelo exército e por milícias particulares. Existe uma extensa bibliografia sobre o conflito, entre cujas referências podem ser consultadas: GALLO, Ivone Cecília D’Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999; SERPA, Élio. *A guerra do contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999; e QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social. A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981 (Coleção Ensaios, 23).

³ RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 42.

⁴ Id.

das áreas concedidas à Brazil Development, subsidiária da Brazil Railway, a qual delegou a outras empresas colonizadoras os seus compromissos de demarcação de lotes para colonização e os trabalhos de infra-estrutura dos mesmos.⁵ Várias empresas dedicadas à demarcação e venda de lotes para a colonização, denominadas de Companhias Colonizadoras, serão instaladas durante as décadas de 1920, 1930 e 1940. Segundo Renk, a colonização efetiva da região ocorre a partir da conjugação de vários fatores que concorrem ao empreendimento:

De um lado, o Governo do Estado de Santa Catarina, estava interessado em ocupar o “vazio”, incorporando a área ao próprio Estado e criando condições favoráveis para isto. O “lucro” dessa medida poderia ser direto ou indireto. O direto seria aquele decorrente da remuneração paga pelas terras, não sendo questionado se o montante estipulado e pago era justo. O rendimento indireto estava nos encargos assumidos pelas empresas colonizadoras em abrirem estradas, mantê-las, mesmo que para isso fossem remuneradas com terras, mas desobrigando o Tesouro em ressarcir as despesas efetuadas. Some-se a isso a possibilidade de arrecadação de impostos, a curto e longo prazos, e os dividendos políticos que poderiam ser auferidos se os empreendimentos obtivessem êxito. (...)

De outro lado, a acumulação de capital financeiro por empresários sul-riograndenses, que ampliaram seus empreendimentos comerciais, agora também oferecem terras para revenda aos colonos.⁶

Há ainda outros fatores que são levantados pelos autores que tratam da colonização da região como: a escassez de terra nas chamadas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul – Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Sananduva, Veranópolis, Nova Prata e outras – deixando intocada a grande propriedade; a fragmentação da propriedade; e a existência de terras acidentadas. Isto levava as novas gerações, descendentes de imigrantes, a partirem em busca de novas terras nas novas áreas de colonização no estado de Santa Catarina, sendo que, em contrapartida, as

⁵ Ibid., p. 44-5.

⁶ Ibid., p. 45-6.

estratégias e propagandas empregadas pelas Companhias Colonizadoras para atrair esses colonos não foram poucas.⁷

A colonização da região ampara-se na ideologia de colonização européia no país, tendo como modelo o descendente de europeu vindo das “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul. Se considerarmos que as teorias evolucionistas e eugenistas ainda se encontravam fortalecidas nos anos vinte, podemos supor o “branqueamento” da população, mesmo que de forma implícita, como uma provável justificativa da preferência de descendentes de europeus no projeto colonizador da região, conseqüentemente excluindo o elemento “caboclo”. Mas, se a população não “branqueou”, como previam alguns intelectuais como Roquete-Pinto⁸, pode-se dizer que “branquearam” a história, os monumentos, a propriedade, as riquezas e o poder político, tanto no Brasil como no Oeste Catarinense. Não obstante, a justificativa mais aparente deste projeto é a da civilização. A imagem do “colono trabalhador”, “construtor do progresso e da civilização” é agenciada no projeto civilizador da região em questão, o que não difere muito das justificativas dos projetos de colonização do século XIX. Segundo Renk, antes da chegada dessas “desejadas gentes” para a colonização, era necessário superar alguns obstáculos como a associação da área à imagem de caos – sendo que a debelação do Contestado teria sido a vitória sobre uma situação caótica – e ao “caudilhismo”.⁹

⁷ Ver, por exemplo, RENK, op. cit.; WERLANG, A. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina: a atuação da CIA. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, a. 13, n. 11, 1999, p. 11-52.

⁸ Apesar de Edgar Roquete-Pinto, diretor do Museu Nacional e presidente do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, mostrar-se contrário a uma política eugenista radical, defendida pela maioria dos participantes do Congresso, apresentava prognósticos de uma população cada vez mais branca. Sobre o diretor do Museu Nacional Roquete-Pinto e demais questões sobre eugenia, “branqueamento da população” e as teorias eugenistas que marcaram o período que vai de 1870 a 1930 no Brasil, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Principalmente o capítulo 3 sobre “os museus etnográficos brasileiros” (p. 67-100).

⁹ RENK, op. cit., p. 49.

Mas é a partir do final dos anos 40 e durante as décadas de 50 e 60 do século XX que o discurso da civilização, agora com uma ênfase maior na necessidade do progresso, em oposição a uma imagem de “terra de ninguém”, de “banditismo” e de “caudilhismo”, parece mais visível e dizível. Neste momento se efetiva a constituição do recorte regional Oeste Catarinense como “terra do trabalho” ou “celeiro do sul do país”, juntamente com um discurso que procura forjar novas identidades de gênero e novas formas de definição e redefinição do ser homem e do ser mulher no contexto da própria produção do Oeste Catarinense. Assim, essas são questões fundamentais para compreender o “processo civilizador” da região.¹⁰ O Oeste Catarinense é constituído neste momento como terra civilizada e progressista e, como parte constituinte desta imagem, os homens serão descritos como progressistas, viris, pragmáticos, racionais e objetivos, de acordo com os novos contornos que a região recebia.

Por isso, este trabalho procurou não tomar a região como um local já dado, definido *a priori*, preexistente, tampouco a-histórico ou intemporal. Da mesma forma, não procuramos entender as identidades de gênero como contínuas ou dotadas de uma essência ou uma natureza ou, ainda, dentro da idéia da existência de uma “psique feminina” em oposição a uma “psique masculina”, de experiências assimétricas de um “eu masculino” – racional, pragmático e utilitário – e um “eu feminino” – irracional, sentimental, fantasioso – como o fizeram alguns

¹⁰ “O Processo Civilizador” de Norbert Elias, sobretudo o primeiro volume, ajuda-nos a refletir sobre os costumes e os comportamentos do homem ocidental e as mudanças ocorridas principalmente desde o período medievo feudal. São questões que nos ajudam a pensar o conceito de “civilização” no nível, por exemplo, da tecnologia, do tipo de maneiras, das idéias religiosas, costumes e funções corporais. É importante salientar que tratamos de outro espaço e de outra época, não obstante as relações com a experiência de Elias serem importantes para a compreensão do ideal de civilização no Oeste Catarinense. ELIAS, N. *O processo civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

autores que trazem em seus trabalhos o discurso vitimário, masculinista ou o discurso da psicologização.¹¹

Ao contrário de uma análise essencialista, é importante historicizar as condições de naturalização e constituição dos espaços e das experiências de homens, mulheres e jovens. Neste sentido, esta pesquisa trabalha com a categoria de análise “gênero”. Uma categoria que nasceu dos estudos feministas e que ampliou as possibilidades de estudo da constituição histórico-cultural de homens e mulheres e de suas diferenças.¹² Além disso, o gênero como diferença dentro da diferença, pressupõe uma “correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça”.¹³ Assim o gênero enquanto categoria relacional, não só porque o masculino e o feminino se constituem de forma relacional, mas também porque o próprio gênero se constitui também em relação a categorias como classe, etnia e geração, por exemplo, possibilita uma análise da constituição histórica

¹¹ Pedro Paulo de Oliveira oferece um importante estudo sobre autores que discutiram a masculinidade a partir do discurso da psicologização e do discurso vitimário. OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998. Natacha Ordioni fala do discurso masculinista / masculinismo também como um discurso presente nas propostas de intervenções nos fóruns de discussões feministas na França, sendo que “le masculinisme s'incarnerait au sein d'un véritable lobby, mettant en oeuvre une action construite et délibérée de reproduction du pouvoir et de la domination masculines” (ORDIONI, N. *Les discours masculiniste dans les forums de discussion [on Line]* Disponível na internet via http://sisyphe.org/article.php3?id_article=271 Arquivo capturado em 20 mar. 2003. Tradução livre: “o masculinismo se encarna no seio de um verdadeiro lobby, mobilizando uma ação construída e deliberada de reprodução do poder e da dominação masculinos.” Importante ver também a introdução de *Nordestino: uma invenção do falo*, onde o autor, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, faz uma ótima reflexão a respeito de uma historiografia de inspiração psicanalítica e da historiografia das mulheres, dos excluídos, da sexualidade e do gênero inspirada no marxismo, em que boa parte dos autores ligados a essas correntes fazem da “experiência social de ser mulher ou de ser homem duas homogeneidades antitéticas e trans-históricas, enfatizando apenas as semelhanças internas a cada experiência e suas diferenças externas.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo* – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 21/2)

¹² Ver por exemplo: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5 – 22, jul/dez. 1990 e SCOTT, J. “Experiência”. In: SILVA, Alcione L. da, LAGO, Mara C. de Souza e RAMOS, Tânia R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p.p. 21-55.

¹³ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 88.

dos homens no Oeste Catarinense não só numa perspectiva de inter-relação, mas também numa perspectiva de relação com as mulheres, com os jovens, com os grupos étnicos, com as classes sociais, etc.

Destarte, este trabalho buscou elucidar aspectos de uma história dos homens, não enquanto espécie que atuou como representante da história e da memória da sociedade, mas como gênero masculino que possui uma história específica, como na paráfrase de uma conhecida frase de Paul Veyne feita por Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “se tudo é história dos homens, logo ela não existe”.¹⁴

Portanto, quais são os discursos e estratégias que atuaram na construção e generalização do Oeste Catarinense nas décadas de 1950 e 1960? Quais são os investimentos na organização e reorganização das identidades masculinas na região neste período? Quais são as estratégias de construção e reconstrução de modelos de masculinidade no Oeste Catarinense? Em contrapartida, quais são as táticas empregadas pelos homens no seu cotidiano para se relacionar com tais estratégias? Essas são algumas questões que motivaram esta pesquisa.¹⁵

É difícil reduzirmos os habitantes da atual Região Oeste Catarinense a uma única identidade regional, visto que a diversidade étnica local felizmente o impede, mas se “caminharmos” conforme o nível da imagem historicamente divulgada pelo discurso do ideal de civilização, do progresso e da constituição do Oeste Catarinense, sobretudo a partir dos anos 50, verificaremos uma identidade regional reduzida ao “braço forte” dos “colonos”

¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Op. Cit.* p. 21. ver também VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed da UNB, 1982.

¹⁵ A partir de Michel de Certeau, entendo a estratégia como o “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” e a tática como “a arte do fraco”, as astúcias e artimanhas que, ao contrário da estratégia, não têm lugar próprio e são determinadas pela ausência de poder, possibilitando uma ação e um movimento no “terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. (CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 97-102.)

descendentes de “italianos” e “alemães”, com uma forte ênfase no masculino e no ideal de trabalho como um dos principais valores. Portanto, este trabalho pretendeu justamente estudar o conjunto de experiências, práticas e discursos que procuraram homogeneizar essa imagem constituída como sendo própria à região.

Esta pesquisa trabalhou, concomitantemente, a história das estratégias e dos discursos, em parte centrados na idéia do progresso e da civilização da região, que mapearam e reorganizaram o ser homem no Oeste Catarinense, no nível das ações e investimentos em uma nova identidade masculina como tentativa de disciplinar o ser homem no Oeste Catarinense.

Esta pesquisa foi produzida, metodologicamente, em dois níveis elementares. Por um lado, procurou estabelecer uma série de documentos convergentes nas suas considerações sobre o objeto em questão, ou seja, na esfera dos discursos que tentaram mapear, produzir e disciplinar o ser homem no momento em que a própria região ganhava forma e visibilidade. Por outro lado, procurou analisar também as formas pelas quais esses homens se relacionaram com esses “códigos disciplinares”. Para tanto, foram realizadas pesquisas em jornais – principalmente os hebdomadários “A Voz de Chapecó”, “O Imparcial” e “Folha D’Oeste” – textos históricos, textos literários, textos memorialísticos, anais, álbuns comemorativos, além da realização de pesquisa iconográfica, analisando fotografias e imagens, e de entrevistas orais.¹⁶

O primeiro capítulo pretende recuperar, através da literatura, um conjunto de mudanças, principalmente mudanças de sensibilidade masculina, visíveis e dizíveis a partir dos anos 50, e analisar como essas mudanças foram tematizadas também pela imprensa e outros textos históricos. De um lado, essas mudanças apontavam para o gradativo

¹⁶ As entrevistas orais gravadas em fita cassete encontram-se transcritas e disponíveis no Laboratório de História Oral da UFSC e no Arquivo de História Oral do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina).

desaparecimento de relações “caudilhistas” e “coronelistas”, nas quais a figura masculina parece ser central. De outro lado, começa neste momento a tomar forma um discurso em que um conjunto de enunciados, conceitos e imagens apontam para a necessidade da civilização e do progresso, em oposição às décadas imediatamente anteriores descritas enquanto um período de violência, incivilidade e atraso. Esse discurso procurava construir a necessidade de um homem voltado ao progresso, ao novo, ao “moderno”.

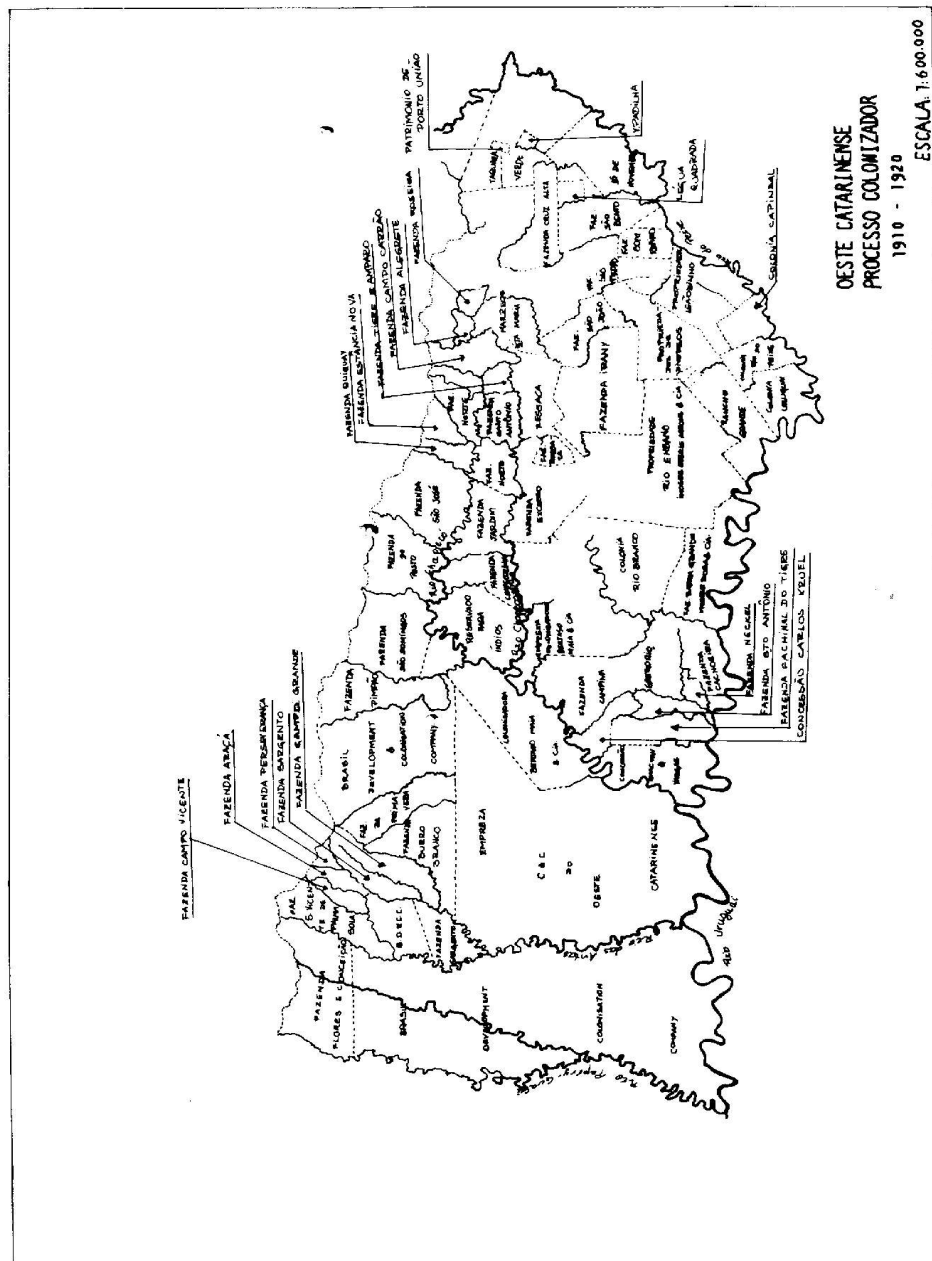
O segundo capítulo busca o entendimento da constituição da necessidade da educação no contexto da construção do progresso e dos enunciados de que a região estava abandonada pelos poderes públicos – o que faz a elite local e as autoridades políticas se mobilizem na construção de escolas e no investimento em uma nova identidade masculina sintonizada com o ideal do progresso. Neste período é que surgem os Colégios Maristas na região, como o Colégio Marista São Francisco em Chapecó, com uma educação voltada principalmente a um ensino técnico-profissionalizante apontando para uma tentativa de educar e formar novos homens para a nova realidade que se procurava constituir.

O terceiro capítulo traz uma análise do impacto desse discurso do progresso e dos investimentos em educação na juventude local. Procuro mostrar como a “mocidade”, neste momento, é convidada a contribuir com o progresso local através de uma série de ações e imposições no sentido de constituir condutas e comportamentos entendidos como ideais, sendo que a imagem idealizada, ou melhor, o modelo representativo de jovem engajado com o progresso era do gênero masculino, ou seja, um “moço”. Este capítulo visa também verificar como a juventude responde de forma diversa à imposição dessas condutas e acaba por ser identificada não somente como esperança para o futuro, mas também como empecilho para o progresso.

Este trabalho é o resultado de pesquisas que venho realizando há pelo menos três anos – estando os dois últimos anos vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e auxiliado por este – sobre uma região que entrei em contato há mais de 20 anos e que me intriga pelas suas peculiaridades e diversidades que foram, muitas vezes, obscurecidas pelas sombras do discurso do progresso e por uma memória centrada quase que exclusivamente nos “colonos” descendentes de italianos e alemães. Esta região também desperta minha curiosidade pela multiplicidade das identidades masculinas e femininas sintetizadas de forma simplista pelo senso comum e borradas pelo tinteiro de uma “história oficial”. Queremos, pois, tentar remover um pouco desta tinta e fazer emergir algumas dessas multiplicidades e dessas diversas faces de homens e mulheres do Oeste Catarinense.

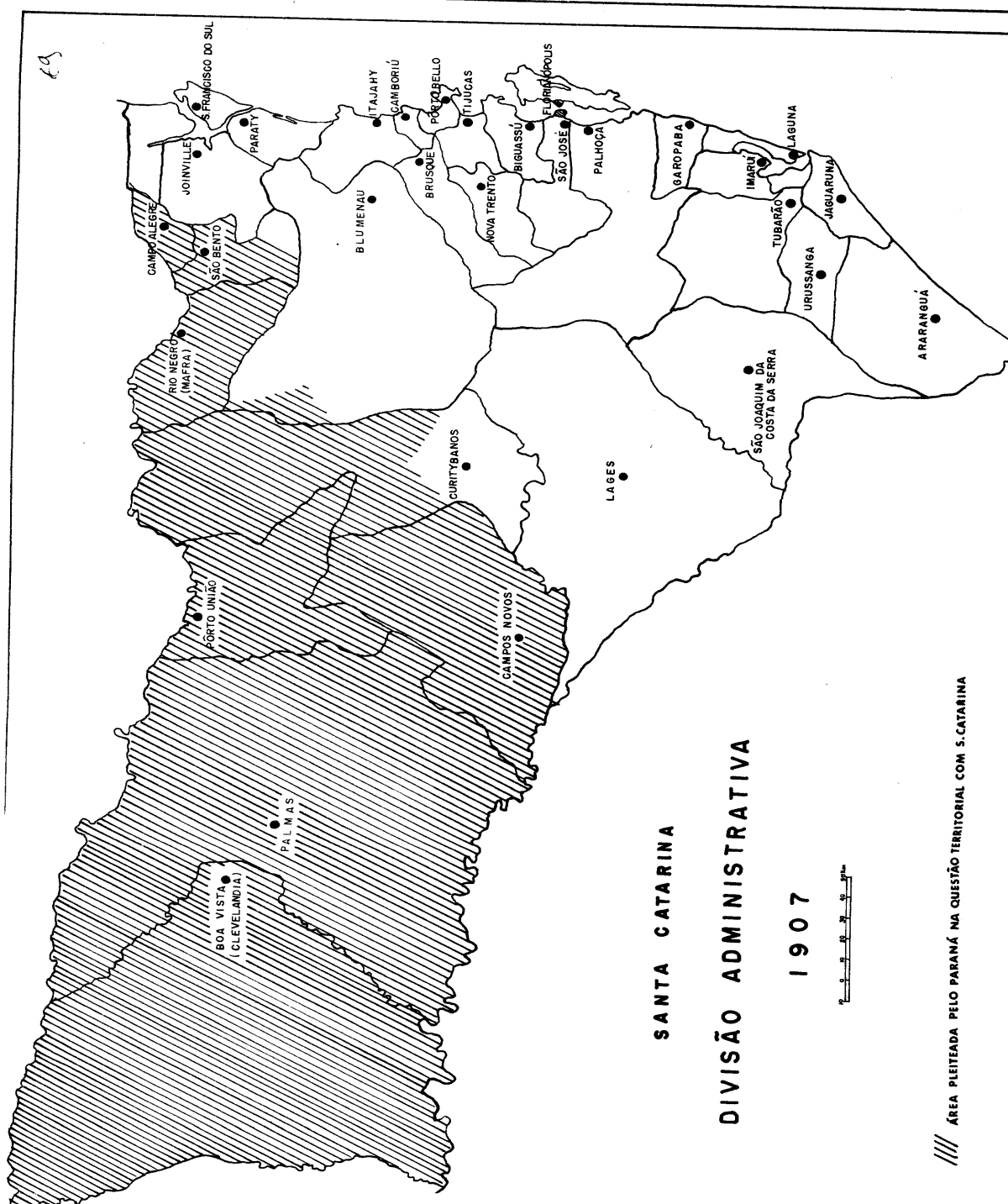
¹⁷Mapa 1.

¹⁷Mapa 1. Mapa do processo colonizador da região do atual Oeste Catarinense. Este território compreende boa parte dos chamados Campos de Palmas. Ao sul, as divisas com o Estado do Rio Grande do Sul, a leste com a Argentina e ao norte com o Estado do Paraná. Fonte: PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardeli, 1983, p. 533.



Mapa 02.¹⁸

¹⁸ Mapa 02. Questão de “Misiones” ou “Palmas” e o “Contestado”. Fonte: PIAZZA, Walter. *Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1970, [n. p.].



I

Imagens da mudança:

percepções e problematizações do gênero masculino

São Miguel de Guido Wilmar Sassi: percepções sobre o gênero masculino na literatura

Existem, no Brasil, vários estudos que aproximam literatura e história e mostram como a literatura pode contribuir com a história. Entre outros, *Literatura como missão*, de Nicolau Sevcenko, *Regionalismo e história da literatura*, de Marisa Lajolo, e *Discurso histórico e narrativa literária*, organizado por Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento.¹⁹ Esses trabalhos refletem sobre as obras literárias e outras obras artísticas como alternativas que contribuem com a história na representação do real. Diversas mudanças que ocorrem na sociedade muitas vezes são abordadas por poetas, escritores, artistas etc.; assim, uma leitura

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; LAJOLO, Marisa. *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história?* In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 297-328; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

histórica das obras literárias propicia aproximações e leituras cruzadas, que são discutidas por alguns pesquisadores como alternativas possíveis na pesquisa histórica. Leenhardt e Pesavento partem da idéia de que as narrativas literária e histórica podem ser encaradas como representação do real, permitindo aproximações e leituras cruzadas entre as narrativas, mas levando em consideração que há procedimentos e métodos diferentes, além de diferentes modalidades de leitura que o discurso, literário ou histórico, tenta provocar. Em suma, para esses autores, “as narrativas literária e histórica, através de estratégias diferentes, são formas de percepção e leitura do real acontecido e preparam a leitura do que ainda está para acontecer”.²⁰

Nicolau Sevcenko coloca muito bem o papel da literatura na história. Falando da criação cultural na Primeira República, ele diz que:

Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. A rapidez e profundidade da transfiguração que devassou a sociedade inculcou na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança, perplexa com a sua intensidade inédita, presa de seus desmandos e ansiosa de assumir a sua condução. Fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente.²¹

E é justamente essa inquietação voltada para os processos de mudanças que percebemos presente no romance *São Miguel*, de Guido Wilmar Sassi, obra que nos interessa neste trabalho, sobretudo neste capítulo. Com efeito, Roger Chartier nos alerta para não cairmos numa leitura redutiva das obras literárias dizendo que alguns historiadores fizeram leituras sem

²⁰ LEENHARDT e PESAVENTO, op. cit., p. 14-5.

²¹ SEVCENKO, op. cit., p. 237.

sucesso, “pois as liam como se fossem um documento singular que ilustrava os resultados ou que corroborava o que as fontes e as técnicas clássicas da história tinham mostrado”. Assim, esse tipo de leitura, “puramente documental, destrói o próprio interesse de se confrontar com a literatura”.²² Nosso interesse, portanto, foge desta leitura puramente documental. Procuramos entender o momento em que Guido Sassi escreve *São Miguel*, suas percepções com relação a um conjunto de mudanças próprias de seu tempo, as quais estão presentes na sua narrativa ou nas impressões de seus personagens. Todavia, não é nosso interesse fazer uma análise ampla do romance, mas sim explorar o contexto narrado pelo autor e aqueles elementos que podem figurar simultaneamente com outras narrativas, constituindo-se num quadro de mudanças, deslocamentos e condições do comportamento masculino nos anos 50 e 60.²³

Guido Wilmar Sassi²⁴ escreveu o romance *São Miguel* em 1959.²⁵ Esta obra enfoca o cotidiano da Vila Oeste – São Miguel no romance – então distrito de Chapecó no começo dos anos 50. Uma das mudanças abordadas pelo autor é a preocupação dos politiqueiros locais com a

²² CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 91.

²³ A escolha de *São Miguel* de Guido Wilmar Sassi, como uma alternativa dentro do campo literário e a importância dada à esta obra, no intuito de realizar leituras cruzadas sobre o problema do gênero masculino na constituição do Oeste Catarinense, se dão em função da escassa literatura produzida sobre o Oeste Catarinense nos anos 50 e pela possibilidade de se fazer leituras redutivas no caso de incluir outras obras literárias. Sobre a questão “metodológica” de “série de séries” ou de quadros, cf. FOUCAULT, Michel. Introdução. In: *A Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 1-20.

²⁴ Guido Wilmar Sassi nasceu em 1922 em Lages (SC), viveu boa parte de sua vida nesta cidade e em Campos Novos (SC), mais tarde muda-se para São Paulo e em seguida para o Rio de Janeiro. Escreveu vários contos, entre eles: *PIÁ*, Edições SUL, Florianópolis, 1953; *Amigo Velho*, Edições SUL, Florianópolis, 1957 (premiado em 1958 em concurso do Instituto Nacional do Livro); *Vinte Histórias Curtas* (em colaboração), Antunes, Rio de Janeiro, 1960; *Testemunha do Tempo*, G.R.D., Rio de Janeiro, 1963; *A Bomba Atômica de Deus*, FCC Edições, Florianópolis, 1986. Escreveu também vários romances: além de *São Miguel* (1959), que ganhou um prêmio de âmbito nacional, o de romance inédito das Edições Melhoramentos e do Círculo de Boa Leitura S.A., instituído em São Paulo em 1960, escreveu ainda outros três: *A Geração do Deserto*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, que mais tarde foi adaptado para o cinema em *A Guerra dos Pelados* dirigido por Silvio Back; *O Calendário da Eternidade*, Editora da UFSC, Florianópolis, 1983; e *Os Sete Mistérios da Casa Queimada*, Editora da UFSC, Florianópolis, 1989. Escreveu para diversos jornais e revistas de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, participou de coletâneas, antologias, dicionários e tem uma série de contos não incluídos em livros.

²⁵ SASSI, Guido Wilmar. *São Miguel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL., 1979.

eleição para vereadores que está em curso e a transformação da vila em município, o que, de fato, vai ocorrer em 1953 quando a Assembléia Legislativa do Estado, através da lei nº 133, aprova a criação do Município de São Miguel do Oeste.²⁶

São Miguel é um romance escrito em seqüências curtas, em cortes – um estilo “cinematográfico” bem ao gosto de David Mamet²⁷ – no qual o desenrolar da história vai se dando paulatinamente.

Enquanto procura abrir ao leitor uma região brasileira ainda sem voz na literatura e dar demonstração palpável dos problemas de um conjunto ecológico, Guido Wilmar Sassi empenha-se com êxito na realização de uma experiência estética, dando quase prioridade à questão estrutural. Adotando a técnica cinematográfica de seqüências breves, cujas intercalações só aos poucos se avistam, e utilizando ritmos diferentes nas duas partes do romance, logra interessar-nos, não só na sorte das personagens, como também no próprio trabalho de ficcionista. Com a engenhosa utilização de *Leitmotive* e de símbolos estabelece maior coesão entre um feixe de subações que se completam e esclarecem, sem se juntarem num caudal.²⁸

Todos os episódios de *São Miguel* convergem para um assunto: o transporte da madeira através do rio Uruguai até os portos argentinos, o que só pode ocorrer com uma enchente que tornará o rio navegável, embora perigoso. Com efeito, o romance não tem um personagem principal; talvez a tão esperada enchente – que de fato ocorre no final da trama – cumpra esse papel, pela importância que vai adquirindo ao longo da narrativa.

A extração da madeira era uma das principais atividades econômicas da região, principalmente entre os anos 30 e os anos 60, e praticamente toda a madeira extraída era

²⁶ BRANCHER, Ana. História na literatura, história e literatura. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 205.

²⁷ MAMET, David. *Sobre a direção de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁸ RÓNAI, Paulo. Guido Wilmar Sassi. In: MIGUEL, Salim; SOARES, Iaponan (Orgs.). *Guido Wilmar Sassi: literatura e cidadania*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992, p. 12.

exportada para a Argentina. O principal meio de transporte utilizado era a “balsa”, também chamada de “remolque”.²⁹ Neste sentido, a vila de São Miguel ou Vila Oeste representa uma realidade vivida em praticamente toda a região, principalmente nos municípios e vilas localizadas às margens do rio Uruguai. Mas não é somente a extração da madeira e seu transporte que interligam essas vilas e municípios. Entre outros assuntos abordados pelo autor, o sistema oligárquico decadente, os processos de emancipação, o aparecimento de novos costumes e a substituição gradativa da exploração da erva-mate pela exploração da madeira, contribuem para tomar *São Miguel* como “experiência” para essa discussão.³⁰

O primeiro conjunto de argumentos expresso pelo autor, inquieto com os processos de mudanças, para os quais nos chama a atenção, são as percepções dos personagens Inacinho Vieira e Gracílio Medeiros – dois coronéis da vila – sobre as mudanças que estão ocorrendo a sua volta. São percepções sobre o declínio da supremacia do coronel, das relações de dependência, das relações patriarcais e do “mandonismo local” manifestados através de várias metáforas que falam de mudanças no comportamento dos homens no limiar dos anos 50. Esses homens parecem lamentar uma série de mudanças que estão se tornando mais visíveis neste

²⁹ As árvores extraídas na região eram transformadas em “toras” e arrastadas por bois até a margem do rio Uruguai ou afluentes ou até as serrarias. Eram reunidas aproximadamente 200 a 600 toras – às vezes eram transformadas em tábuas ou pranchões – as quais amarradas com cipó ou arame formavam, assim, as balsas ou remolques. Em cima de uma balsa, oito a quinze homens desciam o Uruguai, guiando-a com remos e desviando-a dos rochões, ilhotas e saltos, conduzindo assim a madeira através do impulso natural da correnteza. Para maiores informações, ver: LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos* (contribuição para o estudo de antropológica criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999; BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó 1917 – 1950*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

³⁰ Guido Wilmar Sassi, em *São Miguel*, “traz” o Rio Uruguai para o centro da vila. Na atual cidade de São Miguel do Oeste, antiga Vila Oeste, o Uruguai está a quilômetros de distância, não obstante o fato de a madeira também ser a principal atividade econômica do distrito nos anos 50. Neste caso, o autor parece dar-se ao direito de, numa espécie de embaralhamento entre ficção e realidade, “trazer” o rio para o centro da vila uma vez que o Uruguai e sua esperada enchente parecem ser o centro do romance. Isto é mais ou menos compreensível, pois em uma região em que a madeira era a principal atividade econômica e boa parte das vilas e municípios localizam-se a margem do rio Uruguai, principal meio de transporte desta madeira, não podia ficar a vila de *São Miguel*, sem a presença do seu principal “personagem”.

período. Lamentam a redução do seu poder de mando ao constatarem que sua autoridade se perde nas novas relações que se impõem.

Inacinho Vieira era bastante nostálgico, passava praticamente o tempo todo relendo jornais antigos e rememorando o seu passado “glorioso”, sempre com um “tom” de derrota e desânimo:

Mas, insidiosos, os pensamentos assaltavam-lhe o cérebro, e o homem, então, era obrigado a pensar um pouco. Mas fugia logo, escondendo-se no passado. O passado ainda era bom, e valia a pena recordar-se dele. Ruim era o presente. Ruim e feio. E o futuro? Inacinho não sabia. Não queria saber, não precisava saber. Deixassem-no em paz, nada mais pedia ele. E aquele compromisso da sua candidatura? Coisas da Marta [esposa]. Seu tempo havia passado. Não adiantava mais. Empreitada para gente nova, não para ele, que já estava no fim. Bem tentara excusar-se. Mas a mulher insistira, os amigos insistiram. O recurso fora aceder, concordar; e ter, agora, de agüentar as reuniões do diretório, de ouvir sugestões, acatar conselhos ou dar palpites. Dantes a política era outra, bem diferente. Ele, folheando a sua coleção de jornais antigos, rememorava a “política velha”, com seus homens de valor, suas campanhas memoráveis. Naquele tempo um homem mandava, ou não mandava. Tudo mais simples. Agora é que existiam aquelas novidades, a maior parte das quais ele não entendia – nem queira entender. Mas ele havia mandado, isso era o que valia. Anos e anos tivera a autoridade nas mãos, anos e anos ele fora o chefe, o guia, e sua palavra era lei. Atualmente qualquer guri, nascido ontem, fedendo a cueiros, se metia a palpiteiro, a dar ordens. Mesmo a política de hoje era para gente moça, não para ele. Por sorte o filho estava para chegar, e ele, no futuro, largaria tudo nas mãos de Altamiro, para que de novo erguesse o nome dos Vieira. Altamiro era jovem, podia com a carga; ele não, estava cansado e velho. (p. 36)

Conversando com seu filho Graciliano, o coronel Gracilio Medeiros fala a respeito do seu sucesso com a extração da erva-mate e do insucesso do filho com a exploração da madeira; este se endividara em função da seca que impossibilitava o transporte das “toras” e “pranchas”

através do rio Uruguai, que dependia de muita chuva para atingir o *ponto de balsa* – nível adequado para o transporte das balsas – e, aí sim, vender a madeira e pagar as dívidas:

- O mate não dá mais nada, pai.
- Não dá, não dá. Não dá pra vocês, que são uns molengas. Não dá aqui. No meu tempo, como é que dava? Mas a gente ia pra frente, pra outro lugar, se a erva se acabava. No que é que eu me fiz? Foi na erva-mate, você sabe disso. Mas naquele tempo havia homem de verdade. Agora vocês deixaram os estranha tomar conta de tudo. Quem é que manda no mate que ainda tem? É o estrangeiro. Quem é que manda na madeira? É o gringo do Rio Grande. Essa italianada tomou conta de tudo. E vocês de braço cruzado, achando bonito. Fosse no meu tempo...
- Mas o tempo mudou, erva-mate não dá mais. O recurso é a madeira. (...).
- Pois eu, quando cheguei aqui, tudo isso era um mato virgem. Dava cobra e onça, dava até bugre. Naquele tempo havia homem de verdade. Apareciam os que queriam atrapalhar a gente, isso apareciam. Mas a gente comia eles na faca, mandava fazer uma espera, acabava com todo o mundo na bala. (p. 50-1)

O coronel Gracilio revela em sua fala o mandonismo local e o emprego da força e da violência com os adversários durante a Primeira República, período em que essas relações começam a entrar em decadência no Brasil e que, no Oeste Catarinense, apesar de aparentemente estarem em franca atuação, começam a dar os primeiros sinais de sua derrocada.

Segundo Monica Hass, o poder político chapecoense, até por volta da década de 30 e 40, caracteriza-se por um forte mandonismo que foi perdendo força no governo Vargas entre 1930 a 1945. “Mas seu declínio acentua-se na fase de redemocratização do país, pós-45, quando o poder local acabou sendo diluído entre vários grupos que surgem ou se fortalecem com as mudanças socioeconômicas que ocorrem na região, após o final dos anos 30”.³¹ A autora ainda

³¹ HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2000, p. 14.

ressalta os conflitos nas lutas políticas deste período, abordando a violência, freqüentemente armada, destacando-se como um instrumento de dominação utilizado na intimidação de adversários políticos, eleitores e inimigos.³²

Quando o coronel Gracílio afirma que em seu tempo havia *homens de verdade*, apresenta um descontentamento com as novas posturas adotadas pelas novas gerações. Apesar de Inacinho Vieira ainda crer que seu filho Altamiro, que estava estudando na capital (Florianópolis) e prestes a regressar à vila, pudesse reerguer o nome dos Vieira, ele também revela esse descontentamento. Aquele território, antes marcado pela pessoalidade e pela hereditariedade, em que os poderes econômico e político estavam identificados com os grupos familiares, começa a desaparecer no interior das novas relações capitalistas – relações que permitem a exploração da madeira atrair cada vez mais novos investidores, sobretudo descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul em uma nova frente migratória dos anos 50 – e das novas relações políticas – principalmente com o pluripartidarismo. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, apoiando-se em Harvey e Jameson, diz que um dos elementos definidores da modernidade é, exatamente, a mudança das relações com o espaço. Para ele, o desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e comunicação, além da mecanização, parece produzir um encolhimento das distâncias e a alteração das percepções espaciais. As relações presentes, tanto na “antiga sociedade dos engenhos” analisada por Albuquerque Jr., quanto na “sociedade extrativista” do Oeste Catarinense, parecem mostrar um poder, até então, sem limites, cujo arbítrio é praticamente tido como lei, mas que está sendo também reduzido no momento em que se ampliam as noções de tempo e espaço na modernidade.³³

³² Ibid., p. 75.

³³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34,

A decadência de Inacinho Vieira e sua família, cuja única fonte de recursos financeiros passou a ser um hotel, é constatada pelo filho Altamiro assim que chega à vila:

Nunca pensara que a decadência do pai fosse tão grande. Um inútil. A mãe virada num caco, envelhecida prematuramente, matando-se para bem dirigir o hotel. No que virara a sua gente! O pai sempre numa hebetude sem fim, ridicularizado por todos, servindo de chacota ao povo: “O Inacinho Fracasso. Olhem o Inacinho Fracasso!” A mãe rebaixando-se na exploração do hotel, dando de comer a gente inferior a eles, agüentando impertinências e desaforos, trabalhando que nem negra cativa. Ele, na capital, ignorava a realidade. (...)

O pai não tinha mesmo jeito. Apático, sem vontade, governado pela mulher. Bastava um dia para Altamiro verificar a situação. (p. 96)

(...) Mas doía mais era ver a impotência do velho, a destruição do clã, a derrota da família. (p. 168)

Essas percepções parecem estar sendo associadas à perda da masculinidade. Em primeiro lugar, as percepções de Altamiro – o filho, vendo seu pai apático, sem vontade, em decadência – culminam no “inadmissível” fato de ver o pai *governado pela mulher* e em sua declaração de que *o que doía mais era ver a impotência do velho*. Em segundo lugar, as percepções do povo que chacoteia Inacinho, qualificando-o de fracassado por este encontrar-se em tais condições.

As metáforas *impotência*, *fracasso*, *homem governado pela mulher*, investem contra o conjunto de valores que, antes, eram agenciados para definir o *homem de verdade*, ou o *homem de valor*, o homem viril.

Segundo o coronel Gracílio:

- Veio de fora, estrangeiro é. Isso de falar a mesma língua não quer dizer nada. Nunca mesmo que no tempo da gente os de fora iam tomar conta de tudo. Moleza de vocês. Não tem mais homem macho. (p. 52)
- (...) Eu e minha gente vamos votar no Inacinho Vieira.
(...) Fora ervateiro também, um dos pioneiros, e deveria conservar um pouco da fibra antiga. Gente como ele e Inacinho é que haviam desbravado o lugar. Gente macha. Não fossem eles, e aquilo ainda seria um deserto. Agora tudo havia mudado, até Inacinho mudara; mas ele, Gracílio, é que não mudaria nunca. Mostraria aos madeireiros quem era ele. Que vencessem, não importava. Ele que não se dobraria. Aquela gente nova era mesmo uma cambada de frouxos. (...) [No passado] um homem enfrentava o outro, cara a cara, e o mais forte vencia. Agora aquela cambada de molengas, com “frescurinhas”. Coisa de molóides. (p. 118)

As percepções de Gracílio também remetem a uma espécie de “desvirilização da sociedade”. Porém este atribui tal acontecimento às novas gerações. Para ele, seria a nova geração que estava se desvirilizando. Os qualificativos *frouxos*, *frescurinhas*, *molengas*, *molóides*, mostram que os valores que predominavam em seu tempo – agora decadente – se perderam neste tempo que, na percepção do coronel, é um tempo em que não existe mais *homem macho*.

Neste sentido, ser homem não se reduz, simplesmente, aos caracteres físicos do corpo, ainda que as interpretações deste sejam freqüentemente agenciadas no discurso do gênero, nem aos elementos identitários sexuais, mas sim, num conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente e constantemente sancionados, reavaliados, negociados, lembrados.³⁴ Um processo em constante construção. Ainda que o corpo como realidade biológica seja fortemente mobilizado na definição do “ser homem” e do “ser mulher”, devemos levar em consideração as diferenças do significado “ser homem” em épocas diferentes, entre classes sociais distintas, ou entre grupos com níveis de instrução ou afiliações étnicas ou religiosas diferentes. Principalmente porque com Thomas Laqueur aprendemos que

³⁴ ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995, p. 128.

o sexo que nós conhecemos foi inventado no século XVIII, quando “os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquias ressonantes através do cosmo ao fundamento da diferença incomensurável”. Principalmente através da medicina os dois sexos “foram inventados como um novo fundamento para o gênero”.³⁵ Assim, os requisitos para que um indivíduo do sexo masculino seja considerado um homem se espalham por diversos níveis do social. Para além do corpo, eles podem ser tematizados e constituídos também nas sociabilidades cotidianas e nos diversos processos históricos, sociais e culturais.³⁶

Então quais seriam os requisitos culturais no Oeste Catarinense para que um indivíduo do sexo masculino fosse considerado um homem? Poderíamos citar alguns como: fibra, força, prestígio, poder econômico e político, potência. Esses requisitos já nos mostram como os significados de “ser homem” não se localizam estritamente no corpo, mas também nas relações sociais do cotidiano onde eles são historicamente sancionados.³⁷ Sendo assim, a narrativa de Guido Sassi indica que o “ser homem” no Oeste Catarinense passava por mudanças que podem ser percebidas no cotidiano da vila através das relações sociais de seus personagens:

Elpídio não perdia tempo; ali estava o roçado, pronto para receber as sementes. E progredindo que estava, o danado do caboclo. Arranjara aquele empréstimo com o Banco do Brasil, em Chapecó, e estava indo para frente. De primeiro, tinha uma lavourinha de nada, que ele mesmo dava conta para plantar. Agora era um terrenão enorme, quase todo plantado, lucro dos bons. Diziam que ele empregava, por ocasião da sementeira ou das colheitas, mais de trinta trabalhadores. Estava importante, o homem. Quem te viu e quem te vê. Metera-se na política e era bem conceituado, influente, respeitado pelos mandões. Era um deles, já. (p. 31)

³⁵ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 189-90.

³⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 129.

³⁷ Ibid., p. 128-29.

Novamente constata-se a redução de um território marcado pela pessoalidade e hereditariedade. O poder concentrado na mão de poucas famílias parece encurtar à medida que aparecem novas alternativas de investimentos econômicos e de créditos a partir da diversificação do sistema capitalista, o que proporciona a algumas pessoas (como Elpídio) ampliar o seu poder econômico e, em alguns casos, político.

Com efeito, abrimos agora outro conjunto de argumentos de Guido Sassi, que apontam para uma análise mais abrangente dos significados que operam nas relações de gênero no cotidiano da Região Oeste dos anos 50 e 60. Esse conjunto de argumentos não aponta somente para mudanças de comportamentos, como vimos na questão dos coronéis Gracílio e Inacinho, mas nos ajudam, também, a perceber outros requisitos de masculinidade e as próprias relações de gênero num período de mudanças.

Jesuíno, casado com Teresa, decidiu abandonar a agricultura e trabalhar como balseiro. O desenrolar da narrativa de Guido Sassi aponta para uma relação hierárquica entre homens e mulheres no cotidiano da vila:

Gostava de plantar, isso gostava. Criara-se naquilo. Mas nunca tivera sorte com a terra. Esta nunca lhe devolvera o suor. Também, no seu tempo, não havia aquelas facilidades de conseguir empréstimos nos bancos. Tudo mais difícil, mais trabalhoso, mais cheio de entraves. Por isso é que se metera a trabalhar de balseiro. Tereza não gostara – “Ara, mulher não tem querer” – e muito insistira para que ele voltasse à vida de agricultor. Mas o diabo daquelas viagens, em cima das balsas, tinha o seu lado bom. (...) Não só pelo dinheiro, não. Também pelo gosto que dava descer o rio em cima de toros, e meter-se, depois, pelos cabarés da Argentina, encachaçar-se uma semana ou duas sem preocupações, pegar chinas diferentes. E então, a volta: um novo terno, sapatos, comida com fartura para a família, roupas, todas as precisões. Vida ingrata e dura, certo, mas com o seu lado bom. (p. 31)

Apesar dos apelos da esposa Teresa, Jesuíno é quem decide, pois no seu pensamento, ou melhor, no pensamento captado por Guido Sassi no contexto em que estava inserido, *mulher não tem querer*, e uma das coisas que o atraía na viagem não era só o dinheiro, mas o gosto da aventura nas balsas e a diversão pelos cabarés argentinos como uma espécie de “gratificação autorizada” pelo esforço e coragem de enfrentar os perigos do rio no trajeto até os portos estrangeiros. Em seguida, quando o autor constrói as impressões de Teresa sobre a condição do casal, ele segue a mesma idéia.

Então, ajoelhando-se, Teresa orou. Pediu pela saúde dos filhos, do marido, dela mesma. (...) Ela sabia os resultados daquelas viagens, mas as desejava, assim mesmo. (...) Ela, desejando as viagens, odiava-as também, pelo que poderia acontecer. Não era só o temor de que ele se deixasse ficar na Argentina, enrabichado por mulheres. Não era só o medo das moléstias que poderia trazer para casa. Também temia que ele se desastrasse, que voltasse com uma perna ou as costelas partidas. Temia também que ele não voltasse mais, nunca mais, que virasse alimento dos peixes do Uruguai. Era uma vida ruim, aquela com o seu homem, Teresa reconhecia. Pior, porém, viver sem ele. Por isso ela rezava, para que ele regressasse vivo. Não era de todo mau, o Jesuíno. Melhor, até, do que muitos outros. O José era um cachaceiro, e o Antônio um vagabundo. O Generoso batia na mulher, e a coitada vivia que era só pele e ossos. Didi Fernandes vivia no jogo, sem trabalhar. Que São Miguel trouxesse o seu homem de volta, são e salvo. Mas que providenciasse, também para que a enchente viesse logo. A enchente resolveria tudo. (...) As noites de insônia, que ela teria de passar, aguardando a volta do marido, ainda estava no porvir. Seriam trabalhos a passar ainda. Mas não lhe doíam na carne e na alma, atualmente. A falta de chuvas, sim, aquilo era o presente, o que importava no momento. (p. 92-3)

A narrativa do autor aponta para certa naturalidade com que era encarada uma relação hierárquica entre os casais. O marido era o provedor; por mais que *ele se deixasse ficar na Argentina, enrabichado por mulheres*, por mais que Teresa tivesse *medo das moléstias que o*

marido poderia trazer para casa, seu maior medo era de que ele pudesse não mais voltar, ou que ficasse impossibilitado de trabalhar, comprometendo assim o sustento da família.

Outro flagrante em *São Miguel*, a respeito da posição do homem como provedor da família, é o caso de Mário e Anita. Mário, um balseiro, queria casar-se com Anita, mas em função da crise imposta pela ausência de cheias no Uruguai, não tinha dinheiro para providenciar o casamento, a moradia e o sustento do casal. Protestava então o balseiro:

(...) Mas se eu, agora, não tenho dinheiro para sustentar mulher? (p.106)

A mãe de Anita, dona Sinhana, não consentia o casamento, pois fora mulher de balseiro e...

...sabia o que era passar trabalho e privações, sem dinheiro, em casa faltando tudo. Sabia o que era ficar esperando a volta do marido, que lá se fora, Uruguai abaixo, trepado nos “remolques”, e escapando de morrer umas cem vezes por dia. (p. 108)

No entanto esta “condição feminina” deve ser problematizada. É preciso estar atento para o fato de que “mesmo nos trabalhos que procuram analisar e estudar o domínio feminino, persiste o interesse pelo simbólico e pelas alegorias da ‘condição feminina’, (...) que pertencem ao campo da erudição, das tradições, do literário e se alimentam uns aos outros num círculo vicioso que não se rompe”.³⁸ Quais as responsabilidades que essas mulheres assumiam na ausência/presença do marido? Maria Odila Dias fala que os papéis propriamente históricos

³⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 49-50.

das mulheres, pela dificuldade de documentação, ou pela intencionalidade do documento, podem ser “resgatados das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos”.³⁹

De fato, são questões a que o historiador deve estar atento. Mas Guido Sassi nos dá algumas luzes neste sentido. No caso dos Vieira, em que Inacinho “transformara-se num trapo, o Inacinho Fracasso, fantoche mandado pela mulher”, dona Marta, esposa de Inacinho, “conseguiu evitar o naufrágio total” da família:

(...) Como o velho tivesse perdido todo o ardor, a razão mesma de viver, ela tomara a direção da casa, passando a gerir todos os negócios. Mulher disposta, acostumada também ao mando, reunira todas as economias e montara o hotelzinho. O lucro não era muito, mas dava para que todos comessem; dava para custear os estudos de Altamiro, na capital; e dava para que Leonor [a filha] comparecesse aos bailes com vestidos novos. Também fora graças ao produto do hotel que ela cursara, durante alguns anos, o internato do colégio das freiras. (...) dona Marta “se virava”, numa “ginástica” tremenda, para equilibrar o orçamento. (p. 131-2)

Assim como o caso de dona Marta, a relação entre Anita e Mário também aponta para uma espécie de subversão dessa “condição feminina”. Anita, em diversos momentos ao longo do romance, enfrenta sua mãe que era declaradamente contra o namoro. Aliás, os casamentos usualmente estavam ligados a interesses financeiros e políticos. Em geral eles aconteciam entre pessoas de mesma “classe social”, no intuito de manter o poder econômico e político neste círculo delimitado de poucas famílias. Além disso, o casamento era fundamental na vida de qualquer pessoa. Não se admitia que um homem ou mulher avançasse na idade sem se casar; no mínimo, essas pessoas seriam vítimas de pilhérias e preconceitos. Para os homens o casamento, ou melhor, a mulher, “apara-lhes as arestas” (p. 84 e 178). Para as mulheres, é

³⁹ Ibid., p 50.

sonhar com “um moço bom, de futuro” (p. 85), sempre com o consentimento dos pais. Por outro lado, aos homens era dada certa liberdade de escolha, mas com certas ressalvas. Quando Gracílio vê que seu filho não consegue conquistar Anita que, afinal, gostava de Mário, sem pedir ajuda a outra pessoa vai logo “despejando” seu descontentamento com as mudanças que estão acontecendo:

- (...) Pois macho da minha família nunca precisou contar segredo de mulher pros estranho, nem precisou que outros resolvessem pra ele. Macho da minha família, quando gostava duma fêmea, pegava ela e pronto.
- Pois é, pai, mas a moça não quer saber de mim.
- E que não queira! Você, se fosse homem, pegava ela de qualquer jeito. Mas não, você não passa dum frouxo. Deixando que um miserável dum balseiro tome a mulher de você! (...) e uma rapariga pobre, que nem branca não era. (...)
- Tudo culpa daquelas maneiras de viver de agora. A gente nova havia perdido a fibra, não tinha mais coragem. (p. 194-5).

Claro está o fato de que é dada certa liberdade aos rapazes de escolher com quem querem se casar, desde que a pessoa escolhida possua alguns requisitos; neste caso, que ela seja, de preferência, rica e branca. Novamente aparece a acusação de que as novas gerações estão perdendo a fibra, a coragem, a masculinidade. Aqui, vemos também outros sinais de mudanças no limiar dos anos 50, como a emergência do chamado “casamento romântico”. As mulheres cada vez mais tendem a escolher o seu par, em detrimento de uma decisão racionalizada dos pais. O amor passa a ser mais importante numa relação e a própria garantia desta; a mulher, por ser identificada como mais propensa ao afeto – em oposição ao homem, que é identificado

como mais propenso à racionalidade – a partir deste momento é quem passa a escolher o parceiro e, também, quem passa a ter mais responsabilidade na manutenção do casamento.⁴⁰

Nas relações de gênero vemos que parte das mulheres começava a dar sinais de resistência a uma situação desigual ou hierárquica estabelecida: caso de dona Marta e de Anita que, inclusive, diante da recusa da mãe em consentir o casamento, chega a propor a Mário a fuga do casal. (p. 106)

Isso não quer dizer que haja um consenso, principalmente entre os homens, de aprovação dessas mudanças ou desses indícios de “libertação” das mulheres. É o caso do coronel Gracílio, enunciado acima, e outros inúmeros casos em que muitos homens, e até mesmo boa parte das mulheres, insistem em colocar as mulheres numa condição de inferioridade aos homens. Vejamos:

- Em mulher a gente não se fia, seu Ernesto. Mulher é bicho danado e traiçoeiro, mesmo que seja santa. (p. 26)
- Eu já disse que mulher não entende dessas coisas. (p. 145)
- (...) Pensava que ela era mulher à-toa, não é? Pois não era. Tinha dono, e o seu dono era homem macho. (p. 151)
- (...) E incomodando-o com conversinhas próprias de mulher, como se ele, Gracilio, fosse acostumado a resolver questões por caminhos escusos. (p. 196)

⁴⁰ Durval Albuquerque Júnior, estudando a invenção do nordestino a partir de uma “perspectiva de gênero”, observa a irrupção do casamento romântico no Nordeste entre os anos 20 e 40 e conclui que “a emergência do casamento romântico está relacionada pois, com mutações subjetivas, que, por seu turno, requeriam uma redescritção do que seria o masculino e o feminino”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 71.)

Estas são expressões que colocam a mulher numa condição naturalizada de inferioridade em relação ao homem, mas ao mesmo tempo o autor narra histórias de personagens que as subvertem, que as contrariam, desestabilizando a ordem dominante, assim como o caso de Dorival, balseiro da vila, que “não era dado a freqüentar mulheres. Havia qualquer coisa de misterioso, de mal explicado, em sua vida. Bom companheiro, sem dúvida, mas não topava farras. Ninguém sabia direito por que, só desconfiavam. Mexiam com ele, às vezes, mas Dorival não ligava”. (p. 54) Em seguida o autor narra outro caso: o de Zé Pintado, também balseiro, e Ambrosina, empregada doméstica dos Vieira. Os dois encontravam-se normalmente às escondidas e nesses encontros “a mulata gasta-lhe as energias. Não fosse ele homem, e bem homem, e não daria conta da empreitada”. (p. 56) Destarte, o autor vai através de uma narrativa de casos opostos, diversos, multiplicando as identidades masculinas e femininas e multiplicando os rostos da população do Oeste Catarinense. Portanto, apesar de haver um discurso que tenta homogeneizar um modelo de masculinidade, como veremos a seguir, é importante estar atento às múltiplas formas de “ser homem” no Oeste Catarinense, e pensarmos do ponto de vista de masculinidades, ou seja, no plural.



Balseiros guiando balsa de “toras” no Rio Uruguai por volta da década de 40.
Créditos: CEOM, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, Acervo de Fotografias.

Dos coronéis do “Far west” aos “homens progressistas”: quando a “terra de ninguém” é transformada em “terra de trabalho”

Dos coronéis e do coronelismo... a terra de ninguém...

Principalmente a partir dos anos 50, alguns intelectuais tentaram reduzir as relações sociais e políticas no Oeste Catarinense à idéia de “Coronelismo” ou “Caudilhismo”. No entanto, as peculiaridades da região e das autoridades locais e as formas pelas quais o cotidiano do Oeste Catarinense dos anos 50 é narrado pela literatura e outros textos podem tornar qualquer conceito (o coronelismo, o caudilhismo ou mesmo alguma outra conceituação) insuficientes para dar conta da complexidade das relações de poder, das relações familiares e do perfil das autoridades existentes na região. O próprio conceito de “família patriarcal” de Gilberto Freyre poderia ser aí localizado.⁴¹

Sobre o conceito de patriarcalismo elaborado por Gilberto Freyre para designar a realidade das relações familiares da colônia e do século XIX, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao analisar a construção do nordestino, mesmo concordando com certas críticas direcionadas ao conceito – sendo que a crítica principal é a de que a família patriarcal não seria a realidade do Brasil colônia e da virada do século XIX, coexistindo com outros modelos de família – está preocupado em se perguntar por que no começo do século XX intelectuais como Gilberto Freyre descrevem esse período como patriarcal. Portanto, o autor está preocupado com a historicidade do conceito e não com sua capacidade de representar ou não a realidade. Albuquerque Júnior diz que todo o conceito é uma elaboração interessada da realidade, e o próprio conceito de família patriarcal de Gilberto Freyre é ideológico, assim como o são também as críticas a ele endereçadas.

⁴¹ Ver FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 1.º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. Ver também FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

Deste modo, entendendo a noção de patriarcalismo muito mais como uma metáfora do que como um conceito, o autor diz:

Por isso, pensamos que Freyre descrevia a sociedade como patriarcalista, a partir do contraste que enxergava com a nova ordem social caracterizada pelas relações livres e progressivamente assalariadas de trabalho; pela forma republicana e “democrática” de organização política, sem deixar de ser autoritária; por tendências que considerava igualitaristas ou horizontalizadoras de relações entre classes, etnias e gêneros; pelo declínio dos valores rurais e católicos, das formas de sociabilidade e sensibilidade identificadas com o mundo moderno, urbano, cosmopolita; pelo conseqüente declínio das formas paternalistas e pessoalizadas de relacionamento substituídas por formas que chamava de individualistas, particularistas e utilitaristas de subjetividades.⁴²

No Oeste Catarinense, aquela sociedade centralizada pela figura de um “patriarca”, das relações de “compadresco” ou compadrio, sociedade de clã centrada na figura do *pater*, enfim numa figura masculina, também é construída à luz de um conjunto de mudanças sociais, neste caso, tematizadas na metade do século XX. Assim como Guido Wilmar Sassi narra uma história em que o compadrio – condição principal para conquistar eleitores⁴³ – os clãs e uma série de relações permeadas pela figura masculina entravam em decadência, outros autores irão construir suas argumentações neste sentido, principalmente descrevendo o período que antecede os anos 50 como um período de forte presença de relações caudilhistas e coronelistas.

⁴² ALBUQUERQUE JÚNIOR, *Nordestino: uma invenção do falo...*, p. 140. Para uma melhor noção da historicidade do conceito de patriarcalismo, recomendamos a leitura do primeiro capítulo do livro, especialmente a parte intitulada “A invenção do patriarcalismo” (p. 135-47).

⁴³ “O pessoal do diretório comentava que seu eleitorado crescia que nem ‘planta de milho’. Crescia mesmo. Elpidio sabia como fazê-lo crescer. Compadrismo, amizades, boas falas... Mais um eleitor”. (SASSI, op. cit., p. 42) É interessante verificar outras colocações do autor a respeito do compadrio e da decadência do clã dos Vieira na p. 168.

Aujor Ávila da Luz (1906-1974) em 1952 publicara a sua “*contribuição para o estudo de antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina*”.⁴⁴

Com uma estrutura organizacional e narrativa notadamente euclidiana, este livro se tornou um clássico entre aqueles que se propuseram narrar a Guerra do Contestado (1912-1916) e a organização política, econômica e social do planalto catarinense das primeiras décadas do século XX. No capítulo quatro sobre “A organização social” do território que chama de Planalto Catarinense, incluindo aí o atual Oeste Catarinense,⁴⁵ o autor fala de um tempo em que predominava o “espírito de clã e de capangismo”:

Este espírito de clã, nascido da íntima dependência econômica que prendia o agregado ao fazendeiro, dependência amenizada por certa ligação familiar advinda do compadresco, desenvolveu-se magnificamente no meio rural, reforçado sempre mais pelas lutas de famílias, pelas revoluções de repercussão local, pela animosidade recíproca dos chefões políticos e pela necessidade de uma proteção contra o arbítrio da justiça e o rigor da autoridade.⁴⁶

Noutro texto, o de Wenceslau de Souza Breves (1892-1964) sobre o município de Chapecó, é flagrante a construção de um discurso centrado na decadência de relações paternalistas ou patriarcais em que os coronéis e os caudilhos que mantinham domínio e prestígio sobre os “caboclos” vão entrar em decadência e “seus antigos costumes vão desaparecendo para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outras.”⁴⁷

⁴⁴ LUZ, op. cit.,

⁴⁵ “O território de Santa Catarina está dividido em duas regiões fisiográficas distintas: a litorânea e a do planalto; e o limite entre elas é dado pela Serra do Mar.” (Ibid., p. 16.)

⁴⁶ LUZ, op. cit., p. 107.

⁴⁷ BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 6, 1985, p. 9.

Portanto, é neste sentido que pensamos também a emergência dos conceitos de Caudilhismo e Coronelismo para designar e construir as relações de poder no Oeste Catarinense e outras regiões do planalto de Santa Catarina: eles são construídos justamente no momento em que boa parte dos problemas – sociais, econômicos, políticos e jurídicos – utilizados pelos autores como justificativa para a emergência de tais relações passavam por uma tentativa de redirecionamento. Problemas como a falta de estradas ou precariedade das existentes, a dificuldade de comunicação, a raridade de centros urbanos, a falta de escolas e de órgãos de justiça, a existência de muitos lugares não-explorados, não-povoados ou não-colonizados, somados ao “espírito de clã” ou “estado de espírito” de uma época de caudilhismo que imperou durante o século XIX e que herdara a população da região eram as principais justificativas dos autores para a emergência e proliferação de relações coronelistas e caudilhistas.⁴⁸

Aujor Ávila da Luz dizia que:

Os homens de mais cabedais e de maior evidência constituíam-se, cada qual, assim, em chefes de um vasto grupo de indivíduos que, intitulando-os de coronel, viam só neles a única autoridade sobre a terra. O coronel era a última instância onde se julgavam todas as divergências de opinião e atritos de interesses, que resolvia todas as questões surgidas entre seus apaniguados e, como orientador político, que levava seus eleitores às urnas e muitas vezes até, armando-os, às coxilhas ensangüentadas pelas revoluções.⁴⁹

⁴⁸ Sobre o estado de espírito da época do caudilhismo, ver BREVES, op. cit., p. 47. É interessante observar que, diferentemente de Guido Wilmar Sassi que caminha pela prosa ficcional, os autores Aujor Ávila da Luz e Wenceslau de Souza Breves apresentam uma abordagem sociopolítica, o que remete a uma espécie de compromisso mais explícito com a facticidade do acontecido.

⁴⁹ LUZ, op. cit., p. 107.

Após relatar as relações coronelistas, o autor parte para a justificação de sua emergência incluindo, além dos fatores econômicos, políticos e sociais, fatores biológicos e eugênicos:

Nem só este espírito de clã gerava o coronelismo onipotente. Os próprios governos estaduais, um pouco antes da eclosão do movimento dos fanáticos, armaram abundantemente, com o fito de explorarem a questão de limites e de jurisdição, vários chefões políticos e caudilhos mercenários, cujos nomes ficaram célebres nos sertões catarinenses.

Ainda, pelo fato de uma parte do planalto catarinense haver sido, tão tardiamente e só após a construção da estrada de ferro, desbravado, povoado e explorado economicamente, surgiram condições para uma vida de *far West*, que unicamente os pioneiros podiam tolerar. (...)

O ambiente criminógeno, que predominava no planalto catarinense, constituiu-se, assim, pela ação lenta, mas sempre mais acentuada de diversos fatores: primeiro, as deficiências econômicas ligando pela servidão muitos homens pobres a uns poucos ricos; depois, o analfabetismo, a ignorância e a incultura, a vida rústica não oferecendo condições de aperfeiçoamento espiritual; a justiça cara e ausente (...); o pesado coeficiente de tarefas degenerativas e regressivas que entrou na etnogenia da população sertaneja (...).⁵⁰

Wenceslau Breves descreve assim algumas características dos principais coronéis e do município de Chapecó:

Santos Marinho, embora fosse um gauchão atrasado e de poucas luzes, era homem de boa aparência e de irrepreensível asseio. Sempre bem barbado, mesmo à cavalo nos caminhos poeirentos, era encontrado com seu lenço de seda branca ao pescoço imaculadamente limpo, o chapéu e a roupa sem uma ruga. Isso era um mistério para mim. Mas não entendia nada de administração.

.....

Fidêncio Mello, fora da Política, era homem educado, desprendido, de trato agradável. Mas a política envenenava-o. Apoiado no Delegado João Pequeno e seus asseclas, tornava-se arbitrário, truculento, fazia prender adversários, desacatava-os, agredia-os.

⁵⁰ Ibid., p. 107-8.

Foi este o pior período de Chapecó, aquele que lhe deu a fama das terras de permanente conflito, terra onde a vida humana não tinha nenhuma garantia. (...)

O Município transformou-se num pandemônio. Vivia sob permanentes ameaças de violências e conflitos.

Foi neste período, em 1919, que Passos Maia surgiu em Chapecó. (...)

Passos Maia, nesse tempo, no início de sua acidentada carreira política, era já o homem excepcional cujas qualidades o tornariam mais tarde apreciado e respeitado em todo o Estado: afável e generoso para com os fracos e vencidos, altivo e desassombrado para com os vencedores.

Logo ao regressar a Chapecó, Passos Maia, assumindo o cargo de Delegado Especial, impressionou os caboclos viajando sem acompanhamentos, apenas com seu peão Chico Curto, um pacífico homenzinho de 1,60 m. Nada de capangas, como era uso dos maiorais da região.

Nessa mesma época encontrei, mais de uma vez, Santos Marinho acompanhado de guarda-costas armados de winchesters e chefiados por Vicente Moraes e Miguel Armênio, e, vi em Catanduvas, então sede do Município de Cruzeiro, Manoel Otávio rodeado pela sua guarda municipal, armada até os dentes e viajando só a noite, em data e hora que ele não comunicava a ninguém. (...)

Passos Maia não tinha tendência para caudilho no sentido pejorativo que se dá a esse termo, de chefe de facção com sede de mando e que nega até o ar aos adversários. Seus esforços eram harmonizadores e pacificadores, seu intuito era tornar o município habitável para todos, dentro da lei e do respeito aos direitos alheios.⁵¹

Para Edgard Carone e Victor Nunes Leal, o termo Coronel tem sua origem na patente da Guarda Nacional que é conquistada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais através de compra ou concessão, tendo como símbolos representativos de privilégios legais as insígnias e o uniforme.⁵² Já para Eul-Soo Pang, “o termo ‘coronel’ significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional”.⁵³ Como vemos, as

⁵¹ BREVES, op. cit., p. 12-17.

⁵² Sobre uma conceituação do Coronel, ver: CARONE, E. *A república velha* (instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970; LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

⁵³ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. 1889 – 1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 19.

divergências entre os teóricos do coronelismo já estão presentes na própria origem do termo, mas existem ainda muitas outras. Entre elas, a centralidade do voto ou da coerção como principal distribuidor de poderes ao coronel, seu período de maior atuação, sendo o período da República Velha o mais citado, entre outras. À medida que delimitamos geograficamente o estudo da atuação do “sistema coronelista” e nos atemos às peculiaridades locais, fica mais difícil ainda reduzir a complexidade das relações sociais unicamente a esse sistema, correndo o risco de homogeneizar as relações aí existentes.

De maneira geral e para a maioria dos teóricos, as principais características do “sistema coronelista” são: uma relação recíproca de favores entre o coronel – necessariamente grande proprietário de terras – e o poder público; uma relação de interdependência entre o coronel e o seu *clã* – que engloba, além de sua família, um grupo maior composto por empregados, agregados e mesmo pessoas que não estão diretamente submetidas por algum desses vínculos, mas que se encontram sob a influência de seu prestígio e sua força; nessa relação de interdependência o coronel recebe a confiança, o voto e, em alguns casos, apoio militar de todos os que o cercam em troca de favores como terras, empregos, ajuda financeira etc.⁵⁴

Segundo Edgard Carone, o coronel é o juiz, pois é ouvido a respeito de questões de terras; é comerciante e agricultor, pois produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado; é homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa; é hospitaleiro e normalmente possui um “doutor” como aliado, sendo que o coronel entra com a influência pessoal ou de *clã*, com o dinheiro e a tradição, e o doutor a ele aliado, com o manejo da

⁵⁴ Ver, por exemplo, LEAL, op. cit.; CARONE, op. cit.; JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; e PANG, op. cit.

máquina pública, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento e das atividades relacionadas às campanhas eleitorais e à apuração.⁵⁵

Nos textos já citados de Wenceslau Breves e Aujor Ávila da Luz também aparece a figura do caudilho. Segundo Loiva Otero Félix, o tom caudilhesco é um dos traços gerais presentes na definição de qualquer estrutura coronelista, sendo que no Rio Grande do Sul ele passa a ser um ingrediente definidor e identificador e pela sua acentuação acaba ganhando nesse estado certa autonomia em relação ao coronelismo, principalmente no século XIX, pois no período republicano o grau de diferenciação é mais sutil, quase imperceptível. Dentre os principais traços específicos que diferenciam o caudilho e o coronel estão o predomínio militar, o sentido carismático, a liderança e o caráter mais transitório do primeiro, em contraposição ao predomínio do papel político e do caráter mais permanente da ação do coronel.⁵⁶

Provavelmente em função de muitos dos “coronéis” do Oeste Catarinense terem sua origem no Rio Grande do Sul, esse “tom caudilhesco” é reforçado nos textos de Ávila da Luz e Wenceslau Breves.

Claro está que boa parte das principais características do “sistema coronelista”, da família patriarcal e predominância do poder do coronel e do caudilho, pode ser visualizada nas relações sociais, econômicas e políticas na primeira metade do século XX na região do atual Oeste Catarinense. Sendo a centralidade do masculino, o mandonismo local, a coerção e a cooptação política as principais delas. Mas, olhando mais de perto as peculiaridades dos “coronéis” da região, é possível percebermos diferentes práticas. Pode-se dizer que essas práticas multiformes é que animam as divergências entre os “teóricos do coronelismo”. Para

⁵⁵ CARONE, op. cit., p. 251-2.

⁵⁶ FÉLIX, L. O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 21-22.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, ao contrário de muitos outros autores, o coronel não é necessariamente um grande latifundiário.⁵⁷ Neste sentido, quando Monica Hass compara as “práticas coronelistas” no Oeste Catarinense ao que chama de “coronelismo nordestino”, ela afirma que o coronel Ernesto Bertaso era um colonizador que utilizava a maior parte de suas terras para a comercialização, portanto, não se constituindo como latifundiário, mas existia, ainda assim, uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que incentivou a explorarem a região. Apesar desses migrantes serem donos de suas terras, acabavam subordinados a uma classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política. Contudo, apesar de o coronel Bertaso não empregar alguns métodos que caracterizaram outros coronéis como Santos Marinho, Fidêncio Melo e Passos Maia, ou os “coronéis nordestinos”, este vai mais tarde dar continuidade a uma política baseada nos laços de dependência, nos bens de fortuna, e, de acordo com a autora, alicerçado, agora, numa prática clientelista, embora persistindo, de forma mais amena e através de mecanismos mais sofisticados, o arbítrio e a perseguição aos adversários políticos.⁵⁸

⁵⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de apud HASS, op. cit., p. 68.

⁵⁸ HASS, op. cit., p. 68 e 98.



O coronel Bertaso no tempo em que era caixeiro viajante, antes de sua atuação política e empresarial na Região Oeste. Possivelmente esta foto é da década de 10.

Crédito: CEOM. Acervo de Fotografias.



Autoridades reunidas em “Passo dos Índios” em 1929, na ocasião da passagem da Comitiva do “Presidente” de Santa Catarina Adolfo Konder (Bandeira Konder). Local em que hoje, encontra-se a avenida Getúlio Vargas de Chapecó.

Crédito: CEOM. Acervo de fotografias.



Coronel Passos Maia, Antônio Selitre de Campos e o Presidente do Estado de Santa Catarina Adolfo Konder (de chapéu) com outros políticos e membros de sua comitiva no Hotel Iray em Irai, no Rio Grande do Sul, local em que a comitiva de Adolfo Konder viria a encontrar-se com Getúlio Vargas, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em 1929.

Crédito: CEOM. Acervo de fotografias.

No entanto, assim como é difícil tornar homogêneos os “coronéis nordestinos”, é igualmente difícil reduzir as relações de poder e as práticas políticas da primeira metade do século XX na atual região Oeste Catarinense em termos coronelistas ou caudilhistas. Ora, é importante, por um lado, entender o momento histórico vivido por autores como Guido Wilmar Sassi, Wenceslau de Souza Breves e Aujor Ávila da Luz como um momento em que uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais apontam para o progressivo desaparecimento dos elementos justificadores e definidores da atuação dos coronéis e dos caudílos. Por outro lado, cabe entender quais os interesses que motivam a descrição de uma região como sendo permeada por relações coronelistas e caudilhistas. Autores como Aujor Ávila da Luz e Wenceslau de Souza Breves parecem demonstrar empatia pela colonização

“italo-brasileira” e “teuto-brasileira” e parecem sintonizados com a construção do ideal de civilização na região a partir da colonização em oposição ao passado que descrevem. Esses homens vivenciaram o momento de forte presença de relações permeadas pela autoridade masculina, seja do coronel, do caudilho ou alguma outra conceituação em que era notável a ausência do poder público e das incipientes leis e tecnologias; vivenciaram também o declínio do poder desses homens “duros”, “homens de verdade”, “homens machos” que se preocupavam com a ascendência de algumas mulheres nos espaços antes dominados pelo masculino; mas, principalmente, reivindicaram e tematizaram o crescimento econômico da região, o avanço da “modernidade”, o progresso, a colonização “italiana” e “alemã”, a construção de escolas e ampliação da educação e a subida ao poder de homens com perspectivas mais progressistas frente ao quadro que pintaram como sendo, “metaforicamente”, um sistema coronelista ou caudilhista.

Dos homens progressistas...à terra do trabalho...

Em meados de 1920, era eu auxiliar da Comissão Técnica discriminadora de Terras, quando esta recebeu instruções para se transferir para Chapecó, a fim de demarcar as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia.

O Chefe da Comissão, engenheiro Eurico Borges dos Reis, disse-me então:

- Não vou. Tenho mulher e filho e essa é uma região onde se mata um homem por simples divertimento.

E demitiu-se.

O Dr. Adolpho Konder, Secretário da Fazenda, Viação, Agricultura e Obras Públicas, mandou me chamar:

- Quer ir você substituir o Eurico, interinamente?

Eu era moço e solteiro. A aventura tentou-me. Fui. E não me arrependi.

O depoimento acima é o início do texto “O Chapecó que eu conheci”, de Wenceslau de Souza Breves, sobre vários aspectos políticos, econômicos e culturais do município de Chapecó nos anos 20 e sobre assuntos pitorescos vivenciados pelo autor quando esteve neste local entre os anos de 1920 a 1924.⁵⁹ Como agrimensor percorreu as várias localidades do município de Chapecó a serviço do Governo do Estado e da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. As “aventuras” de Breves na região o motivaram a escrever, provavelmente no final da década de 1950, esse texto que versa sobre vários aspectos da cultura, do cotidiano e dos embates políticos do período ocorridos no município e região.

Parte deste texto foi transcrito no Histórico do Município de Chapecó na Revista do Cinquentenário em 1967 e contribuiu, somado a outros fatores, para a descrição de uma imagem da região na primeira metade do século XX como sendo uma *terra de ninguém, uma terra de bandidos* justamente no momento em que a cidade completava 50 anos e o seu progresso era anunciado aos “quatro ventos”, de certa forma, em oposição a esta imagem.⁶⁰

Ainda que o autor dissesse que, afora os períodos de grande agitação política que atribuíram “má fama” à região, ele não se recordava de assassinatos, roubos e outros crimes aviltantes que se tivessem dado no período em que esteve no município, Chapecó carregou por muitos anos uma imagem de *Far West* catarinense. Outros fatores como a Guerra do Contestado (1912-1916), o assalto a um trem pagador em 1922, a passagem da Coluna Prestes e do bando de Leonel Rocha pela região em 1925, os assassinatos entre as famílias Lara e Cabral na década de 20, os vários rumores sobre uma espécie de *banditismo do Sertão* nas

⁵⁹ BREVES, op cit., p. 7.

⁶⁰ ÁLBUM comemorativo do Cinquentenário do Município de Chapecó. Chapecó: Histórico do Município de Chapecó, 1967.

décadas de 20 e 30⁶¹ e o linchamento de quatro presos em Chapecó em 1950⁶² contribuíram para esta imagem.

Talvez, se comparássemos a incidência de crimes e violência da região na primeira metade do século XX com outras regiões de fronteira no interior do país, o Oeste Catarinense não fugiria de uma certa normalidade. Arlene Renk, analisando o texto de Artur Ferreira da Costa⁶³ quando este se refere ao banditismo na região, comenta que:

... se, de um lado, o texto do chefe da polícia [Artur Ferreira da Costa] fala do banditismo, desse “flagelo do sertão”, de outro, contraditoriamente, descobriu que na região, segundo os moradores, só se morria de mandado [raio], de pontada [pneumonia] e de bala. As mortes de bala, concluía o autor, eram atribuídas a motivos políticos, por questões de terra, assassinatos de honra e, em menor escala, a roubos.⁶⁴

O fato é que, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e mesmo em outros estados, essa imagem de *Far West*⁶⁵ ou de *nova Texas*⁶⁶ ou de *terra de ninguém* geralmente foi associada à região e “impressa” em sua memória. É importante refletir sobre os momentos em que as referências à região como sendo um local conturbado, violento, ou o flagelo do sertão – como se referia o Chefe de Polícia Artur Ferreira da Costa, integrante da comitiva do

⁶¹ COSTA, Artur Ferreira da. *Oeste Catarinense*. Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929. D’EÇA, Othon Gama. ...*Aos espanhóis confinantes*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992; e KOELLN, Arno. *Porto Feliz*. A História de uma colonização as margens do Rio Uruguai Mondaí (SC): Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

⁶² HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer* – Chapecó 1950-1965. Chapecó: Grifos, 1999.

⁶³ COSTA, op. cit.

⁶⁴ RENK, Arlene. *O conhecimento do território*: “A Bandeira Konder”. Chapecó: [s. n.], p. 12 (texto não publicado), p. 12

⁶⁵ Esse termo é utilizado por vários autores, entre outros, BREVES, op. cit.; KOELLN, op. cit.; e COSTA, op. cit.

⁶⁶ “Pensava encontrar outra povoação com nome de cidade, ou nova Texas, porque a fama da zona o levava a crer”. (VIEIRA, J. A. M. *Diário de um agente itinerante*. Rio de Janeiro: Leitura, 1969, p. 106.) João Alfredo Medeiros Vieira teceu este comentário quando visitou a região na década de 60.

Presidente do Estado de Santa Catarina Adolfo Konder⁶⁷ que percorreu a região em 1929 – são trazidos à tona. No caso em questão, a ordem e a disciplina como elementos demarcadores da civilização, em oposição ao que é constatado como “bárbaro” ou “irracional”, constituem-se como estratégias fundamentais para a conquista e o desenvolvimento do território em questão.

Não podemos, e nem é nosso objetivo, “diagnosticar” precisamente em que medida a região era ou não violenta. O que nos interessa é que boa parte da memória é construída, seja nos textos, nas lembranças das pessoas mais velhas ou na imprensa, dentro dessa imagem de banditismo, *pandemônio*, onde a *vida humana não tinha nenhuma garantia*.

Até a década de 50, casos isolados de violência e banditismos vão ganhando repercussão estadual e até mesmo nacional e contribuindo para a difusão desta imagem. Em 1948, a cadeia dos “Diários Associados” publicara em âmbito nacional uma reportagem em que o tema é o contrabando de madeiras na região. O senador Ivo de Aquino pronuncia um discurso de indignação a respeito do fato. Vicente Cunha, prefeito de Chapecó na época, envia um telegrama a Ivo de Aquino dizendo:

⁶⁷ Juntamente com uma comitiva composta por representantes de diversos segmentos ligados ao seu governo (historiador, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico, deputados e outros), Konder percorre a região alternando os mais variados meios de transportes como automóveis, lanchas, trens e, até mesmo, mulas, entre os dias 17 de abril e 18 de maio de 1929, chegando até a cidade de Dionísio Cerqueira na fronteira do estado e do país com a Argentina. Essa viagem ficou conhecida como a “Bandeira Konder”; entre os vários objetivos estava um acordo entre os Presidentes Adolfo Konder, de Santa Catarina, e Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, com relação à divisa entre os dois estados no que diz respeito à atuação das polícias dos respectivos estados na repressão ao banditismo local. Além dessas preocupações, destaca-se o objetivo de conhecer a região, bem como assegurar o território ameaçado pela Argentina e a “brasilidade” da população próxima da fronteira que, segundo os relatos, estava se “desnacionalizando”. Convém dizer que a preocupação com o conhecimento do território configura-se também como uma preocupação em serem reconhecidos pelo ato de bravura. Era a primeira vez que um governador percorria esta região. Provavelmente, através das publicações que integraram as atividades da “bandeira”, esta era a primeira vez que o termo “Oeste Catarinense” apareceria para referir-se à antiga região dos Campos de Palmas. Cf. RENK, op. cit.; e FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *Projeto História* – Revista do Departamento de História e Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, São Paulo, n. 18, p. 215-235, 1999.

Li nos jornais (...) artigo depreciativo do município de Chapecó, querendo fazer crer que aqui campeia impunemente o contrabando de madeiras destinadas à República Argentina, e dando a impressão de que Chapecó é terra de “gangster” e um município destituído de tradições históricas, terra de ninguém e só tendo presente e futuro.⁶⁸

Em 1950 um incêndio da igreja matriz de Chapecó e o linchamento de quatro presos acusados de terem cometido o crime ganha repercussão nacional. A Revista “O Cruzeiro”, periódico de maior circulação no país à época, descreve “os bárbaros acontecimentos” no exemplar do dia 11 de novembro de 1950.⁶⁹

Estes acontecimentos são de fundamental importância para compreendermos a construção da memória assentada na imagem de região violenta. De um lado, a repercussão nacional das notícias sobre violência e contrabando, de outro, a constatação de que os acontecimentos são citados tanto pela população em geral e pela maioria dos entrevistados, como por políticos e jornalistas quando se pretende comparar a violência de antigamente com a da atualidade ou quando se procura “resgatar” a história de Chapecó.⁷⁰ É importante salientar que os estereótipos sobre a região não costumam ter em conta que a sensibilidade à violência é também historicamente elaborada. O que hodiernamente se considera violento, no sentido marginal e depreciativo, amiúde poderia ser percebido como um modo socialmente legítimo de resolver conflitos.

A partir do final dos anos 40, a “sociedade oestina” – refiro-me a um amplo segmento da população, ou seja, as elites, a Igreja, os intelectuais e políticos, através dos jornais impressos e outros periódicos, das revistas comemorativas etc. – dá início a um movimento em prol do progresso da região que vai ganhar força nos anos 50 e 60. Motivados pelas políticas

⁶⁸ SILVA, apud HASS, op. cit., p. 107-8.

⁶⁹ Para maiores detalhes da queima da igreja e do linchamento, ver: HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer* – Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Grifos, 1999.

⁷⁰ Ibid., p. 16-7.

progressistas e nacionalistas de Getúlio Vargas e o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, os discursos progressistas demonstram o desejo de transformar a *terra de ninguém* em *terra do progresso*.

Wenceslau de Souza Breves dizia que...

...Chapecó anda em grande evidência, uma evidência muito diferente da que ele gosou em outros tempos e que tanto impressionou o meu amigo Eurico Borges dos Reis.

Hoje fala-se muito em seu progresso, no desenvolvimento de sua agricultura e de suas indústrias, na sua grande produção, no crescimento surpreendente de seu povoamento.

É bem verdade que se falou também, e muito, na chacina de dois presos [foram quatro presos linchados] e houve também a invasão de suas fronteiras por dois policiais argentinos, o que ia sendo pretexto para complicações internacionais. Mas nada disso o atingiu no que ele é hoje: um núcleo modelar de trabalho e de progresso em Santa Catarina.⁷¹

Em oposição à imagem de violência é essa a imagem que vai ser construída, principalmente durante os anos 50 e 60: uma terra de trabalho e progresso. A idéia era difundir através da imprensa e outros meios uma imagem diversa do município e da região; por um lado, para atrair investidores, por outro, para que os que aqui já estivessem não migrassem para outros locais agravando ainda mais o problema. Assim, para uma terra de progresso, supõe-se: homens progressistas.

Mesmo após a “Revolução de 30”, os coronéis ainda se mantêm no poder na região. Em Chapecó, o coronel Alberto Berthier de Almeida foi nomeado prefeito do município pelo Interventor Federal do Estado. Durante a década de 30 “os coronéis da região não foram totalmente desalojados do poder e prosseguem atuando na política local, já que o governo de Vargas alia-se aos coronéis que não faziam parte da máquina política

⁷¹ BREVES, op. cit., p. 9.

tradicional.”⁷² Com o advento do Estado Novo, a partir de 1937, e o fortalecimento do Estado, diminui, em parte, o poder “pela força”, que até então caracterizava boa parte da estrutura do poder dominante.

No final dos anos 40, de forma muito mais intensa, a idéia da “necessidade de conquista do progresso” é transmitida pela opinião pública e outros meios. Neste período e nos anos imediatamente posteriores, intensifica-se o processo migratório com famílias de descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul; a estes *colonos*, desde os primeiros anos da colonização da região, foi depositada total confiança, considerando-os como símbolos do trabalho, do pioneirismo, da civilização e do progresso, em oposição aos caboclos e índios Kaingang, os quais, para a grande maioria, eram incapacitados de alcançar o progresso e o desenvolvimento desejados.

As décadas de 50 e 60 no Oeste Catarinense constituíram-se como um período transitório a um crescimento industrial e comercial que será ainda mais intenso a partir da década de 70, principalmente com a ampliação do setor agroindustrial.⁷³ É nesta transição que parece mais visível a preocupação do governo e das elites com certa idéia de “progresso” atrelada a uma conduta que atendessem um rol de exigências que definiam um perfil ideal de homem: um homem capaz de contribuir no desenvolvimento local e do país e legitimar tal “progresso”.

⁷² HASS, *Os partidos políticos...*, op. cit., p. 93-4.

⁷³ As agroindústrias que se instalaram em Chapecó entre as décadas de 60 e 70, especialmente a Sadia no início dos anos 70, desencadearam um crescimento econômico intenso, constituindo o modelo socioeconômico predominante da região. Cf.: ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

É importante destacar que tanto em âmbito nacional quanto em âmbito local esta preocupação com o “progresso” definitivamente passou a ser central.⁷⁴ Idéias e projetos de desenvolvimento e crescimento econômico, industrialização e progresso passam a ser amplamente difundidas.⁷⁵

Historicamente, quando se mobiliza um grupo ou a população de uma cidade ou de uma região em torno de um modelo de progresso – social, cultural ou econômico – através dos discursos, esse mesmo grupo ou população é condicionado a seguir uma série de exigências, de atributos comportamentais e disciplinares. E nessa correlação de forças entre o discurso de mobilização em torno do “progresso” e a população que está envolvida, a construção do comportamento masculino fica mais evidente; nessa relação de poder, travada no espaço público principalmente, se constrói também o comportamento masculino. Assim como outros jornais, o Jornal “A Voz de Chapecó” em 1948 indicava o que pretendia ser a tônica nas décadas de 50 e 60 afirmando que:

O progresso é a lei divina, a qual, todos nós estamos submetidos; tanto nós, os seres espiritualizados, como todas as cousas da criação universal.⁷⁶

Percebemos que, na medida em que a região era inundada pelos discursos da “modernização”, conectada com os investimentos em âmbito nacional como a Marcha para

⁷⁴ FREITAS BARREIRO, I. M. de. Educação modernizadora, educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. *Revista Brasileira de História – Brasil 1954-1964*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.

⁷⁵ Podemos citar o Plano de Metas em 1956, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social em 1963, o Plano de Ação Econômica do Governo em 1964 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento. Cf. MINDLIN LAFER, Betty (Org.). *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987; ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Vários.

⁷⁶ N/a. O progresso. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, n. 194, p. 1, 25 jul. 1948.

Oeste, este “progresso” tornava-se algo divino, logo, algo inevitável, pois soa como uma espécie de imperativo da natureza, uma fatalidade benéfica e irremissível, a qual não se poderia escapar. A corrida em busca do “progresso” passa a ser a norma, ou melhor, a lei a que todos deveriam submeter-se.

Para uma região que quer se “modernizar”, onde o progresso é a “lei divina”, alguns princípios são reforçados. Uma desses princípios é o trabalho. Enquanto princípio moral dos sujeitos, o trabalho já é construído entre os habitantes da região Oeste Catarinense desde os tempos da colonização da região. Historicamente se reforçou um ideal de progresso em que “o trabalho do colono foi tomado como sinônimo de liberdade e símbolo do progresso e do pioneirismo”.⁷⁷ O valor moral do trabalho era transmitido no discurso da imprensa, nos discursos das comemorações da chegada dos colonos à região, na escola, na Igreja e na família. Esses discursos são os principais distribuidores de sentido para a idéia de trabalho como sinônimo de progresso, o que é deveras importante para o entendimento da construção da própria região, mas sobretudo para a compreensão da construção de um modelo de masculinidade centrado no ideal do trabalho. O jornal “Folha d’Oeste” mostrava essa preocupação com uma formação da personalidade dos homens pelo trabalho. Considerando o desemprego e a vadiagem como um problema social, dizia-se que:

o problema social do Brasil, não é a mudança de políticos ou de partidos, não é promulgação de novas leis e sim a formação de uma personalidade ativa, mais nobre, particularmente na mocidade que representará a sociedade e seus costumes no dia de amanhã.⁷⁸

⁷⁷ RENK, Arlene. *Narrativas do hibridismo regional e da unidade nacional*. Chapecó: [s. n.], p. 9 (texto não publicado).

⁷⁸ N/a. N/t. *Folha d’Oeste*, Chapecó, p. 4-5, 27 jul. 1966.

Ou seja, segundo o jornal citado não é a capacidade política do poder público, tampouco uma reforma jurídica, que seria responsável pela criação de empregos ou industrialização como meios de acesso ao trabalho e conseqüentemente ao conjunto de regras que correspondem à masculinidade exigida, mas sim a formação de uma *personalidade ativa, mais nobre* que possibilitará aos homens locais a encarnação de um conjunto de valores concernentes à masculinidade e à própria ascensão social. Aquela “terra de ninguém”, “terra de gangsters destituída de tradições históricas” onde “campeava impunemente o contrabando de madeiras” vai se transformando paulatinamente na “terra do trabalho e do progresso”, e aqueles “homens machos que acabavam com todo o mundo na bala”, “envenenados pela política”, “truculentos” vão dar lugar, nesse discurso, ao homem “racional”, “nobre”, “altivo”.

O progresso era uma espécie de justificativa, ou melhor, um meio de legitimação da suposta necessidade de se inculcar comportamentos que se pretendem ideais e hegemônicos como o trabalho, a moral, o caráter, ou seja, essa personalidade mais nobre que se atribuía a determinados homens públicos.

Segundo Hass:

Transformações substantivas acabam ocorrendo na economia do Oeste Catarinense a partir de 1940, com a segunda fase de migração na região, que acontece devido a “carência de terras” no Rio Grande do Sul. As mudanças têm sua raiz na expansão da pequena produção familiar que se constitui, a partir daí, a base da economia regional. A chegada desses elementos proporciona o desenvolvimento do comércio e da indústria, formando aos poucos as condições para a instalação de agroindústrias no município de Chapecó.

Além disso, o crescimento populacional desse período, principalmente na área urbana, e o desenvolvimento das atividades econômicas, trouxe para a região profissionais urbano/liberais que passam a disputar o poder local, com a fração política ligada ao comércio da terra e extração florestal (...).⁷⁹

⁷⁹ HASS, *Os partidos políticos...*, p. 112/13.

Essas transformações socioeconômicas pululam em novas exigências comportamentais de homens, mulheres e jovens. Por um lado, dos homens é exigido um comportamento mais nobre, progressivo; uma personalidade ativa e com espírito jovem. Por outro lado, das mulheres exigia-se um comportamento “moderno”, adequado às mudanças de seu tempo, porém, mantendo-se a fronteira dual entre os sexos e a hierarquia familiar, marcando bem os espaços que deviam ser ocupados pelas mulheres e os espaços que deviam ser ocupados pelos homens.

Em Chapecó, o jornal “A Voz de Chapecó” mesmo representando os interesses da sociedade tradicional conservadora também fazia um discurso do progresso, porém com menos intensidade. Essa causa é, de fato, abraçada por homens com aquele caráter urbano/liberal, como define Hass, os quais tinham o jornal “O Imparcial” como divulgador de seus ideais. No entanto, vemos as duas facções – tanto aquela ligada ao PSD, com idéias mais conservadoras, quanto aquela ligada ao PTB e UDN, com idéias mais liberais – empenhadas na difusão do ideal progressista.

Quando pergunto, em entrevista oral, para Gabriel Dezen – professor e sócio-proprietário do jornal “Folha D’Oeste”, uma pessoa que teve participação ativa no espaço público de Chapecó no período estudado – sobre que mudanças aconteceram na década de 60, ele me responde:

Começou a mudar porque, você sabe que aqui havia os coronéis, que dominavam o setor político. (...) Mas, depois surgiram os outros grupos já, desenvolvimentistas na área econômica, quando criaram o Frigorífico Chapecó, veio esse cidadão De Nês [Plínio Arlindo De Nês], que veio de Lageado no Rio Grande do Sul; ele veio pra cá em 52. Este veio pra cá e se projetou como líder juntamente com o filho [Serafim Bertaso] do desbravador Bertaso [Ernesto Bertaso]. (...) Já havia acontecido aquele incidente de repercussão nacional, que você sabe muito bem, o linchamento daqueles quatro presos, que teve repercussão nacional negativa inclusive

para Chapecó. Depois disso esse grupo resolveu assumir as rédeas, o comando político e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.⁸⁰

Segundo Monica Hass, em Chapecó, no que tange à questão política partidária,

...evidencia-se o perfil conservador, principalmente, dos dois maiores partidos chapecoenses: PSD e UDN. O Partido Social Democrático organizado pelo grupo favorecido ao final do Estado Novo e que objetiva manter a continuidade do sistema de dominação vigente. A UDN também formada por pessoas ligadas ao governo Vargas, de origem urbana liberal, que ambicionavam a conquista do poder, mas sem apresentar um conteúdo ideológico mais profundo.⁸¹

O fato é que o conservadorismo e a oligarquia ainda caracterizam as elites locais. Mas com relação ao passado “trágico” da região, todos estão caminhando no mesmo sentido: apagar de vez esta imagem associada ao banditismo e à violência.

Plínio De Nês, um dos idealizadores do Frigorífico Chapecó instalado na década de 50, afirma que algumas lideranças locais convidaram-no para dirigir a criação do frigorífico com a justificativa de que era preciso “dar uma confiança aos habitantes”, era preciso “fazer alguma coisa para animar o povo”,⁸² pois muitas pessoas (imigrantes vindos do Rio Grande do Sul), frente a tais acontecimentos, estavam deixando a região. Essas lideranças locais entendiam que era preciso promover a cidade através da industrialização e do progresso, em detrimento do passado trágico e com pouco desenvolvimento. São comuns, entre as pessoas que chegaram na região por volta da década de 40, as falas de que “aqui não existia nada”, de certa forma afirmando o “progresso” que se pretendia conseguir nas décadas seguintes.

⁸⁰ DEZEN, Gabriel. Ex-professor do Colégio Marista São Francisco e ex-redator do Jornal “Folha d’Oeste”. Entrevista concedida ao autor em 22 mar. 2003.

⁸¹ HASS, *Os partidos políticos...*, p. 157.

⁸² DE NÊS, Plínio Arlindo. Entrevista concedida a Marilene Marchiori em 25 out. 1986. Arquivo de História Oral. CEOM. p. 17.

Neste sentido, os jornais se tornavam também fundamentais na construção de uma nova imagem para a região. Por um lado, pela veiculação de textos que discorrem sobre a própria história da região; por outro, pelo espaço que criam através de uma espécie de “micro-universo” que envolve uma comunidade de leitores e escritores, o que faz emergir a opinião pública, bem como “cenas” e episódios do cotidiano dessa região. No entanto, o jornal enquanto veículo de opinião pública é apenas um espaço disposto dentro de um campo espacial maior, que envolve o cotidiano de uma região ou de um grupo. Vem somar-se a outros lugares em que circula a opinião pública, ou seja, “o jornal como um lugar, não como um lugar propriamente dito, mas sim como um elemento que se vincula a outros lugares e que funciona como uma forma de comunicação entre eles”.⁸³

E é na recuperação das opiniões que circulavam neste espaço e na recuperação das próprias relações aí existentes que é possível detectar discursos em torno do comportamento masculino. Portanto, é fundamental vincular a opinião pública identificada com as sociabilidades particulares do salão, do café, do clube ou da sociedade literária com a opinião pública identificada com o jornal impresso e as sociabilidades em que se expressa.⁸⁴ Neste caso, a imprensa funciona como uma instituição que veicula discursos de outras instituições, normalmente tematizando determinadas mudanças sociais e naturalizando um universo androcêntrico nas relações de gênero, em que parte dos homens e das mulheres “incorporava” e apropriava esse universo e contribuía, também, para a sua manutenção.⁸⁵

⁸³ CHARTIER, op. cit., p. 123.

⁸⁴ Id., p. 123.

⁸⁵ É interessante observar os conceitos de *habitus*, originalmente introduzido por Marcel Mauss e ampliado e discutido por Pierre Bourdieu e Norbert Elias, e de *percepção*, de Merleau-Ponty, como arautos da idéia de “incorporação” como uma forma mais ou menos inconsciente de incorporar o discurso ou a ordem dominante. Sobre “embodiment”, traduzido por alguns autores como “incorporação”, ver CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for Anthropology. The 1988 Stirling Award Essay. *Ethos*, 18, p. 5-47, 1990. Ver também sobre *habitus* e *percepção*, MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo [1934]. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, v. 2, p. 209-233; BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 59-74; MERLEAU-PONTY,

Juntamente com esse engajamento das elites locais em torno do progresso, com os investimentos em industrialização, com o deslocamento dos interesses políticos – ainda que com certas restrições – intensifica-se um discurso de normatização e reorganização de condutas, sobretudo masculinas. As mudanças socioeconômicas estão também ligadas a mudanças comportamentais. Os homens agora precisam absorver uma “personalidade ativa”, “mais nobre”, com uma visão progressista, não obstante, mantendo-se como provedores e chefes de família, enquanto que a mulher é convocada a “assumir o seu papel” como o “anjo do lar, a base da família, sonhadora, aquela que sabe silenciar”.

A mulher é o anjo do lar (...) quando é depravada, a sociedade também o é, e quanto mais pura e quanto mais bem dotadas moralmente, tanto mais pura e moralizada será a sociedade. (...) A Pátria é a família amplificada. Sendo a família a síntese da Pátria, é a base de toda a organização social, diz Rui Barbosa. A sociedade gira em torno do lar, e a mulher continua a ser a base da sociedade como o é da família. A conduta futura da criança depende em grande parte da mãe e por isso toda a mulher deve ser distinta mãe de família.⁸⁶

As qualidades “anjo do lar”, “distinta mãe de família”, “afetiva”, “amorosa”, “pura”, “moralizada” e “sonhadora”, além de outras já citadas, eram entendidas como a essência das mulheres e convergem com aquele “eu” feminino centrado na esfera da irracionalidade, do sentimento e do idealismo. Toda a mulher devia possuir este perfil e cumprir com o seu “papel na sociedade”, caso contrário estaria negando a sua própria natureza, pois:

Ser mulher, é possuir um coração / Capaz de amor, de afeição! / É crer perdidamente no amor. / É amar com fervor, / É também saber silenciar. / Ser mulher, é sonhar acordada! / É querer tudo e ter quase nada. / Sonhar

Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁸⁶ SPERANDIO, Inácia. A mulher e o seu papel na sociedade. *A Imprensa*, Chapecó, n. 400, p. 2, 9 ago. 1959.

com um castelo dourado... / Mas viver a realidade. / Idealizar um príncipe encantado... / E amar um homem com naturalidade!⁸⁷

Se esta era a imagem de mulher/mãe que se pretendia construir no Oeste Catarinense, que de fato são reverberações do que acontecia em nível de Brasil, a imagem de homem/pai é a do chefe da família, centrado na esfera da racionalidade e do pragmatismo:

Sabemos que todo o pai é um sujeito preocupado com negócios, compromissos sociais, com saúde e a tranquilidade de sua família, com o resultado do futebol, com o clube a que pertence, com o automóvel que possui, ou não comprou ainda, enfim, o pai, dentro do lar, é o malabarista, é que [sic] aquele que vai e que vem, sempre a procura de melhores dias para todos os seus.(...)

E leiam, como motivo para meditação, essas perguntas que formulamos, extraídas da Revista “Igreja em nossos dias”.

MEDITAÇÃO PARA O CHEFE DE FAMÍLIA [destaque do original]

Você tem habito de analisar o seu trabalho como chefe de família?

Sente que é considerado pelos seus filhos como o símbolo da força e da autoridade?

Os meninos recorrem a você nas suas dificuldades?

Ou você não gosta de decidir: entrega a sua mulher as grandes decisões, a direção da casa e o governo dos filhos? (...)

Faz de sua chegada uma festa? (...)

Você faz uma meditação diária com sua família sobre um versículo da bíblia?⁸⁸

Esse discurso coloca o homem como senhor, também, da esfera privada; figura central da família, o chefe. Naturaliza a figura masculina como provedor de recursos, como autoridade e “símbolo de força” frente aos filhos e que “não deve entregar à mulher as grandes decisões, a direção da casa e o governo dos filhos”. Mas esse mundo dual, onde os homens estão colocados, geralmente, no topo da hierarquia das relações de gênero, não é fruto de um processo contínuo e linear de manutenção. Tampouco da simples configuração

⁸⁷ Fragmentos do poema “Ser Mulher”, de Cleuza Joanita Soares. *Folha D’Oeste*, Chapecó, p. 3, 6 jul. 1968.

⁸⁸ Amanhã é o dia do Papai... Salve! *Folha D’Oeste*, Chapecó, n. 209, p. 8, 9 ago. 1969.

do sistema capitalista e dos “papéis sociais” a serem desempenhados por homens e mulheres. Mas sim de complexas relações de poder em que os significados do que é ser-homem ou ser-mulher são criados, retomados, (re)significados, excluídos, ou (re)inventados; portanto, são significados históricos em que a sua manutenção e sua problematização estão relacionadas, muitas vezes, a diversos poderes em jogo:

Muitas vezes você já teve a tentação de ser igual a uma outra pessoa porque a acha atraente, simpática ou importante.

(...) Se você é diferente dos outros, é porque Deus assim o quis, lembre-se disso, e não por um mero acaso.

(...) É tão comum ouvirmos jovens se queixando que não são compreendidas pelos rapazes. Também eles, por serem homens, são diferentes. Eis algumas diferenças.

HOMEM

Força / Raciocínio / Ação / Vê o conjunto / Planeja antes / Realista / Amor baseado na atração exterior, mais passional e inconstante, amor de iniciativa, de conquista. / Tem outras ocupações.

MULHER

Delicadeza / Intuição / Sensibilidade / Vê os detalhes / Sentido de adaptação /

Idealista

Amor feito de estima, de admiração pelas qualidades morais e intelectuais do homem. Dar sem reserva.

Portanto, se você procurar primeiro compreender para ser compreendida, primeiro amar para ser amada, primeiro servir para ser servida, descobrirá que é tão fácil ser feliz!⁸⁹

Dentro deste sistema dual são reproduzidos significados do que é ser-homem e o que é ser-mulher. Nesta dicotomia, o “eu” masculino é naturalizado na esfera da racionalidade, do pragmatismo e do utilitarismo e o “eu” feminino na esfera da irracionalidade, do idealismo e do sentimento. Essa visão essencialista acaba por reforçar tacitamente as hierarquias. Ora, generalizando o masculino e o feminino de acordo com “aptidões naturais”, homens e

⁸⁹ ATEÉSSE, As diferenças são... riquezas! Coluna: Da juventude para a juventude. *Voz da Fronteira*, São Miguel, n. 28, p. 1, 15 jul. 1962.

mulheres são tacitamente orientados a ocuparem espaços na sociedade de acordo com essas aptidões ou características e, assim, acabamos nos esquecendo que homens e mulheres são, também, agentes de um processo histórico e produtos deste mesmo processo.

O período que compreende os anos 50 e 60 é o momento em que essa mudança comportamental e de sensibilidade masculina fica mais visível no discurso da construção da Região Oeste Catarinense e do seu progresso, mas também no discurso que tematiza o próprio comportamento masculino, neste caso, muito mais visível nos jornais locais. O *homem macho*, corajoso, possuidor de uma moral da desforra e que respondia ao inimigo e às “intempéries” da vida através da força, dará lugar, nestes discursos, ao “homem viril”, progressista, pragmático, objetivo, racional, *mais nobre*, possuidor de um *ethos* do trabalho e da ordem e de uma polidez da civilização, sintonizado com a modernidade e com o progresso que se apresenta ou que se produz nos próprios discursos.⁹⁰

Com a introdução de novas tecnologias e aparelhos eletrodomésticos mais sofisticados, sobretudo, a partir da década de 60, os afazeres domésticos parecem tornar-se mais simples e mais rápidos. Os anúncios e propagandas são direcionados, com mais frequência, às mulheres tacitamente indicando que elas também não devem ficar alheias às mudanças do “mundo

⁹⁰ Com relação ao que denomino de “homem viril”, refiro-me a esse conjunto de mudanças que parecem opor-se às formas tradicionais de apresentação do comportamento dos homens no Oeste Catarinense até os anos 50 valendo-me das reflexões de Maria Bernardete Ramos a respeito dos intelectuais que tematizaram, teorizaram e reivindicaram uma espécie de *cultura viril*, ou *virilização da nação* nas primeiras décadas do século XX como discurso da modernidade ou da modernização do Brasil. Para Ramos, no livro de Mario Pinto Serva, *A virilização da raça*, como o objeto principal de sua discussão, “se insere o mito de Caliban [*The Tempest* de Shakespeare] como símbolo de uma cultura viril refletida no modelo norte-americano. O tipo-viril, genérico, sem sexo, é aquele que incorpora a cultura viril, regeneradora da raça, superadora do jeca-tatu.” (p.09) A autora ainda diz que neste momento, “somente a formação de uma raça forte, viril, racional, objetiva, integradora e a volta das certezas de nossas representações restabeleceriam a ordem perdida, tiraria o mundo do caos em que se encontrava. Os mitos, então, se re-encarnaram na ossatura do discurso a plasmar o mundo em crise e a reconduzir a ordem social como a força de Jano. A face voltada para o futuro exigia que se forjassem corpos, saudáveis, brancos, viris, guerreiros, raça de heróis, perfilada na luta contra homossexualismo, alcoolismo, feminismo e feminização, todo o tipo de vícios, de taras e doenças, todo tipo de desordem” (p. 13). RAMOS, M. B. *Caliban e Ariel, acerca do anti-herói brasileiro. O Brasil varonil e a política de raça*. (mimeo).

moderno” e às novas tecnologias. Em 1970 o anúncio das Centrais Elétricas de Santa Catarina parece convocar às mulheres para essa nova realidade:

Você vive mais descansada num mundo iluminado: a máquina de lavar acabou com o lesco-lesco do tanque; sua roupa é passada com ferro elétrico levíssimo, em vez de ser prensada por um monstro a carvão; hoje, você não tem que bancar a alterofilista; e quando tira o pó dos móveis ele não a sufoca nem fica em sua roupa – fica no aspirador. Assim você tem mais tempo para o secador de cabelos para ficar muito bonita e por dentro, sabendo do mundo pelo rádio e pela televisão. Com o corpo descansado, pode repousar o espírito ouvindo um disco na vitrola, uma fita no gravador, ou vendo um filme no cinema. É para que tudo isso aconteça que existe Celesc. Não é um creme de beleza. CELESC quer dizer Centrais Elétricas de Santa Catarina.⁹¹

O informe comercial da Companhia de Eletricidade de Santa Catarina indica a necessidade de enquadramento das mulheres à “modernidade” dos aparelhos domésticos, no entanto lembra que seu lugar deve ser o lar – lavando, passando, limpando etc. – enfim, seu lugar é o espaço privado, o espaço doméstico, e naturaliza-o, como também o faz, indiretamente, com os homens, os quais, subentende-se, devem ocupar o espaço público, enquanto suas mulheres aguardam seu retorno da labuta diária “*sempre a procura de melhores dias para todos os seus*”.

⁹¹ N/a. *Celesc deixa você mais bonita*. Informe Comercial. *Folha D'Oeste*, Chapecó, n. 234, p. 4, 14 fev. 1970. É importante ter em mente que, no intuito de vender um produto, a propaganda não se refere a um lugar específico, como, por exemplo, o Oeste Catarinense, mas reflete um certo pensamento que permeia os estereótipos de época.



Celesc deixa você mais bonita.

É natural que você seja mais bonita.

Você vive mais descansada num mundo iluminado: a máquina de lavar acabou com o lesco-lesco do tanque; sua roupa é passada com ferro elétrico levíssimo, em vez de ser prensada por um monstro a carvão, hoje, você não tem que bancar a halterofilista; e quando tira o pó dos móveis, ele não a sufoca, nem fica em sua roupa - fica no aspirador.

Assim você tem mais tempo para o secador de cabelos ou para ficar mais bonita e por dentro, sabendo do mundo pelo rádio e pela televisão.

Mais uma etapa de desenvolvimento do Governo Ivo Silveira

Com o corpo descansado, pode repousar o espírito ouvindo um disco na vitrola, uma fita no gravador, ou vendo um filme no cinema.

É para que tudo isso aconteça que existe Celesc. Não é um creme de beleza.

CELESC quer dizer Centrais Elétricas de Santa Catarina, empresa desenvolvida durante a administração Ivo Silveira e responsável por uma vida mais bonita em 92% do nosso Estado. Sem nenhum favor a você. Porque a Celesc é do povo.

Cuide do que é seu.

celesc 
Produzindo energia, criando o progresso.

Informe comercial das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Créditos: CEOM, Arquivo de Jornais. Foto digitalizada a partir de Folha D'Oeste, 14/02/1970. p. 04.

A BELA E O CHOPP



Esta belezinha que pousa para a objetiva de Fôlha d'Oeste com um copo de chope à mão, convida o leitor para viver as alegrias desta primavera e do verão que se aproxima, prestigiando duas sensacionais promoções que incluem beleza e muito chope. Dia 15 de novembro, Palmitos espera receber apreciadores de música de bandinha (dos saudosos tempos) e de chope, no seu IV Baile Regional do Chopp, no Centro Cultural 25 de Julho. E Chapecó espera abafar com uma promoção idêntica, promovida pelo Rotary Clube, em favor do Lar Escola da Ação Social Diocesana, no dia 13 de dezembro.

Durante a década de 60, as mulheres aparecerão com mais frequência nos jornais da região, porém nem sempre escrevendo algum artigo. Maior será a veiculação de imagens femininas como uma forma de atrair o leitor para a participação em algum evento, festa ou para a compra de algum produto.

Convite para Baile Regional do Chopp.

Crédito: CEOM, arquivo de jornais. Imagens digitalizadas a partir de: Folha D'Oeste, 27/09/1969, p. 01 (página anterior)



As formas de vestir-se ou a maneira de posar para uma fotografia pressupõem as diversas “formas de ser homem” e multiplicam as masculinidades no Oeste Catarinense. Acima, *Antônio Selistre de Campos*, Juiz de Direito em Chapecó, no “Passo dos Índios” provavelmente nos anos 30 – local em que hoje se situa o centro de Chapecó. Selistre de Campos, posteriormente, viria a ser conhecido em Santa Catarina pelo estudo e defesa dos Índios Kaingang. Créditos: CEOM, Arquivo de Fotografias. Abaixo, *Setembrino Zanchett*, gerente do Banco do Brasil, eleito em 1967 a “personalidade do ano no campo econômico” durante as comemorações do Cinquentenário do Município de Chapecó. Créditos: CEOM, Arquivo de Jornais. Imagem digitalizada a partir de Folha D’Oeste, 25/12/1967, p.9.

II

“Iluminar a inteligência e educar a afetividade”: investimentos em novos modelos de masculinidade

No momento em que vários temas, conceitos e enunciados em torno da constituição do ideal de trabalho e da tentativa de construção de novos modelos de masculinidade são agenciados no contexto da construção da Região Oeste Catarinense nos anos 50 e 60, figura, simultaneamente, um conjunto de discursos e ações voltados à valorização e necessidade da educação. Esses discursos e ações em prol da educação fazem parte dessa série de investimentos que apontam para a tentativa de constituição de um novo homem no Oeste Catarinense. Entender e historicizar esses investimentos é o principal objetivo deste capítulo. Creio que seja necessário, inicialmente, apresentar alguns elementos em torno da educação no contexto da própria constituição da região Oeste Catarinense.

A educação no contexto da constituição do Oeste Catarinense

Até o final da década de 1930, a educação na região era bastante problemática, ou seja, não fugia da realidade das condições da educação brasileira: reduzido número de escolas

públicas, poucos investimentos, falta de professores capacitados, não havia uma rede de escolas públicas digna de respeito, sendo que as poucas que existiam atendiam aos grupos mais favorecidos economicamente.⁹² Othon D'Eça e Artur Ferreira da Costa, integrantes da comitiva de Adolfo Konder, em seus registros da viagem ao Oeste Catarinense empreendida em 1929⁹³ – alguns dos principais registros das condições da educação na região naquele período – relatam que os moradores dos municípios de Dionísio Cerqueira e Barracão, na fronteira com a Argentina, procuravam as escolas deste país em decorrência da falta de escolas no Brasil. Esses intelectuais apontavam que os habitantes próximos à fronteira com a Argentina “*estavam se desnacionalizando*”⁹⁴, revelando aí os interesses de uma construção da brasilidade em Santa Catarina e na região, o que, para Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Serpa, tratava-se de um paradoxo, pois a “Bandeira Konder” previa a constituição de uma identidade brasileira e a implantação da civilização com o povoamento de origem européia.⁹⁵

Com a colonização, à medida que as comunidades de imigrantes iam sendo constituídas, algumas escolas eram implantadas. Mediante ajuda das companhias colonizadoras, ou subvenção estrangeira, mas principalmente a partir do esforço da própria comunidade, a instalação da escola era uma das primeiras providências tomadas por esses imigrantes. Quando não se construía um prédio próprio para a escola, esta funcionava junto à igreja, ou vice-versa. Assim como em praticamente toda a região, em Porto Feliz, atual

⁹² Para maiores informações sobre as condições da educação brasileira na primeira metade do século XX, ver: GHIRARDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. Sobre as questões da educação na região na primeira metade do século XX no contexto regional, ver: VIEIRA, Alexandre Sarda. *A educação formal no velho município de Chapecó (1929 – 1945)*. 2000. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

⁹³ D'EÇA, Othon Gama. ... *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC; Ed. da UFSC, 1992; COSTA, Arthur Ferreira da. *O Oeste Catarinense – Visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929.

⁹⁴ COSTA, op. cit., p. 37.

⁹⁵ FLORES, M. B. R.; SERPA, E. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, 1999, p. 215.

município de Mondai, a escola e a igreja estiveram intimamente ligadas nos primeiros anos da colonização. Já nos primeiros meses da colonização em Porto Feliz – uma colônia formada por imigrantes de origem alemã e de religião protestante – na década de 20, a escola começou a funcionar e “a pequena construção, ao lado do barracão de imigrantes, que a Empresa [Companhia Colonizadora Chapecó-Peperi] havia colocado à disposição, servia, em dias de semana, como escola e, aos domingos, como igreja”.⁹⁶

Mas não é somente esta a relação da igreja com a escola. A escola era de fundamental importância para a própria sobrevivência religiosa, uma vez que “a leitura e a interpretação da Palavra de Deus eram o centro da prática religiosa e pressupunha a escolarização”.⁹⁷ Outro fator que aproximava a igreja e a escola era o fato de que o ensino de religião fazia parte dos conteúdos ministrados em praticamente todas as escolas da região, através de cantos, rezas e do catecismo. A participação política da Igreja na organização da “sociedade” era bastante visível – como veremos no decorrer deste capítulo – especialmente na educação, pois a maioria das escolas formadas tinha a Igreja como aglutinadora ou colaboradora.

Normalmente os professores que ministravam as aulas pertenciam à comunidade e eram de mesma origem étnica e mesma crença religiosa que a maioria da população envolvida. O ensino da língua de origem, como forma de manutenção e reprodução dos valores étnicos, normalmente esteve presente nas escolas da região até o final da década de 30 quando o

⁹⁶ KOELLN, Arno. *Porto Feliz – A história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. Mondai (SC): Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980, p. 51. Algumas Companhias Colonizadoras que atuaram na região organizavam as “comunidades de imigrantes” de acordo com a religião e origem étnica. Apesar de várias comunidades serem formadas por “colonos protestantes”, há uma presença maior de comunidades católicas. Sobre a questão da organização dessas comunidades, ver: WERLANG, Alceu. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina: a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, a. 13, n. 11, p. 11-52, 1999.

⁹⁷ KREUTZ apud ROYGER, Venida. Colonização, memória e experiências em Saudades. In: *Cadernos dos CEOM*, Chapecó, a. 13, n. 11, 1999, p. 121.

projeto nacionalizador do governo Vargas intensificaria a proibição do ensino de “língua estrangeira” nessas escolas.⁹⁸

No ano de 1938, as escolas mantidas pela empresa colonizadora, com professores estrangeiros, ministrando o ensino em língua estrangeira, subvencionadas por governo estrangeiro, foram fechadas, por ordem do Governo do Estado.⁹⁹

Segundo o jornal, mais tarde, sob protesto da comunidade, as escolas seriam reabertas com promessas de os professores ministrarem o ensino em língua portuguesa. A maioria das escolas em que o ensino era ministrado em “língua estrangeira” – alemã e italiana – estava localizada em Xaxim, Xanxerê, Mondaí, Itapiranga e São Carlos, então distritos de Chapecó.¹⁰⁰

A prioridade das escolas na região concentrava-se no ensino primário, e somente as famílias mais abastadas tinham condições de fazer que seus filhos completassem os estudos fora da região, principalmente em Passo Fundo (Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná) e Florianópolis (Santa Catarina).

Durante a primeira metade do século XX, boa parte da população da região não teve acesso à educação, e mesmo com a colonização, ainda ficou excluída do circuito da instrução formal. Segundo Alexandre Sarda Vieira, “na maioria dos casos e na opinião dos colonos, o elemento ‘caboclo’ não deveria fazer parte da nova sociedade. Para isto, o ‘caboclo’ foi posto à margem do sistema já no início da colonização. Os filhos dos ‘caboclos’ possuíam

⁹⁸ Sobre a intervenção do Estado nas “escolas estrangeiras”, ver: CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 149-166.

⁹⁹ N/a. Itapiranga. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 1, 7 jan. 1940. Apud VIEIRA, Alexandre Sarda. O processo educacional no município de Chapecó: 1930 – 1945. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 7, 1999, p. 76-7.

¹⁰⁰ Sobre a nacionalização do ensino na “era Vargas” em Santa Catarina, ver: CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. 1992. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992; CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado...; e VIEIRA, op. cit.

dificuldades para freqüentar as escolas. Sua posição social é a principal razão para este fato”.¹⁰¹

Além disso, deve ser destacado o conflito étnico que se estabeleceu com a colonização. Segundo Arlene Renk, a Colonização representou uma ruptura com o modo de vida anterior dos “caboclos”/“brasileiros”, introduzindo valores externos, deixando à população local as alternativas de adaptar-se ou ficar excluída por duas razões: a destruição do modo de vida anterior e o descompasso entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas pelo colonizador.¹⁰²

Com o Estado Novo, o discurso de valorização da educação como um instrumento de construção da nação brasileira, de civilidade e de brasilidade, começa a ganhar visibilidade. O Município de Chapecó é também um dos endereços deste discurso, pois possuía várias escolas subvencionadas por países europeus e que ensinavam a “língua estrangeira”. Outra questão é a caracterização de lugar de pouca civilização, *flagelo do sertão*, pois a suposta freqüência de violência e contrabando passa a ser o ponto de partida do discurso de valorização da educação. Esse discurso está duplamente organizado sob o caráter de denúncia e valorização. Por um lado, denuncia a situação precária das escolas e da educação como um todo, conseqüentemente

¹⁰¹ VIEIRA, op. cit., p. 75.

¹⁰² RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 105. Com relação aos “Caboclos”, trata-se de uma atribuição categorial exógena utilizada pelos *outsiders* – os chamados “colonos de origem” (alemã e italiana principalmente) – para nomear à maioria dos habitantes “brasileiros nativos” ou “lusobrasileiros” ou “mestiços” que viviam na região antes da Colonização. Em muitos casos, “caboclo” era o referencial pejorativo dos “colonos de origem” como forma de marcar as diferenças étnico-culturais. A endo-definição desses “lusobrasileiros”, com a colonização, passou a ser “brasileiros”, em oposição aos “estrangeiros” (“italianos” ou “alemães”). É a partir da pesquisa de Arlene Renk, acima citada, que por sua vez remete-se à retomada dos estudos da etnicidade a partir dos anos 70 e 80 que a auto-identificação dos “brasileiros” veio à tona e tornou-se reconhecida, pelo menos em âmbito acadêmico. No entanto, em algumas localidades e para alguns pesquisadores o termo “caboclo” não é visto como pejorativo. Em alguns casos, inclusive, a exo-definição [definição negativa para os estudos da etnicidade, porque, entre outros, tende a ser homogeneizante] é retomada pelos “lusobrasileiros” como identidade étnica. Telmo Marcon diz que entre os sujeitos que foram entrevistados em sua pesquisa a distinção entre caboclos e brasileiros não se constitui como um problema. “Pelo contrário, eles se auto-identificam caboclos como afirmação positiva de suas práticas e ações”. MARCON, T. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p71. Para as questões em torno da teoria da etnicidade ver POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Este é um caso comum da fluidez das identidades étnicas, portanto, trabalho nesta pesquisa com os dois termos (caboclos e brasileiros).

valorizando a importância da educação; por outro lado, reclama a necessidade de investimentos e reafirma a própria argumentação de que a educação é fundamental para a civilização, o desenvolvimento e o progresso da região. Apesar de emergir num contexto de supervalorização da educação, que iniciou com o “clima revolucionário” desencadeado nos anos 30, esse discurso parece ser mais visível e mais intenso na região a partir do final dos anos 40. Trata-se de um conjunto de discursos de valorização do potencial econômico e da capacidade de realizações do *braço humano* [do colono] de uma região que está abandonada pelo poder público estadual, não obstante ocupar os primeiros lugares no *ranking* de arrecadação de impostos.

Iniciou-se aí uma espécie de “movimento”, nem sempre organizado e homogêneo, que teve como principal reivindicação a necessidade de maior atenção por parte do governo do Estado de Santa Catarina e pelo Estado brasileiro. Essa “campanha”, que atuou na região entre altos e baixos, vitórias e derrotas, ganhando e perdendo adeptos, pelo menos até o início da década de 70, valorizava o *surto de progresso* que cada vez mais era tematizado e enfatizado numa região aspirante a *celeiro do sul do Brasil*, mas que nunca recebia o seu devido valor e incentivo. Esse discurso culminou, primeiramente, no movimento pró-criação do Estado do

Iguaçu, que teve sua origem na extinção do Território Federal do Iguaçu,¹⁰³ e, mais tarde, na criação da Secretaria dos Negócios do Oeste em Chapecó.¹⁰⁴

Para o jornal *Folha D'Oeste*, a Secretaria dos Negócios do Oeste

reflete antes e acima de tudo o desejo do Governo do Estado em dar solução rápida e eficiente aos problemas de uma região que pela situação geográfica de completo isolamento com a capital estava a exigir uma ação dinâmica e imediata dos poderes públicos, pois que nela se situa ponderável e importante zona de produção agrícola de consideráveis perspectivas para aproveitamento industrial pela riqueza de seu panorama socio econômico com uma área de 14.581 Km², dividida politicamente em 84 municípios com uma população de 305.731 habitantes (dados do Censo Escolar de 1964), a região se ressentia da atuação mais objetiva do poder central já pela impossibilidade de fiscalização ativa e permanente dos serviços, já pela dificuldade de comunicações e pela grande extensão territorial. (...)

O acerto da experiência reflete-se na inestimável contribuição que vem sendo prestada em todos os setores criando meios para o desenvolvimento e fortalecimento econômico da região, promovendo estudos, planejando e solucionando velhos problemas de infra-estrutura, capacitando-a ao progresso que será uma decorrência natural.¹⁰⁵

¹⁰³ O Território Federal do Iguaçu – criado em setembro de 1943 e extinto em setembro de 1946 – é resultado da política do governo Vargas de defesa nacional das fronteiras brasileiras e de integração espacial, geográfica, econômica e social das regiões. Já em 1938 o “Anteprojeto de Decreto-Lei” propunha a criação de novos territórios federais. Mas a criação de um território unindo as regiões do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná contou, também, com o apoio de boa parte da população, tanto é que o movimento pró-criação do Estado do Iguaçu, que surgiu na década de 50 como uma espécie de reação à extinção, ressurgirá em vários momentos na década de 60 e depois nas décadas de 80 e 90. Este movimento está ligado a uma trama bastante complexa, que envolve questões políticas, econômicas e culturais, mas um de seus fundamentos é justamente a falta de atenção dos governos do Paraná, de Santa Catarina e do Brasil com relação às regiões do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina – essa questão irá permear as justificativas do movimento nos vários momentos de sua emergência e reaparecimento. Sobre o Território Federal do Iguaçu, ver: LOPES, Sérgio. *O Território Federal do Iguaçu no contexto da nacionalização de fronteiras e da “marcha para oeste” do governo Vargas*. 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense / UNIOESTE, Niterói, 2002.

¹⁰⁴ A Secretaria dos Negócios do Oeste foi uma secretaria regional do estado de Santa Catarina criada durante o Governo Celso Ramos e extinta nos anos 70. Segundo Plínio Arlindo De Nês, a Secretaria do Oeste foi uma iniciativa de uma equipe composta por lideranças políticas e econômicas da região justamente “para que cessasse aquela campanha da criação do Estado do Iguaçu”. Ou seja, se o Estado do Iguaçu encontrava resistência e divergências, a alternativa encontrada para que os anseios da região fossem atendidos residia na criação de uma secretaria para descentralizar o governo. Para o seu funcionamento foi nomeado, entre as lideranças locais, um secretário e providenciado um prédio em Chapecó para o seu funcionamento e deliberações. DE NES, P. A. Entrevista concedida a Marilene Marchiori em outubro de 1986. Chapecó, CEOM. p. 27. Ver também: N/a. *Um pouco de história. Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 4, 29 out. 1966.

¹⁰⁵ N/a. *Um pouco de história. Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 4, 29 out. 1966.

Esse “movimento” parecia criar uma espécie de “sentimento” de abandono que se pulverizava na imprensa local e entre as autoridades políticas. O discurso da necessidade de investimentos em educação parecia, muitas vezes, ser impulsionado por tal sentimento:

A sua população [Caxambu – distrito de Chapecó] é calculada em três mil almas, havendo 550 crianças em idade escolar, conforme dados estatísticos aproximados. No entanto parece incrível, existe apenas uma escola na sede do distrito e nada mais. Dito isto, está dito tudo, qualquer comentário é ocioso. Os países civilizados adotaram leis, tornando o ensino primário obrigatório. Os nossos doutores da cidade acharam que o sistema era bom e também fizeram lei nesse sentido, mas só para produzir efeito lá, onde os tais doutores moram, nas cidades, com luz elétrica, teatros, água encanada e as demais comodidades da civilização. O sertão que pague imposto e se faça, doutor, à própria custa, se quiser ou se puder.¹⁰⁶

Tal situação de abandono desse “sertão” é inclusive admitida pelo Estado catarinense em dois momentos significativos: nas visitas à região dos governadores Adolfo Konder em 1929 e Irineu Bornhausen em 1951, este último dizendo que:

De outra parte cumpre reconhecer que a grande distância que separa o vosso município do litoral catarinense e os acidentes naturais da nossa paisagem física, contribuíram preponderantemente para o isolamento de tão rica quanto promissora região. (...) Porém, de qualquer modo, precisamos retirar Chapecó do isolamento em que vive. E o Governo que fizer isso não prestará um favor a Chapecó, mas ao Estado de Santa Catarina. Sim, porque no dia em que estiver cultivada toda a área territorial do vosso município, abrir-se-ão para Santa Catarina as portas do mais rico e opulento celeiro do sul do Brasil.¹⁰⁷

No conhecimento, reconhecimento e denúncia da situação em que se encontrava a região, tanto do poder público, quanto das lideranças políticas, econômicas e intelectuais

¹⁰⁶ N/a. *Uma escola. A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 2-4, 12 nov. 1939. Apud VIEIRA, op. cit., p. 13.

¹⁰⁷ BORNHAUSEN, Irineu. Discurso pronunciado pelo governador Irineu Bornhausen em Chapecó. In: SILVA, Zedar Perfeito da (Coord. e Ed.). *Chapecó e Joaçaba*. Florianópolis: [s.n.], 1952.

locais, estão diversos poderes em jogo. Para o poder público, esse reconhecimento do abandono em que se encontrava a região, geralmente justificado por questões “naturais” e geográficas, serve de mote para o pronunciamento de discursos de valorização dos colonos e da colonização, para o reconhecimento do ato da visita – a passagem pela região, inauguração de escolas, de praça, topografia – e como estratégia política através das promessas de construção de rodovias, incentivos e investimentos. Já para as lideranças locais, estão o interesse de se projetar politicamente, igualmente valorizar a colonização e pleitear recursos para o desenvolvimento local. Apesar do termo *Oeste Catarinense* ter surgido no final da década de 1920, quando da passagem do Governador Adolfo Konder pela região, através dos registros de Artur Ferreira da Costa, José Artur Boiteux e Othon Gama D’Eça¹⁰⁸, a generalização “Oeste Catarinense” parece acontecer somente nos anos 50 e 60. Apoiados em *A invenção da sociedade*, de Jacques Revel,¹⁰⁹ a partir da idéia de que o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território, Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Serpa apontam que “a *bandeira Konder*, num rito de passagem e de reconhecimento, performatizava a territorialidade, física, étnica, religiosa e política da região oeste de Santa Catarina, definindo o contorno étnico brasileiro, das fronteiras com a Argentina, e o contorno regional estadual das fronteiras com o Rio Grande do Sul e com o Paraná.”¹¹⁰ No entanto, até o início dos anos 50, os intelectuais e pesquisadores catarinenses não tinham chegado a um consenso quanto à especificidade “Oeste Catarinense”. A lei n.º 247 de 1948, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado, distribuía os municípios catarinenses em

¹⁰⁸ COSTA, op. cit.; BOITEUX, J. A. *Oeste catarinense (de Florianópolis a Dionísio Cerqueira)*. Conferência realizada no Centro Catarinense e na Sociedade de Geografia (Rio de Janeiro) e no Clube XII de Agosto (Florianópolis) em 1929. Florianópolis: Alberto Entres e Irmãos, 1931; D’EÇA, op. cit.

¹⁰⁹ REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

¹¹⁰ FLORES e SERPA, op. cit., p. 219.

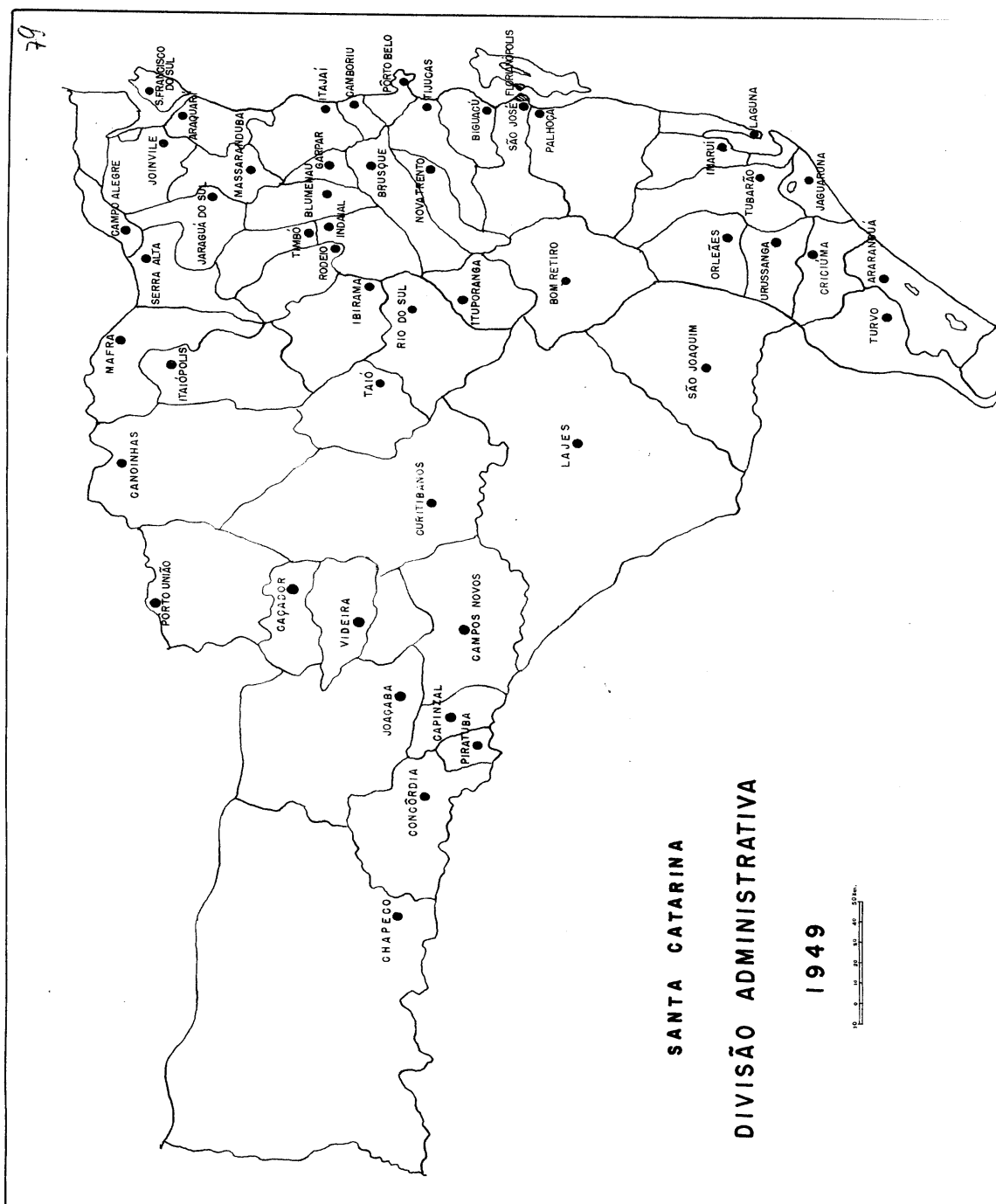
“Zonas”.¹¹¹ Entre os escassos artigos do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense que contemplavam a antiga região dos Campos de Palmas, como em *A Região das Araucárias*, de Carlos da Costa Pereira, a idéia de Oeste Catarinense ainda não estava clara.¹¹²

Mapa 03¹¹³

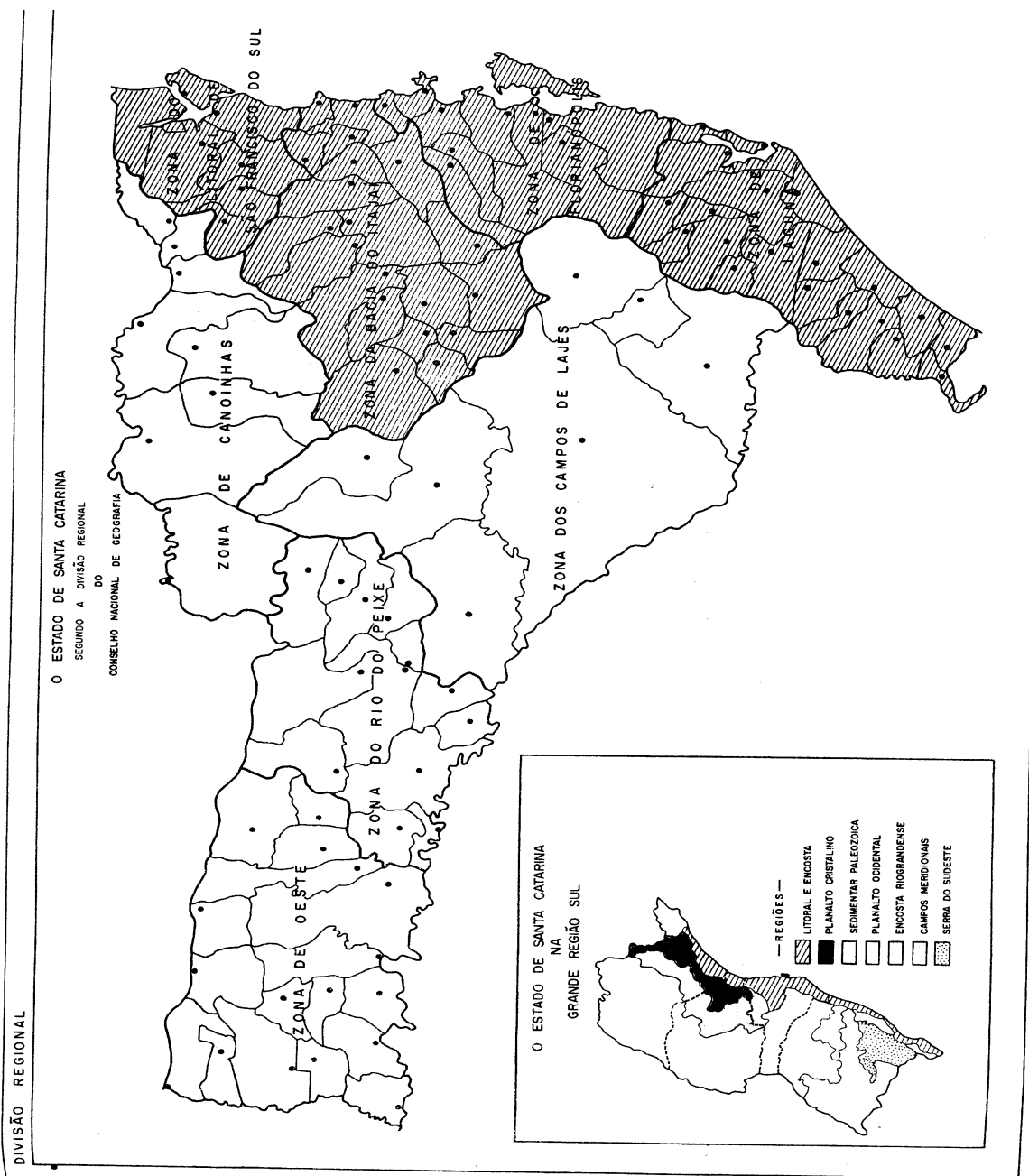
¹¹¹ 1. Zona do Litoral de São Francisco do Sul, 2. Zona do Litoral de Florianópolis, 3. Zona do Litoral de Laguna, 4. Zona da Bacia do Itajaí, 5. Zona do Planalto de Canoinhas, 6. Zona dos Campos de Lages, 7. Zona de Chapecó e 8. Zona de Joaçaba. N/a. Divisão Territorial do Estado. DEGC, *Boletim Geográfico*, a. 3, n. 5, 1949.

¹¹² Neste artigo o autor estuda a erva-mate, o pinheiro (araucária), a conquista, a devastação e as riquezas da região que descreve como Região das Araucárias. De acordo com o autor, esta região contemplava o Planalto Catarinense, parte dos Campos de Palmas e parte do sudoeste do Paraná. Em nenhum momento o autor trabalha com a idéia de Oeste Catarinense. Cf: PEREIRA, C. C. *A Região das Araucárias (Conquista – Devastamentos – Riquezas Naturais e seu aproveitamento)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, p. 31-69, 2 sem. 1943. Aroldo Caldeira, num artigo sobre os limites do Estado de Santa Catarina, também não trabalha com a idéia de Oeste Catarinense. Cf: CALDEIRA, Aroldo. *Limites do Estado de Santa Catarina*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, p. 167-170, 2 sem. 1943.

¹¹³ Mapa 03. Divisão Administrativa do Estado de Santa Catarina em 1949. O Estado dividia-se em Zonas. Fonte: PIAZZA, Walter. *Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1970, [n. p.].

Mapa 04¹¹⁴

¹¹⁴ Mapa 04. Neste mapa da década de 1950 o termo utilizado para definir a chamada “Zona de Chapecó” passou a ser “Zona de Oeste”. Fonte: DEPARTAMENTO Estadual de Geografia e Cartografia. *Pequeno Atlas de Santa Catarina – 1955*. Orientação Geral do Engenheiro Geógrafo Carlos Cuchele Júnior. Florianópolis: [s. n], Série 2, Publicação 1, 1956, [n. p.].



A [re]invenção do Oeste e a [re]invenção do gênero masculino

Uma elaboração extensa e complexa de textos sobre a região a partir da idéia de Oeste Catarinense, a exemplo das publicações da “Bandeira Konder” de 1929, vai aparecer somente em 1950 com a publicação de *Oeste Catarinense* de Zedar Perfeito da Silva, jornalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense,¹¹⁵ Trata-se de uma obra peculiar; um trabalho jornalístico que mescla narrativas históricas e impressões sobre a geografia e a economia dos municípios da região com notas sobre a passagem do jornalista e sobre instituições em atividade na região. Traz, também homenagens aos “Pioneiros do Oeste” como, entre outros, o Coronel Passos Maia, propagandas e muitas fotografias. O texto de apresentação de Perfeito da Silva, como é característico da maioria dos enunciados sobre a região nos anos 50, inicia recuperando a imagem de “*far-west*” comumente atrelada à região:

Em fevereiro de 1948, tiva a feliz oportunidade de percorrer pela primeira vez o Oeste Catarinense. Fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo, porque a gente lá de cima, pensavam eles, resolvia tudo no trabuco. Lá estava situado o nosso **far-west**. (Destaque do original).¹¹⁶

Mas se o contrabando, o banditismo e a violência eram fatos constatados e que precisavam de solução à época da passagem da bandeira Konder, agora esses elementos pertencem ao passado. Agora a imagem que se pretende construir é outra. Vejamos a continuação da apresentação de Silva:

Encontrei um povo operoso, progressista e sobretudo hospitaleiro. Cidades de poucos anos, com índice de educação muito alto. Vida social. Bons jardins. Estações de rádio. Ótimos clubes. Magníficas residências. Grandes indústrias. Comércio movimentadíssimo até com o exterior. Lavoras bem orientadas. Produção formidável.¹¹⁷

¹¹⁵ SILVA, Zedar Perfeito da. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Gráfica Lemmert, 1950.

¹¹⁶ Idem, p. 07.

¹¹⁷ Idem, p. 07.

Este período de mais de duas décadas em que a idéia de Oeste Catarinense parece ter ficado em suspenso pode ser atribuído ao fato de que, com a “Revolução de 30”, a política de unidade nacional do Governo Getúlio Vargas tendeu a rechaçar quaisquer iniciativas regionalistas. Um dos principais argumentos das publicações da “Bandeira Konder” – que caminha no sentido de valorização dos “colonos” de origem “italiana” e “alemã” como elementos civilizadores da região e fundamentais, nesse discurso, para a produção do Oeste Catarinense – fica ofuscado nesta política que propunha, entre outras, a *unidade geográfica*, a *unidade étnica* e a *unidade cultural* brasileira. No movimento da “Marcha para Oeste”, a política nacionalista tende mais para uma homogeneização do Oeste, ou melhor, do interior do país, do que para “caracterizações” e definições regionalizadas. Ora, segundo Carlos da Costa Pereira, na sua conferência pronunciada no Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina em 1942, “não se poderia compreender uma unidade cultural sem a nacionalização do ensino, da imprensa, do cinema, do rádio, da literatura, do teatro, da música, da dança, das artes plásticas e dos desportos”.¹¹⁸

Em 1952 surge a publicação de *Chapecó e Joaçaba*, obra coordenada e editada por Zedar Perfeito da Silva como “livro de divulgação” da “Visita do Governador Irineu Bornhausen” à região realizada em 1951.¹¹⁹ Neste momento, voltam à tona – nos discursos do governador e dos integrantes da comitiva publicados em *Chapecó e Joaçaba* – as questões de

¹¹⁸ PEREIRA, Carlos da Costa. Unidade Cultural. *Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942, p. 79. Nas várias conferências pronunciadas no Segundo Congresso de Brasilidade em Santa Catarina, fica clara a idéia de unidade nacional em detrimento de caracterizações regionais. É interessante ver, neste sentido, os pronunciamentos de Osmar Romão da Silva sobre a *Unidade Geográfica*, e de Virgílio Gualberto sobre a *Unidade Étnica*, contidos nesta publicação do Congresso. De acordo com esses autores, a política de brasilidade caminha no sentido de um Brasil único, homogêneo, suprimindo as diversidades regionais.

¹¹⁹ SILVA, Zedar Perfeito da (coordenador e editor). *Chapecó e Joaçaba*. Florianópolis: [s. n.], 1952.

valorização do “colono” no “processo civilizador” da região, do abandono em que se encontrava o Oeste Catarinense até então e da riqueza e potencial da região.¹²⁰

Os discursos dos integrantes da comitiva do governador Bornhausen partem de pontos muito semelhantes àqueles proferidos na ocasião da passagem da “Bandeira Konder”:

Moderna Canaã, o oeste catarinense, sr. Governador, viveu, até bem pouco tempo, entregue, apenas, ao esforço, à audácia e, até mesmo, à temeridade da iniciativa particular. Esquecido, abandonado e desajustado dos poderes públicos, que impatrioticamente pretendiam que permanecesse como cousa inútil, uma vasta região que, pela fertilidade de seu solo, todo o potencial maravilhoso de suas riquezas naturais, estava destinada a ser, num futuro não muito distante, a maior expressão econômica de Santa Catarina.¹²¹

Nesta *moderna Canaã*, segundo o Contra-Almirante Carlos da Silva Carneiro, integrante da comitiva, em qualquer ponto de nossa fronteira, ocorreria todo o risco de supor que se estava diante da “Terra de ninguém”. Carneiro menciona, inclusive, que corriam rumores nas conversas da rua Felipe Schmidt – *a graciosa artéria de Florianópolis* – de que, nas zonas desprotegidas dos muitos quilômetros de mata virgem desabitada do Oeste Catarinense, estar-se-ia sujeito a ataques de *bandos desorganizados* ou de *legítimos facínoras*. Neste sentido, “não poderiam, as coisas se acomodarem sem estrídulos, muito do gênero desse levantar de ombros ou de muxoxo do inefável Jeca-Tatu”.¹²² O Contra-Almirante lamentava que os “homens de todas as posições no Estado” ainda julgassem uma região, para eles desconhecida, como sendo pertencente a um período do *cangaço* e do *capitão do mato*.¹²³ O Oeste Catarinense, nos discursos da comitiva, tratava-se de um *grande setor da economia*

¹²⁰ Conferir os discursos do Governador Irineu Bornhausen (p. 11-13), do jornalista Lisboa Carrion (p. 15-17) e os artigos *Viagem ao Oeste Catarinense*, de Carlos da Silveira Carneiro (p. 19-45) e *Marcha Para o Oeste, elemento da grandeza do Brasil*, de Pedro Sales dos Santos (p. 47-51). In: SILVA, op. cit.

¹²¹ CARRION, L. Discurso pronunciado no Banquete de São Miguel do Oeste. In: SILVA, op. cit., p. 15.

¹²² CARNEIRO, C. S. Viagem ao Oeste Catarinense. In: SILVA, op. cit., p. 21-2.

¹²³ Ibid., p. 22.

*nacional; imensa riqueza florestal desta parte do sul do Brasil; região de cidades progressistas onde existe fome de progresso. Região onde “o homem do Oeste parece viver emocionado todos os minutos do dia, alerta e disposto aos azares da existência (...), [pois] tudo é difícil para o colono, (...) mas lá se vão eles, os lutadores, nessa epopéia de que sairá mais engrandecido, a par da região, o nosso Brasil”.*¹²⁴

No início dos anos 50, o poder público e alguns intelectuais catarinenses retomavam a produção do Oeste Catarinense. No dia 20 de novembro de 1951, chegava em Chapecó a bordo do avião da Varig, símbolo novo da modernidade, o Governador e sua comitiva. Percorrem o Oeste Catarinense visitando vilas, pronunciando discursos, prometendo investimentos. Sob o *espoucar dos foguetes* e sob as *vibrantes palmas* dos escolares, agraciada com ramalhetes de flores, faixas de boas-vindas, banquetes e demais “momentos obrigatórios”, a “soberania pública” conhecia e se fazia reconhecer; reivindicava sua legitimidade, reforçava a sua autoridade e retomava a produção do Oeste Catarinense.¹²⁵

Aos poucos essa produção do Oeste Catarinense ganharia reforço. A imprensa da região parecia sintonizada com os elementos definidores do Oeste Catarinense desencadeados na “visita” do Governador Irineu Bornhausen. Na década de 60 a imagem da região era bem diferente daquela que era composta pelos vários qualificativos que podemos reunir sob a expressão “terra de ninguém”:

Esta Terra gigante, este Oeste indomável pela sua grandeza e abundância, vai merecer o melhor de nossos esforços na feitura de imprensa pura, doutrinária e de elevados propósitos, marchando ao lado dos homens que só desejam a redenção total desta região.¹²⁶

¹²⁴ Ibid., p. 26, 27 e 28.

¹²⁵ Cf. SILVA, Zedair Perfeito da. Reportagem. In: SILVA, op. cit., p. 61-92.

¹²⁶ N/a. *Um jornal para o Celeiro do Brasil. Folha D'Oeste*, Chapecó, p. 1, 7 dez. 1966.

Vários artigos reivindicativos como *O Oeste Catarinense precisa da BR 282*, ou “slogans”, que procuravam promover a região, como *Visite Chapecó*, ou *o Oeste é o Celeiro do Brasil*, eram veiculados com frequência nos jornais locais. Mais tarde, no final dos anos 60, revistas como a *Celeiro Catarinense* irão contribuir na valorização e produção da região através de reportagens e artigos promocionais, a exemplo de *O Oeste acelera seu progresso*, ou *Chapecó, cidade que não pára*.¹²⁷ Desta maneira, entidades e instituições locais contribuem nos contornos culturais, políticos e econômicos do Oeste Catarinense. Principalmente a partir dos anos 60, a imagem da região e de suas gentes parece ser produzida num sentido oposto àquela imagem que circulava entre os *homens de todas as posições do Estado*; uma região que parecia, nesses discursos, não querer mais ser identificada como a *Terra de ninguém* e ter suas gentes comparadas ao *inefável Jeca-Tatu*. A imagem que se construía neste momento era a de uma região *progressista, varonil, sem desordem nem crimes*, na qual habitava um povo *altaneiro, vitorioso, que luta e vence* – como na música *Capital do Oeste*, de Homero Franco e Sandrinho:

O Oeste Catarinense é o celeiro do Brasil / Que tem como capital uma cidade varonil / É a linda Chapecó a quem faço homenagem / Com suas amplas avenidas e que tem lindas paisagens / O traçado de suas ruas é o mais lindo do Estado / É obra de pioneiros que sempre serão lembrados. Nesta terra abençoada habita um povo altaneiro / Catarinense e gaúcho, paranaense e estrangeiro / Unidos no ideal é um povo que luta e vence / Por isso é capital do Oeste Catarinense / Tem a proteção de Deus e seu povo religioso / Santo Antônio é padroeiro, seu futuro é vitorioso. Suas indústrias gigantes, seu comércio é um manancial / Criando sempre o progresso para a honra nacional / Não há desordem nem crimes, há trabalho e devoção / Quem quiser enriquecer que venha para esse torrão / Gente bondosa e humilde forma essa sociedade / Moças bonitas são flores que enfeitam a cidade.

¹²⁷ Cf. *Folha D'Oeste*, p. 1, 26 nov. 1966; *Folha D'Oeste*, p. 3, 19 jan. 1966; *Revista Celeiro Catarinense*, 1970.

As tradições desta gente que estão gravadas na história / Associadas ao progresso serão sempre grande glória / Chapecó bela cidade é a sede de um bispado / E de um órgão de governo: Secretaria de Estado / Parabéns a toda gente do Oeste Catarinense / Em especial ao altivo povo chapecoense.¹²⁸

O “desenho” Oeste Catarinense parecia ter, neste momento, “linhas” mais definidas. Era composto com novas “cores”. Neste sentido, as formas de sociabilidades urbanas eram progressivamente ampliadas e otimizadas. Nos locais mais urbanizados e populosos, como Joaçaba e Chapecó, já se vislumbrava uma “sociedade” organizada em torno dos seus clubes sociais, seus cinemas, seus clubes de futebol. As antigas “carreiras” (corridas de cavalos) e os numerosos bailes animados apenas ao som de uma “harmônica de boca” ou “gaita” (acordeom) vão dando lugar aos divertimentos proporcionados pela diversidade e “modernidade” da cidade. Não só os espaços de sociabilidade, mas também as gentes pareciam estar mudando. Nos discursos dos articulistas dos jornais locais, a rusticidade do coronel parece ser progressivamente substituída pela elegância do cidadão. O “caudilhismo”, a turbulência e a “política velha” pareciam, nestes discursos, estar sendo deixadas para trás com o aparecimento de lideranças, sobretudo, urbanas e com tendências liberalistas que se projetavam política e economicamente, constituindo-se nos principais catalisadores do pregão da necessidade de educação para a juventude.

¹²⁸ N/a. Homenagem à Chapecó. “Capital do Oeste”, música de Homero Franco e Sandrinho. *Folha D'Oeste*, Chapecó, p. 6, 23 mar. 1966.



Chegada ao aeroporto de Chapecó do avião que conduziu a comitiva governamental



Aspectos da Chegada do Governador Irineu Bornhausen a Chapecó, em 1951.
Créditos: SILVA, Z. P. *Chapecó e Joaçaba*. Florianópolis: [s. n.], 1952, p. 48 (acima);
CEOM, Acervo de Fotografias (abaixo);



Atletas do Clube Chapecó em 1944.

Créditos: CEOM, Acervo de fotografias.

Esse processo de mudança de sensibilidade masculina parece ter o seu “embrião” já no final dos anos 20, quando as campanhas higienistas e sanitaristas – ainda que esporádicas – começaram a atuar na região através de colunas médicas veiculadas nos jornais que, além de discorrerem sobre os males das bebidas alcoólicas, indicavam, inclusive, como se devia assoar o nariz e os benefícios de se tomar banho diariamente. Esse discurso dizia que a chave do saneamento físico e moral resume-se em duas palavras: higiene e educação.¹²⁹ E a educação,

¹²⁹ O jornal *A Nota*, em 1929, alertava que “essa técnica facial de assoar o nariz (...) evitará pois complicações sérias, e habituando-se ao uso do lenço, teremos preenchido uma forma de educação higiênica”. N/a. Secção Médica: Saber assoar o nariz. *A Nota*, Porto União, p. 1, 9 jun. 1929. Sobre higiene e educação, ver: N/a. A cruzada maior da raça brasileira. *O Comércio*, Porto União, p. 3, 3 jul. 1932; FONSECA, Dr. Aureliano. Sessão Conselhos Úteis. *Voz d'Oeste*, Cruzeiro (Joaçaba), 1938; N/a. Quando se deve chamar um médico? *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 1, 18 jun. 1939; e N/a. Posto de higiene de Chapecó. Aviso. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 1, 4 ago. 1946. Em Chapecó, o Posto de Saúde Estadual é criado em 1947.

representada na responsabilidade da família, da Igreja, mas também da escola, passa a ser entendida como a chave para o progresso.

Sendo, como é, o homem sucetível de três educações: a educação física, a moral e a intelectual, no dizer do grande professor paulista Cezar Prieto Martines. (...) Essa educação pois, compete aos governos, mas obrigação ainda muito maior e de maiores responsabilidades, educação moral, é um dever sagrado e indispensável dos paes para com os filhos, porque, sem ela, muito pouca influencia virá a ter os cuidados dispensados pelo Estado, mesmo porque desde que os paes sejam uns despreocupados em dar-lhes os ensinamentos da honestidade, do pudor, do procedimento digno e dos bons costumes, todos os esforços serão perdidos. (...) A educação moral da creança, no aconchego do lar, está afeita muito mais de perto a mulher, porque ela, é o elemento constitutivo da família, já pelas suas carícias, pelo seu exemplo, virtudes e dever maternal [destaque do autor], verificando-se que toda a vez que a mulher-mãe abandona as normas dignificadoras, tornando-se corrupta, fornecedora de maus exemplos, a dissolução do lar é a consequência lastimável. Os bons exemplos, os conselhos diários, a honradez, os sentimentos nobres, o respeito a Deus, o amor filial de concepção ao belo, ao agradável, á religião, de esperança enfim, são complementos da moral entregues ao coração materno para que transmita aos filhos, afim de que vão amanhã em busca da educação intelectual nas escolas, sob os cuidados do Estado. O desleixo de uma e outra educação – moral e intelectual – é um crime imperdoável.¹³⁰

E é justamente com essas características que as elites no Oeste Catarinense organizaram a educação de seus filhos no transcorrer das décadas de 40, 50 e 60. Uma educação moral, cristã, intelectual e um tanto sexista. Em Joaçaba, o Colégio Frei Rogério iniciava o Curso Ginásial e o Curso Técnico de Contabilidade em 1943.¹³¹ Já o Colégio Cristo-Rei, fundado em 1952 sob direção das Irmãs da Imaculada Conceição, teve o seu Curso Normal aprovado em 1954.¹³² Em Chapecó, o Colégio Bom Pastor, fundado em 1947, inicia o

¹³⁰ N/a. Educação moral infantil. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 2, 25 jun. 1939.

¹³¹ CASAROTTO, Ir. Marcelino. Ginásio e Colégio Frei Rogério. In: QUEIROZ, Alexandre Muniz de (Org.). *Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba – 25 de agosto de 1919/1967*. Joaçaba, [s.n.], 1967, p. 82.

¹³² DAL PIZZOL, Geny Maria. Colégio Cristo-Rei. In: QUEIROZ, op. cit., p. 85.

Curso Normal em 1948¹³³ e o Colégio São Francisco, fundado em 1959, introduz o Curso da Escola Técnica de Comércio (também chamado de curso de contabilidade) em 1962.¹³⁴

A partir do entendimento de que a mulher (da classe média ou elite) é o eixo constitutivo da família, com suas carícias e “virtudes naturais”, como o dever maternal – o que faz dela a principal responsável pela educação dos filhos – as Escolas Normais, neste período, eram direcionadas às meninas, enquanto que os meninos freqüentariam os cursos técnicos ou “científicos”. A Escola Normal oferecia conhecimentos domésticos, como preparação para o casamento, e conhecimentos profissionalizantes para a função de professora primária. Assim, o lar e a escola praticamente se integram, de maneira que a responsabilidade atribuída à mulher-mãe-professora pelo caráter dos filhos e dos alunos é a garantia do caráter da sociedade e da organização e manutenção da família burguesa; a função de dona-de-casa e de mãe e todas as qualidades “inerentes” às mulheres eram estendidas à função de professora/educadora. Naturaliza-se como vocação das mulheres a profissão de professora, assim como os afazeres domésticos e a responsabilidade pela educação dos filhos. Às mulheres atribuíam-se o caráter assistencialista de vocação, abnegação e carinho para trabalhar com as crianças. Guardiãs dos bons costumes e do futuro da sociedade, elas eram responsabilizadas por “uma profissão na qual o salário pouco ou nada contava, uma vez que ser professora era quase uma extensão do lar”.¹³⁵

“Educar a infância e a juventude no espírito da Verdade, da Justiça, do Amor e da Liberdade, oferecendo-lhes condições favoráveis para o desenvolvimento harmonioso de sua

¹³³ COTINI, Miriam A. de Souza Figueira. *Gênero e disciplina numa instituição pública de caráter confessional. Colégio Bom Pastor – Chapecó – SC – 1960 – 1979*. Monografia de Especialização em História – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Chapecó, 1997, p. 20.

¹³⁴ AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil, “Contribuição dos Irmãos Maristas”*. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999, p. 209-10.

¹³⁵ GONSALVES apud COTINI, op. cit., p. 30.

personalidade” era um dos principais objetivos do Colégio Cristo-Rei de Joaçaba.¹³⁶ E a personalidade das moças de classe média e das elites do Oeste Catarinense deveria seguir os preceitos liberais da verdade, da justiça e da liberdade – os quais eram postos cada vez mais em evidência na metade do século XX no Oeste Catarinense – e do Amor como qualidade central da mestra, que é entendido como “sacrifício de si mesma”; a professora será, assim, uma cooperadora de Deus e dos pais na tarefa de formar os futuros cidadãos.¹³⁷

Miriam de Souza Cotini, em seu trabalho, demonstra como funcionou a Escola Normal do Colégio Bom Pastor no período de 1960 a 1979, salientando o caráter confessional e disciplinador da escola e sua função na preparação de professoras primárias e/ou de cônjuges afinadas nos domínios do lar.¹³⁸

Uma expressão muito comum na memória oral e escrita sobre a educação em Chapecó é a de que o Colégio Bom Pastor atendia às meninas, enquanto o Colégio São Francisco atendia aos meninos. No histórico do São Francisco, encontramos a justificativa de que “havia a necessidade de um colégio para meninos, uma vez que o Colégio das Irmãs [Colégio Bom Pastor] atendia somente meninas”.¹³⁹ Esse caráter fracionado entre sexo masculino e feminino na educação das elites no Oeste Catarinense, neste período, também reflete a dualidade da própria organização social da região e do Brasil,¹⁴⁰ pois outro exemplo desta dualidade é

¹³⁶ DAL PIZZOL, op. cit., p. 85.

¹³⁷ CUNHA apud COTINI, op. cit., p. 33.

¹³⁸ Sobre o Colégio Bom Pastor em Chapecó, o trabalho de Miriam Cotini oferece uma ótima narrativa e uma ótima reflexão acerca do caráter disciplinador do colégio, as privações e as censuras, detalhando os métodos para vigiar as leituras que as alunas faziam, os filmes a que deveriam assistir ou não, enfim toda a organização de controle dentro e fora da instituição a que as alunas eram submetidas. A autora também mostra as táticas de resistência de algumas alunas, inclusive casos em que alunas (algumas delas chegaram a ser expulsas do colégio) não se submeteram ao regime de educação implantado e esperado pela “sociedade” da época. Cf. COTINI, op. cit.

¹³⁹ N/a. *Breve Histórico do Colégio Marista São Francisco – Chapecó – SC*. [s.l.], [s.n.], [s.d.], Arquivo do Colégio Marista São Francisco. Nos primeiros anos de funcionamento do colégio Bom Pastor as turmas eram divididas conforme o sexo. Cf.:BADIM, Euclides. Entrevista concedida ao autor em 10 de junho de 2003 e 07 de julho de 2003.

¹⁴⁰ Essa dualidade não é uma exclusividade da região, trata-se de um “repertório de época” que pode ser visualizado não só no Oeste Catarinense, mas também em outras regiões do Estado e do Brasil. Ver, por exemplo:

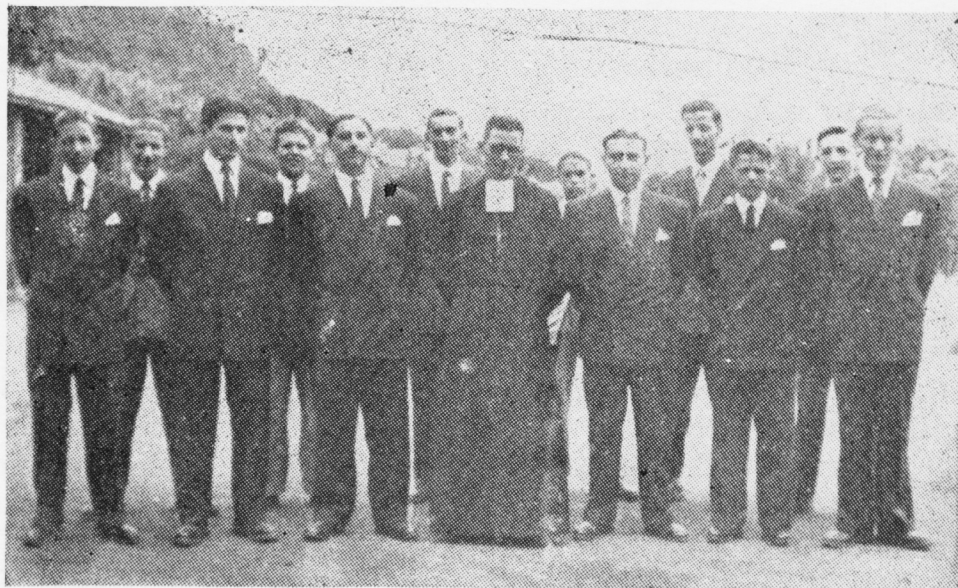
também encontrado dentro da Igreja, uma vez que era comum durante a missa, a disposição dos fiéis estar organizada de maneira que os homens se sentassem num dos lados do templo, e as mulheres do outro.¹⁴¹

Deste modo, ou seja, a partir dos espaços e papéis de homens e mulheres mais ou menos naturalizados, surgem os colégios que irão atender a alunos, em sua maioria, do sexo masculino, como os Colégios Frei Rogério e São Francisco – este último, nos primeiros anos de sua atuação, admitia com exclusividade os alunos do sexo masculino. A própria Lei Orgânica Nacional do Ensino Secundário de 1942 dizia que: “É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina”.¹⁴² Não pretendemos discutir a obrigatoriedade ou não desta divisão; a questão é que a própria organização cultural, desde a organização familiar passando pela religião, pela escola, pelo poder público e os mais diversos micropoderes em jogo, indica os espaços e os papéis específicos de mulheres e de homens na comunidade. Não se trata, porém, de uma estratificação rígida, pois o Colégio Marista São Francisco, em meados da década de 1960, tinha duas mulheres integrando o quadro de professores, mais ou menos no mesmo período em que o Colégio passa a matricular também as meninas.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998; e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁴¹ Gabriel Dezen. Ex-professor do Colégio Marista São Francisco e ex-redator do Jornal “Folha d’Oeste”. Entrevista concedida ao autor em 22 de mar. 2003.

¹⁴² Artigo 25, item I da Lei Orgânica de 9 de abril de 1942 sob o decreto-lei n.º 4.244. Apud ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 159.



**Grupo de alguns dos primeiros formandos (Ginasianos de 1943),
vendo-se, da esquerda para a direita, e ao centro o Ir. Venâncio:
Antônio Buillard, Humberto Calgaro, Paulino Furlan, Jabahy Fer-
raz, Olívio Refosco, Domingos Romano Grotto, Jair Stege, Ivan
Luiz Pizollatti Alves, Francisco Magalhães de Freitas, Calixto Petry,
Nilton De Sisti, Tadeu Zelazoski.**

Grupo dos primeiros formandos do Ginásio Frei Rogério, de Joaçaba (1943); ao centro, o Ir. Venâncio.
Créditos: QUEIROZ, Alexandre Muniz de (Org.). *Álbum comemorativo do Cinquentenário do município de Joaçaba – 25 de agosto de 1919/1967*. Joaçaba, [s.n.], 1967, p. 83.



Grupo de alunas do Colégio Cristo-Rei, vendo-se as Revmas. Irmãs Lucila (Diretora) e Clarisse (autora do presente artigo).
FOT. EDELCAR LOERD

Grupo de alunas e do Colégio Cristo-Rei de Joaçaba, juntamente com as Irmãs Lucila e Clarisse.
Créditos: QUEIROZ, Alexandre Muniz de (Org.), op. cit., p. 85.

O Colégio São Francisco: educação do gênero masculino

Notas sobre os princípios educativos maristas

Assim como o Colégio Frei Rogério, de Joaçaba, e o Colégio Aurora, de Caçador, o Colégio São Francisco era um colégio administrado por uma instituição marista, instituição fundada por Marcelino Champagnat na primeira metade do século XIX e organizada a partir de suas idéias.

A literatura e a historiografia sobre Marcelino Champagnat normalmente destacam sua capacidade de empreendedor, realista, pragmático e inovador. Características que foram aprofundadas e ampliadas no desenvolvimento e expansão das ações da instituição. Champagnat, apesar de não ter escrito muito, desenvolveu uma série de princípios de organização da Instituição em torno da formação de Irmãos Maristas docentes e da educação de crianças e jovens. Mas os princípios educacionais e organizacionais da congregação foram, também, ampliados e organizados a partir do acervo epistolar de Champagnat e de biografias escritas sobre ele. O que nos interessa em especial são os princípios educativos desenvolvidos por Champagnat e interpretados, discutidos e aplicados pelas escolas maristas. Esses “princípios” postulam a idéia de *formação integral*:

A expressão *homem completo* tem para o Padre Champagnat significado muito mais profundo que o encontrado em não poucos autores que tratam de educação integral. Vejamo-lo.

Ele é realista, muito equilibrado. Sabe (...) que antes do virtuoso e do santo, é preciso formar o homem. Por isso, para ele, educar é, prioritariamente, iluminar a inteligência, formar a consciência, o coração, o juízo, a vontade, tornar apto a viver em sociedade, com as boas disposições e corrigir as

tendências negativas, inspirar o amor ao trabalho, robustecer e adestrar o corpo.¹⁴³

Numa tentativa de definição do pensamento de Champagnat sobre a educação marista, os *Princípios Educativos de Marcelino Champagnat* definem quatro pontos essenciais:

- 1- um fim: a perfeição humana e sobrenatural do educando;
- 2- um modelo ideal: Jesus Cristo, homem perfeito e perfeita imagem do Pai;
- 3- um compromisso: o desenvolvimento de todas as potencialidades da natureza e da graça;
- 4- agentes, ou melhor, um agente, Deus, e cooperadores: principal, o próprio educando; secundários, os educadores; e, dentre eles, os primeiros são os pais.¹⁴⁴

Além dos principais compromissos que um cristão católico deve assumir, o educando na óptica de Champagnat é comparado metaforicamente a uma *planta que precisa de enxerto*, ou seja, possui potencialidades físicas, intelectuais, afetivas, volitivas, religiosas, sociais que precisam ser aprimoradas; *planta que deve ser cultivada; é construção cujas fundações importa tornar firme*; mas é também uma *planta que precisa de poda*; exige-se do educador que tenha a prudência de não permitir que “a planta” *produza com demasiada rapidez, nem com excessiva abundância, a fim de que não se esgote dentro em pouco*; o educando *é fruto que está nascendo* e não pode se tornar escravo de alguma paixão ou se deixar envolver por más companhias, pois é uma *criatura fraca, inconstante e sem experiência*.¹⁴⁵

¹⁴³ COTTA, Gildo. *Princípios educativos de Marcelino Champagnat*. Versão portuguesa: Virgílio Balestro, João Sagin; revisão: Gelásio Mombach, Irineu Martim. São Paulo: FTD, 1996, p. 40.

¹⁴⁴ Ibid., p. 48.

¹⁴⁵ Ibid., p. 75.

Para formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*¹⁴⁶ – em outras palavras, para tentar formar uma nova identidade masculina no Oeste Catarinense – a “pedagogia marista” se valia de vários princípios nesta empreitada, como, por exemplo, a *educação do corpo*, a *educação da inteligência*, a *formação da consciência moral*, a *formação da vontade*, a *emulação*, a *auto-emulação* e a *disciplina*.¹⁴⁷ A formação da vontade é, pois, indicar os valores que levam o educando a fazer “escolhas boas”, para ter uma “vontade boa”. Esses valores são, de modo geral, valores cristãos, mas para formar a vontade dos alunos os *princípios educativos de Marcelino Champagnat* indicam ainda outros meios. Além de conceber a personalidade de Marcelino Champagnat e do educador como exemplo de personalidade para os educandos, existem métodos para formar “personalidades fortes” e torná-las “dóceis e persistentes”.¹⁴⁸

O “método mariano” diz que, para formar a vontade / personalidade do educando, ou seja, formar o novo homem, é preciso: *iluminar a inteligência* e *educar a afetividade* – ensinar a amar tudo o que é bom, verdadeiro, correto e belo – *exercitar-se constantemente* – sendo que “a virtude, portanto a força de vontade, se conquista somente com atos repetidos e esforço”.¹⁴⁹

Ginásio e Escola Técnica: tornar-se um homem e não um molusco

A escola particular, ou a escola das elites, no Oeste catarinense, principalmente até o final da década de 80, esteve fortemente ligada à Igreja Católica. Várias escolas eram dirigidas por “Lassalistas” ou Maristas. Em vários locais como Caçador, Joaçaba, Chapecó, Xanxerê,

¹⁴⁶ Formar bons cristãos e virtuosos cidadãos é praticamente um lema da pedagogia marista. Desenvolvido por Marcelino Champagnat, esse objetivo é encontrado na maioria dos guias para educadores e na maioria da literatura marista. *Gide des Écoles*, 2 apud MISSÃO EDUCATIVA MARISTA, 2.^a ed. São Paulo: Simar, 2000, p. 37.

¹⁴⁷ COTTA, op. cit., p. 81-138.

¹⁴⁸ *Avis, leçons, sentences, et instructions du Vénérable Père Champagnat, par un de ses premiers disciples*. Apud COTTA, op. cit., p. 119.

¹⁴⁹ Ibid., p. 127.

São Miguel d'Oeste e Xaxim, as primeiras escolas a oferecer o ensino secundário ou técnico foram escolas dirigidas por maristas e lassalistas. Em 1938 os Irmãos Maristas assumiam o colégio Aurora em Caçador; quatro anos depois a Congregação Marista atuava no Colégio Frei Rogério em Joaçaba.

Em Chapecó, o Ginásio São Francisco foi fundado em 1959. Mas o desejo de um “ginásio” para Chapecó já era demonstrado, pelo menos, desde os anos 40, quando os discursos em favor da educação, de forma mais expressiva, estavam ganhando as páginas dos jornais e integrando a retórica política. Em meados dos anos 50, este desejo tinha se transformado numa espécie de “movimentação” de lideranças locais que vinham tentando se organizar para a criação de um “ginásio”. Na “cobrança” do articulista Roberto Machado, do jornal *O Imparcial*, percebemos as condições do “movimento” e a importância que a imprensa atribuía a tal fato:

O movimento para a fundação do ginásio chapecoense (...) voltou à estaca zero. (...) Há que ser feito um movimento coletivo, de âmbito social, com representantes de todas as camadas. (...) E o povo tem que despertar, reagir, trabalhar como um corpo só, uma vontade só, com uma só finalidade: Um ginásio, a qualquer preço e de qualquer jeito.¹⁵⁰

Poder-se-ia dizer que a cobrança do jornal teve seu efeito, pois em 1958 lideranças sobretudo eclesiais e políticas organizavam-se em torno da “Sociedade Pró Construção do Ginásio”. Esta “comissão” tinha como principal objetivo levantar o dinheiro necessário para a construção do prédio do futuro “ginásio”. Para tanto, recorria-se a doações da comunidade. Empresários, comerciantes, industriais, políticos e algumas famílias comprometiam-se com uma determinada quantia em Cr\$ (ver tabela abaixo) para a construção do “ginásio”.

¹⁵⁰ MACHADO, Roberto. O Ginásio em estaca zero. *O Imparcial*, Chapecó, p. 02, 20 fev. 1955.

Tabela 1. OFERTAS PREVISTAS PRÓ-GINÁSIO DE CHAPECÓ EM CONSTRUÇÃO¹⁵¹

DOADOR	VALOR EM Cr\$	VALOR EM R\$¹⁵²
Reitor Pasqualotto	10.000,00	960,94
Ludovico Silvestri	20.000,00	1.921,88
Oscar Matre	10.000,00	960,94
Morandini De Marco & Cia.	30.000,00	2.882,83
Frigorífico Saic	100.000,00	9.609,42
Antônio Sperandio	30.000,00	2.882,83
Dr. Jacob Nácul	5.000,00	480,47
Francelino Silveira	5.000,00	480,47
Irmãos De Marco & Cia.	30.000,00	2.882,83
Arnaldo Mendes	20.000,00	1.921,88
Força e Luz de Chapecó	15.000,00	1.441,41
Automóveis e Máquinas Ltda.	30.000,00	2.882,83
Rivadavia Scheffer	10.000,00	960,94
União Oeste	10.000,00	960,94
Licerio Sperry	5.000,00	480,47
Orlando Correa	5.000,00	480,47
Vitorino B. Zolet	10.000,00	960,94
Hotel Avenida	10.000,00	960,94
Arno Palma	5.000,00	480,47
Casa Vitória	15.000,00	1.441,41
Empresa Transportadora Chapecoense	12.000,00	1.153,13
Hotel Soprana	10.000,00	960,94
Guindani Ltda.	10.000,00	960,94
Picho Industrializado Ltda	25.000,00	2.402,36
Indústria de Couros Chapecoense Ltda.	10.000,00	960,94
Armando Dal Piva	4.888,00	469,71

A Sociedade Pró Construção do Ginásio (SPCG) tinha como presidente o então prefeito municipal Plínio Arlindo De Nês, o qual, em sua campanha, prometera um ginásio para Chapecó.¹⁵³ A construção do prédio era comandada pelo Frei João. Percebemos aí o envolvimento do poder público e da Igreja. No entanto, esta comissão era uma “sociedade civil”, “pessoa jurídica” que contava com doações e fazia promoções para arrecadar os fundos

¹⁵³ DE NÊS, Plínio A. *Entrevista concedida à Marilene Marchiori em 25/10/1986*. Arquivo de História Oral – CEOM, p. 25.

necessários para a implantação do “ginásio”. Segundo Plínio De Nês, a SPCG construiria o externato e a ordem marista construiria o internato, mas a planta – projetada pelos irmãos maristas – foi organizada de tal maneira que pouco precisaria ser feito para concluir o internato.¹⁵⁴ Em outras palavras, uma vez que a Igreja e a Prefeitura pouco investiram, o ginásio foi implantado praticamente pelo próprio esforço da elite local. O prédio do ginásio começou a ser construído em maio de 1958 e em 12 de março de 1959 iniciaram as aulas no Ginásio São Francisco, que mais tarde viria a se chamar Colégio Marista São Francisco (CMSF).¹⁵⁵

Para estudar no Colégio havia uma mensalidade a ser paga, que oscilava entre os valores de Cr\$ 8.000,00 e Cr\$ 11.180,00¹⁵⁶ e, também, um exame de admissão. Esses critérios, portanto, tornam o CMSF bastante seletivo. Uma seleção que passa por uma estratificação social, mas também de gênero uma vez que nos primeiros anos só se admitia meninos.

A implantação do CMSF em Chapecó e outras escolas particulares na região não está ligada somente ao discurso de valorização da educação e da necessidade do ensino secundário. Ora, por um lado, há o discurso que caminha na formação da *moral, do caráter, da honra, dos sentimentos nobres* da criança e da juventude, por outro lado, as escolas particulares não se preocuparam somente com o ensino secundário e técnico, mas também com o ensino primário. Portanto, pode-se dizer que as escolas particulares estão ligadas à elitização da educação e à formação de novos homens que irão compor e manter a elite local e os valores definidos por ela e, ainda, que o próprio discurso de valorização da educação está ligado a esta elitização e à formação de uma nova identidade masculina entre as elites. E a Congregação Marista, na sua

¹⁵⁴ Ibid., p. 26.

¹⁵⁵ *Anais Históricos do Ginásio São Francisco*. Chapecó, 1960, p. 1-2.

¹⁵⁶ Atualizados em 2001 os valores em Reais correspondiam aproximadamente a R\$ 768,75 e R\$ 1.074,33, respectivamente. Conversão por Bracon Contabilidade – Caçador – SC.

“filosofia de educação”, em grande parte, atendia aos ideais e anseios das elites do Oeste Catarinense.

Poder-se-ia atribuir à competência marista em educar crianças e jovens no Rio Grande do Sul, onde já atuavam desde 1900, e seu gradativo crescimento e sucesso com a educação masculina entre as elites daquele estado – fato que era bem conhecido entre algumas lideranças da região que haviam estudado em colégios maristas – como sendo a razão do seu estabelecimento em Chapecó. Outro fator que poderia ter colaborado para a implantação do CMSF seria a “pedagogia” marista, tacitamente direcionada aos jovens do sexo masculino, uma vez que, segundo a memória local, *havia a necessidade de um colégio para meninos*. Porém, Plínio Arlindo De Nês, prefeito municipal de Chapecó, que atuou diretamente nas negociações com a ordem marista, diz que houve uma disputa entre Lassalistas (Congregação masculina francesa) e Maristas pela coordenação do ginásio em Chapecó e que, quando, por fim, os Irmãos Maristas instalam-se em Chapecó, os “Lassalistas (...) construíram colégios em Xanxerê, São Carlos e São Miguel” – o que aponta para a não existência de uma preferência pela educação marista, mas provavelmente existia, sim, a preferência por uma “congregação masculina”.¹⁵⁷

Assim sendo, pode-se dizer que a razão para o estabelecimento de um Colégio coordenado pelos Irmãos Maristas em Chapecó tenha sido a soma desses fatores e a própria propensão das elites em recorrer às instituições educacionais católicas.

O CMSF tenta, então, seguir os princípios educativos maristas para a formação das crianças e jovens da elite chapecoense dentro da idéia de formação integral. Esta idéia de integralidade que, além do conhecimento técnico e científico incorpora a formação cristã, moral e comportamental, nos mostra que havia um interesse com uma nova identidade –

¹⁵⁷ DE NÊS, op. cit., p. 22.

tacitamente inclinada a uma nova identidade masculina – das crianças e jovens do Oeste Catarinense. A mudança de sensibilidade masculina, voltada muito mais ao novo, ao progresso, ao jovem e ao moderno, e que deixava para trás o velho, a incivilidade e o “ranço” do “caudilhismo do sertão”, era anunciada por aqueles “novos homens” com perspectivas mais progressistas que, aos poucos, iam dominando os setores políticos e econômicos na região. Esses homens preocupavam-se com a educação de seus filhos para que estes os substituíssem e dessem continuidade ao progresso e desenvolvimento que se buscava. A “formação integral” desses jovens contribuiria para a tentativa de desenhar uma nova identidade masculina a partir das décadas de 50 e 60. Em entrevista para o jornal *Folha d’Oeste*, o diretor do CMSF dizia que “... a educação para o desenvolvimento, antes de formar o técnico, visa a formação do homem, capaz de viver e poder comunicar a sociedade, os valores íntimos do homem integral”.¹⁵⁸

Em Chapecó, com o decreto nº 1.266, de 25 de junho de 1962, foi autorizado o funcionamento da Escola Técnica de Comércio (ETC) no Colégio Marista São Francisco e, em 1965, a Secretaria dos Negócios do Oeste e o Plano dos Convênios Escolares do Governo do Estado autorizam o funcionamento da ETC no período noturno para maiores de 14 anos.¹⁵⁹ Muitos jovens e adultos trabalhavam durante o dia e desejavam estudar à noite, o que colaborou para a reivindicação da direção do colégio com o apoio dos “Ex-Alunos Maristas” para o funcionamento da ETC em horário noturno. Neste momento, também passam a ser admitidas alunas e as turmas noturnas tornam-se mistas. Para a escola técnica foram contratados professores leigos a fim de ministrar as disciplinas específicas.

¹⁵⁸ HAAS, Ir. Etvino. Entrevista com o Ir. Etvino Haas, Diretor do Colégio Marista São Francisco e da Escola Técnica de Comércio sobre o Décimo Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino realizado em Fortaleza – CE. *Folha d’Oeste*, Chapecó, p. 1, 5 ago. 1967.

¹⁵⁹ AZZI, op. cit., p. 209.

Quanto ao funcionamento das escolas mistas, havia um debate na década de 60 no interior da congregação marista. Nos “documentos capitulares” de 1968 encontramos as indicações da congregação com relação às escolas mistas:

Circunstâncias particulares em vista de melhor educação moral e religiosa de crianças católicas, a dificuldade para os pais cristãos de enfrentar os problemas da criação de escolas múltiplas (cf. *Divini illius magistri*, 32, par. 4 e 5), obrigaram os Irmãos a aceitar escolas mistas. Esta situação de fato suscita problemas que devem ser estudados calma e cuidadosamente.

Dois documentos básicos dão atualmente as normas a seguir. Primeiramente, o Concílio Vaticano II lembra aos educadores que devem ter em conta, em toda educação, a diferença dos sexos e a vocação peculiar atribuída ao homem e à mulher pela Divina Providência, na família e na sociedade. Em segundo lugar, observar-se-á integralmente o documento emitido pela Santa Sé, intitulado: *Instructio de juvenum utriusque sexus promiscua institutione* (1957).

Não devemos nós mesmos impor a escola mista se ela não corresponde a uma necessidade real e se é contrária ao desejo dos pais de quem nós somos simples mandatários. No caso da fundação de escolas mistas, tomar-se-ão todas as precauções requeridas quanto à escolha do pessoal e ao arranjo das instalações. Um clima de ordem, de trabalho, de respeito mútuo é indispensável para assegurar o equilíbrio afetivo dos alunos e o bom andamento dessas escolas.¹⁶⁰

A entrada de meninas no CMSF revela um avanço no sentido de superação de um certo “sexismo”, comum, até então, no Brasil. Mas este avanço, que parece ser também um fenômeno geral no Brasil, não representa a quebra desta dualidade de “valores” e “papéis” distribuídos conforme o sexo. É chamada a atenção para *a diferença dos sexos e a vocação peculiar atribuída ao homem e a mulher pela Divina Providência, na família e na sociedade*. O gradativo avanço das mulheres nos espaços considerados masculinos, a participação das mulheres na vida pública e no espaço das letras pareciam deixar os homens ansiosos. Admitia-se tal participação, mas tratava-se de *tomar todas as precauções requeridas* e reafirmar

freqüentemente a *capacidade de raciocínio, a visão de conjunto e a força* que se atribuía aos homens e a *delicadeza, a sensibilidade e a visão de detalhes* que se atribuía às mulheres; ou seja, marcar bem as diferenças e tentar provar que o homem reage melhor a impressões que se prendem à precisão, ao raciocínio e que a mulher reage melhor às impressões relacionadas ao domínio da “sensibilidade pura”.¹⁶¹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao estudar a invenção do nordestino entre 1920 e 1940, diz que “a necessidade de reafirmar a superioridade do intelecto masculino sobre o feminino mostra que os homens já não estão mais seguros disto”.¹⁶²

Se a política de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, estruturava o ensino técnico profissional e recomendava, também, a divisão do ensino segundo o sexo dos alunos, esta tem como uma das principais marcas o caráter de apregoadora dos valores nacionalistas e patrióticos. Otaíza Romanelli diz que o Governo procurou criar, no ensino, um mecanismo fundamentado numa ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista, capaz de formar “individualidades condutoras”.

Esse dispositivo, reforçado pelo disposto nos artigos 22, 23 e 24 [do decreto-lei 4.244], relativos à educação Moral e Cívica, serviu de base à afirmação de que o Governo estava organizando a educação segundo o modelo de ideologia fascista. A lei chegou até a fazer alusão à existência de uma Juventude Brasileira, à semelhança das Juventudes Nazista e Fascista existentes então na Alemanha e na Itália.¹⁶³

Desencadeia-se aí toda uma pedagogia voltada ao patriotismo, direcionada, sobretudo às crianças e aos jovens. Não proponho uma idéia de continuidade da política do Estado Novo,

¹⁶¹ Sobre essas diferenças, ver ATEÉSSE. As diferenças são...riquezas! Coluna: Da juventude para a juventude. *Voz da Fronteira*, São Miguel d'Oeste, p. 1, 15 jul. 1962. [citado no primeiro capítulo].

¹⁶² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 60.

¹⁶³ ROMANELLI, op. cit., p. 159.

mas os discursos direcionados à educação de crianças e jovens na região parecem estar longe de abandonar o caráter nacionalista e patriótico durante as décadas de 40 e 50. Nos jornais que circulavam na região, são profusas as referências à necessidade de formação da juventude, numa perspectiva nacionalista e patriota de culto à bandeira, soldados e “heróis nacionais que lutaram em guerras defendendo o Brasil”, pois estes serviam de “exemplos a serem imitados e condutores a serem seguidos pelas novas gerações”; a esta juventude caberia a responsabilidade pelo “futuro melhor da querida pátria”, pois esses jovens seriam os “futuros dirigentes de uma sociedade indecisa e insegura”.¹⁶⁴ A ETC veio, portanto, ao encontro desses anseios. Tinha como função oferecer um curso técnico ajustado ao crescimento do comércio e da indústria local, pois formaria profissionais para tal mercado e, ao mesmo tempo, formaria “bons cristãos e virtuosos cidadãos” de acordo com a nova identidade masculina que se procurava delinear.

Nos *Anais Históricos do Ginásio São Francisco*, o registro do dia sete de setembro de 1964 ilustrava a importância que era dada aos desfiles, o envolvimento da comunidade e o caráter militarizado da educação:

... De manhã cedo, os alunos com seus belos uniformes de gala, esperaram ansiosos para a formação do batalhão. Enquanto os componentes dos esportes, da banda e dos carros alegóricos estavam dando os retoques finais no seu setor.

Às oito e meia a missa campal reuniu todos os estudantes e o povo em frente a catedral.

Às nove e meia deu-se início à parada estudantil.

O ginásio apresentou-se, além do seu batalhão ordeiro e disciplinado, com sete carros alegóricos que, sem favor arrancaram calorosos aplausos do público e forneceu assunto de conversa para a cidade por semanas inteiras.

Foram vários os elogios recebidos das autoridades locais. Deve-se dizer que,

¹⁶⁴ Sobre a necessidade de formação da juventude, ver: VIDAL, J. Juventude brasileira. *A Tribuna*, Cruzeiro (Joaçaba), p. 3, 20 abr. 1941; N/a. Jovens serão os homens de amanhã. *A Imprensa*, Caçador, p. 1, 15 nov. 1948; Crise moderna. *A Imprensa*, Caçador, p. 1, 24 jun. 1951; Sobre exemplos a serem seguidos, ver: N/a. O dia do soldado. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 2, 5 nov. 1939.

os esforços conjugados de Irmãos, professores leigos e alunos foram a causa da “maior” parada estudantil da região Oeste Catarinense. Em vista disto o dia oito foi declarado feriado.¹⁶⁵

Nota-se como parecia importante na época destacar o caráter ordeiro e disciplinado da educação, também no CMSF em Chapecó. Apesar da limitada documentação sobre o Colégio, é possível percebermos uma preocupação em levar a cabo os princípios educativos maristas e o caráter militarizado, ordeiro e patriótico da educação agora do Regime Militar. As reuniões de pais e mestres aconteciam em média três a quatro vezes por ano. Essas reuniões, geralmente, eram o momento de entrega dos resultados das sabatinas referentes ao mês, dos prêmios “devido a excelência e procedimento durante o ano”, discussão de assuntos “sobre diversos pontos de disciplina a ser exigida no ginásio” e conferências do “Irmão Diretor” sobre assuntos variados como, principalmente, “psicologia e educação, a atitude dos pais em relação à juventude concernente ao âmbito familiar e como tratar os filhos adolescentes”.¹⁶⁶

É possível visualizarmos a preocupação do Colégio Marista São Francisco com a emulação e auto-emulação, a partir da entrega de prêmios aos alunos que tiveram “procedimento excelente” na “competição” estimulada durante o ano; também percebemos a preocupação com a formação da consciência, com a formação da vontade e a união de esforços entre os membros da comunidade, a partir das indicações da direção do colégio sobre psicologia e educação e a atitude dos pais em relação aos filhos; a disciplina a ser exigida no ginásio é percebida também nesses discursos da instituição:

43, 44 e 49. _____

... O teu trabalho escolar se parece com um treino. É indispensável a regularidade. Do contrário, os poucos progressos realizados se esvaem em fumaça. Seu esforço perseverante produz frutos. Quanto mais difícil for um exercício, tanto mais ele será interessante, quando a gente quer tornar-se um homem e não um *molusco*. O ritmo do estudo deve ser regular. Não esbanjes os anos de tua formação com infantilidades. Deixas de agitar-te em superfície e aplaude o sentido e o valor de tua juventude. Então farás mais do que ter êxito nos estudos, terás êxito na vida.¹⁶⁷

A exigência de um trabalho escolar como um treino, em que a regularidade é indispensável, demonstra a disciplina exigida dos alunos de acordo com a “psicologia” marista e de acordo com a cultura tecnicista se implantando no Brasil, neste momento, como política educacional. Não podendo haver instabilidades, irregularidades no ritmo do estudo, e sim perseverança. A disciplina, nos discursos da instituição, corrobora os investimentos para que o aluno se torne um homem e não um *molusco*, metáfora utilizada para dizer ao aluno que não se torne um corpo *mole*, um *molenga*; que o aluno não seja um *molóide* como se referia o Coronel Gracílio Medeiros, personagem do romance de Guido Sassi, quando falava das mudanças de comportamento das novas gerações.¹⁶⁸

Assim percebemos, dentro de uma perspectiva histórica, o quanto questões concernentes à identidade masculina fazem parte de um processo complexo em que estão inseridas rupturas, reorganizações e ressignificações. Ao mesmo tempo em que uma série de discursos pressupõe uma mudança de sensibilidade entre os homens, na qual o velho dá lugar ao novo, o coronel é substituído pelo “homem moderno” e a “incivilidade” é atropelada pelo “progresso”, e alguns princípios são retomados. Novos homens ocupam importantes postos políticos e econômicos na região e investem em educação, divulgam novos hábitos, costumes

¹⁶⁷ HAAS, Etvino. Ginásio e Escola Técnica abrem suas portas para o ano letivo de 1967. Transcrição de parte do discurso do Bispo Etvino Haas, diretor da Escola Técnica de Comércio e do Ginásio São Francisco na aula inaugural do ano de 1967. *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 1, 11 mar. 1967.

¹⁶⁸ SASSI, G. W. *São Miguel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1979, p. 118.

e novas formas de sociabilidade, mas, em parte, parecem conservar “antigas posturas”. Da mesma forma que o coronel Gracílio acusava as novas gerações de *molóides*, esses novos homens também não admitiam que a escola produzisse uma geração de *moluscos*. Deste modo, as masculinidades fazem parte de um processo histórico de construção, rompimento, reordenamento e reorganização; não no sentido de continuidade, pois as masculinidades não remetem à linearidade ou continuidade intactas, mas, sobretudo, remetem à mudança, e, também, à densidade do acúmulo e da ressignificação de práticas antigas.

O Colégio Marista São Francisco é o retrato desse processo. Foi uma instituição que investiu numa formação sintonizada com os processos de mudanças ocorridos em meados do século XX – criando os cursos técnicos e a escola mista, por exemplo – mas que acumulava em seu sistema de ensino características metodológicas e didáticas definidas em meados do século XIX, sendo, entre outros, a rígida disciplina, a emulação e a punição sugeridas pelos princípios educativos maristas. Assim, pode-se dizer que as masculinidades são frutos, também, de um aprendizado. Mas esse aprendizado não segue uma “cartilha” definida em tempos remotos, em que a história não possa determinar sua emergência. Pelo contrário, ela é elaborada em um determinado momento com objetivos bem definidos e organizada de acordo com as necessidades definidas por um determinado grupo; e no caso em questão, de acordo com os acúmulos e com as relações entre os discursos da instituição marista e os vários discursos que os medeiam.

A partir das injunções maristas, especialmente, e sua relação com as injunções da imprensa e das lideranças políticas, econômicas e intelectuais, percebe-se o quanto essa nova identidade masculina, neste caso, é submetida a uma política de disciplina, competitividade, virilidade e moderação. Ora, por um lado, o educando deve seguir o comportamento moderado

que se espera dos Irmãos Maristas – autoridade, autocontrole, indulgência. O educador marista é aquele que deve, incrivelmente, impor disciplina, punição e tornar dócil o corpo dos alunos, mas com indulgência e caridade. Deve aplicar o “medicamento” – correção – que só é eficiente quando tomado com moderação. Não deve jamais dar motivos ao menosprezo por parte dos alunos, por isso deve ser firme, embora bondoso. Deve ser prudente. Por outro lado, deve impor-se moderação. Errar é humano, mas não se pode errar. A vontade determina as escolhas durante a vida e é a condição para ser livre; no entanto, depende da formação da vontade que é definida pelos pressupostos maristas, sendo que o educando deve fazer escolhas dentro do código moral estabelecido pela instituição. O educando deve, antes da disputa com os colegas, estabelecer uma auto-emulação ou competição consigo mesmo. Aliás, orienta-se que a competição é perigosa, mas necessária. O educando é a “planta” que não deve produzir com demasiada rapidez nem com excessiva abundância, para que não se esgote dentro em pouco.

Na Conferência Educacional proferida no Salão Nobre do Colégio São Francisco em 1970, o Irmão Avelino Spada dizia que:

Para se conseguir o desenvolvimento integral do ser humano, tem-se que colocar uma série de riquezas dentro desse ser a fim de conseguir-se um ser completo e não apenas uma grande inteligência sem consciência. O objetivo desse desenvolvimento integral é preparar o homem para a vida.

Valores necessários para o desenvolvimento integral:

Valores existenciais:

Vitais – saúde, alimentação, higiene, repouso, etc.

Econômicos: trabalho, indústria, comércio, etc.

Valores sensoriais:

Sensitivos – amizade, amor, educação sexual, heterossexual, coeducação.

Estéticos – arte, a música, pintura, admirar o belo.

Valores Intelectuais:

Científicos – formação da inteligência, imaginação, memória, etc.

Culturais – filosofia, pedagogia, etc.

Valores morais:

Sociais – família, sociedade, educação cívica e profissional.

Éticos – formação da consciência, do caráter, personalidade, vontade e liberdade.

Valores religiosos: vida conjugal, litúrgica, oração, compromisso com o nosso semelhante.

E continua:

Valores sensoriais sensitivos implicam em sentir o amor, a amizade, o sexo, etc, aquilatados em medidas exatas e equilibradas. A formação sensitiva é de suma importância para a vida, porque as emoções, atitudes em relação ao sexo, à vida em sociedade, dela provem e seu controle será tanto melhor quanto melhor for essa educação. O interesse heterossexual na adolescência deve obedecer a certas normas. (...)

Dentro dos valores morais e éticos estuda-se a formação da consciência. De nada valeria termos homens cultos sem consciência; daí a necessidade dessa formação integral.

Nas décadas de 50 e 60, a “educação integral” dos Colégios Maristas no Oeste Catarinense, como o Colégio Marista São Francisco em Chapecó – enquanto um dos principais investimentos das elites na tentativa de formação de um novo modelo de masculinidade – parece compor o enredo da construção da civilização na região. No momento em que o Oeste Catarinense era construído enquanto a terra do trabalho, do progresso e do desenvolvimento, as principais indicações maristas quanto ao comportamento masculino, como a moderação, a disciplina, o pragmatismo, a racionalidade, a heterossexualidade, a competitividade e a sensibilidade para as artes, para o novo e o belo, pareciam não só se adequar a esses novos contornos que a região recebia, mas também integrar o conjunto de imagens que produziam a própria região e suas gentes. O Oeste Catarinense passava a ser descrito também como a terra do progresso e dos homens com *sede de progresso*, o *Celeiro do Brasil* onde o trabalho é um dos principais valores e os homens precisavam, neste discurso, ser moderados, disciplinados,

progressistas, viris, racionais, objetivos, pragmáticos, de acordo com a realidade que se construía no Oeste Catarinense.



Formandos da Escola Técnica de Comércio do Ginásio São Francisco no final dos anos 60 quando as turmas já eram mistas.

Crédito: Álbum do Colégio Marista São Francisco, Chapecó



O Ginásio São Francisco na década de 60.
Crédito: Álbum do Colégio Marista São Francisco. Chapecó.

III

Mocidade, metáfora do progresso

Nos capítulos anteriores, percebemos que, por um lado, o discurso em favor do “progresso”, da civilização e da constituição do Oeste Catarinense, seja em âmbito social, cultural, político ou econômico, geralmente interferia em questões comportamentais e morais ligeiramente ligadas ao gênero masculino e, de forma mais direta, às relações familiares e às relações de gênero. Por outro lado, os discursos diretamente ligados às questões comportamentais, estéticas e morais traziam normalmente em seu âmago conexões com o ideário do progresso e de civilização da região. Portanto, as reflexões deste capítulo procuram captar também, nas sutilezas, nas “sombras” e nas dispersões dos enunciados, a problematização das mudanças de sensibilidade masculina e dar continuidade ao problema da descontinuidade dos significados de ser homem no Oeste Catarinense, da relação dos homens com esses significados e dos investimentos na tentativa de disciplinamento e formação de novos modelos de masculinidade no Oeste Catarinense. Destarte, este capítulo procura

focalizar principalmente os investimentos na juventude da região e as múltiplas reações a esses investimentos. Mesmo porque, concomitantemente aos investimentos em educação e na formação de novos modelos de masculinidade no Oeste Catarinense, indissociavelmente há um conjunto de investimentos na formação, disciplinamento e na tentativa de homogeneização também da conduta dos jovens.

Claro está que esta problematização da juventude, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, não é uma exclusividade do Oeste Catarinense. Não só no Brasil, mas em quase todo o mundo, a juventude, neste período, vai ser praticamente inventada. Sobre tudo porque “o discurso sabia modelar-se com particular ductilidade e aderência à multiforme e abrangente noção de juventude, a ponto de tornar-se seu elemento constitutivo”.¹⁶⁹

Luisa Passerini, ao estudar os jovens da Itália Fascista e dos Estados Unidos dos anos 50, conclui que o discurso sobre o jovem e o adolescente, no período que compreende a década da virada do século XIX para o XX até o final dos anos 60, “foi caracterizado principalmente pela ênfase no gênero masculino e nas classes médias, não porque tomasse como objeto só aqueles jovens, mas por adotar sua imagem como modelo privilegiado”.¹⁷⁰ No Oeste Catarinense durante as décadas de 1950 e 1960, os discursos e os investimentos direcionados à juventude numa tentativa de formação de novos modelos de masculinidade parecem caminhar neste mesmo sentido.

No entanto, esses discursos parecem apontar para dois caminhos: por um lado, a juventude era vista como responsável pela mudança social e pelo futuro do país – *a força capaz de eliminar a indecisão e a insegurança da sociedade*; por outro lado, era caracterizada

¹⁶⁹ MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. V. 2. A época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 260.

¹⁷⁰ PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália Fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI e SCHMITT, op. cit., p. 320.

como portadora de costumes estranhos e, muitas vezes, contrária ao modelo privilegiado, ameaçando assim a corrida em busca do progresso. A partir desse discurso – uma espécie de “via de mão dupla”, quase paradoxal – o jovem é constituído como sujeito no Oeste Catarinense.

Juventude como esperança e redenção

Ao mesmo tempo em que o discurso do progresso procurava romper com o passado, com o velho, com a incivilidade e anunciava o moderno, o novo, o civilizado ou a necessidade de tais, esse discurso propalava a juventude como sendo uma das principais propulsoras dessa mudança. Convocava os jovens a participar dessa empreitada e a intervir nesse processo. Como foi visto no segundo capítulo, o discurso de valorização da juventude junto aos processos de mudança também funcionava como um dos principais elementos para o investimento em educação e formação dessa juventude dentro de uma moral burguesa e de distinção social.

Esses investimentos na formação da juventude do Oeste Catarinense, como uma das principais alternativas na formação de novos homens, estão relacionados à maneira pela qual se problematizou a juventude no Brasil. Pode-se dizer que, no Brasil, os maiores investimentos na juventude, sobretudo na sua militarização e disciplinarização, parecem mais visíveis com o Estado Novo. Até então não se tinha visto tamanha mobilização do Estado em ações direcionadas ao jovem. Inicialmente, uma tentativa de militarização dos jovens foi o movimento de Organização Nacional da Juventude, mas foi recusado e reelaborado sob a forma de um programa de educação moral e cívica. Podem ser citados ainda os Clubes de Menores Operários, que concentravam densas atividades de educação física e moral, e o

Serviço de Recreação Operária, com três setores básicos de recreação: cultural, de escotismo e desportivo.¹⁷¹ Ainda que esses serviços objetivassem quase que exclusivamente melhorar o rendimento dos trabalhadores nas fábricas, eles serviram, também, de catalisadores e propulsores para outros programas, localizados ou não, direcionados à juventude, para os investimentos no ensino técnico profissionalizante e para uma maior concentração de responsabilidade patrimonial aos jovens.¹⁷²

Aos poucos se desenhava uma crença na juventude como futuro da nação.¹⁷³ Isso não quer dizer a quebra da hierarquia familiar. Durante o Estado Novo é bastante enfatizada a figura do pai como chefe de família e o domínio deste sobre o grupo, tal qual o ditador como chefe do povo, que conduz e evita dissoluções e modificações na sua estrutura. Segundo Alcir Lenharo, o “culto do lar e da monogamia conjugal, o reino da moralidade patriarcal e a prática da repressão sexual, incansavelmente pregados pelos documentos papais (...) foram os alvos prediletos daquelas máquinas desejantes, ávidas de capturar o desejo libidinal das massas e canalizá-los para os fins reacionários da manutenção e reforço da estrutura de dominação”.¹⁷⁴

Tanto esse modelo de família – monogâmica e hierárquica – quanto o deslocamento do jovem como um dos principais alvos das políticas de disciplinamento e militarização e como responsável pelo futuro do país são grassados no Oeste Catarinense, principalmente pelo

¹⁷¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986, p. 36, 101, 102, 106, 140, 105.

¹⁷² É notável o surgimento de ações – sendo boa parte delas iniciativas locais – direcionadas às crianças e aos jovens durante e após o Estado Novo. Além do investimento em educação, surgem grupos de escoteiros, por exemplo, em Caçador em 1939 e em Chapecó em 1960, com a criação do Colégio São Francisco. Também podem ser citadas as campanhas da “Semana da Criança”, em que se faziam “concursos de robustez”, e os grupos literários.

¹⁷³ É importante salientar que não estamos tratando de um caso isolado. Outros inúmeros estudos sobre a juventude trazem experiências que podem ser comparadas com algumas abordagens presentes neste trabalho. Ver, por exemplo: PASSERINI, op. cit. Por outro lado, essas outras pesquisas mostram o caráter multiforme com que a juventude é problematizada ao longo da história, tornando assim difícil de se estabelecer uma uniformidade e uma cronologia linear na história dos jovens. Jean-Claude Caron, por exemplo, explana em seu artigo como já no final do século XVIII a juventude foi transformada em aposta política e social na França e na Europa. Ver: CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX). In: LEVI e SCHMITT, op. cit.

¹⁷⁴ LENHARO, op. cit., p. 44-5.

discurso da imprensa, das autoridades e de instituições como o Colégio São Francisco. Neste discurso “a família era o fundamento, a unidade básica para a sociedade em geral”.¹⁷⁵ As políticas direcionadas à juventude neste período são bem aceitas e propagadas na imprensa local. Eis o que dizia o articulista do jornal “A Tribuna”:

o carinho com que é tratada essa legião de moços, a quem competirá defender amanhã esse patrimônio sagrado que é a história da Pátria, diz bem do mérito dos nossos homens de governo, da firmeza e da resolução com que norteiam os destinos da juventude – na afirmação perene de nosso valor, no aperfeiçoamento constante de nossa cultura, no orgulho justificado de nossa grandeza, no culto imperecível de nossa Bandeira.¹⁷⁶

A idéia de que “os jovens serão os futuros homens de amanhã” é uma das justificativas para tais investimentos com o intuito de proporcionar uma pacífica renovação das classes que dirigiam o país. Neste sentido, a imagem idealizada de jovem que começa a tomar forma parece ser justamente a de um jovem oriundo das classes médias, do gênero masculino e de qualidades “inatas” de desafiador, idealista e aventureiro.¹⁷⁷ A responsabilidade para atenuar as dificuldades e os problemas pelos quais (ao menos no discurso da imprensa) passavam os habitantes do Oeste Catarinense no final dos anos 40 e durante os anos 50, notadamente era transferida à juventude. Caberia a ela a “redenção da pátria”. Os “benefícios” oferecidos pelo Estado deveriam ser recompensados através do trabalho pelos *braços fortes* que *saem da mocidade*, da subserviência pacífica da juventude e da formação de um corpo robusto e forte através da educação física:

¹⁷⁵ Ver, por exemplo: EIDT, Dolores. A família. *Itapiranga Em Marcha*, Itapiranga, p. 4, 30 out. 1961. N/a. Educação moral infantil. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 2, 25 jun. 1939. N/a. Amanhã é o dia do papai...Salve! *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 8, 9 ago. 1969.

¹⁷⁶ VIDAL, J. Juventude brasileira. *A Tribuna*, Cruzeiro (Joaçaba), p. 3, 20 abr. 1941.

¹⁷⁷ Ver, por exemplo: STAHL, Verner H. Ser jovem. *Clarínadas*, Itapiranga, p. 5, 15 set. 1958.

A nação inteira confia em ti. És seu consolo, sua esperança, és o porvir. A pátria tudo espera de ti. És o próprio futuro de teu país. És a primavera, plena de flores e rebentos, numa esperança tranquilizadora de que sazonalmente frutos sem conta. Daí o empenho do Estado em cercar-te de benefícios. Em construir escolas, ginásios, Universidades, em ter ministérios de educação e cultura; tudo para [que] a juventude se instrua e [se] eduque, para poder no dia de amanhã, honrar a pátria a que pertence. Tu és mocidade, a verde esperança de teus maiores, e ninguém te perdoará no futuro si não corresponderes aquilo que de ti se espera. A democracia e liberdade precisam de ti, na luta eterna, contra o despotismo e a escravidão. O Estado necessita de braços fortes, e braços fortes saem da mocidade. A nação precisa de cérebros e estes se começam a forjar, desde a mocidade. Eis porque juventude, os olhos de todos estão voltados para ti. E ai de ti si por ventura falhares! As bênçãos ou as maldições de teus ascendentes e descendentes, acompanharão teus passos. É grande a tua responsabilidade juventude, e grande deve ser tua luta pelos ideais que defendes, nos dias conturbados que correm.¹⁷⁸

À criação de programas sociais direcionados às crianças, adolescentes e jovens e aos investimentos em educação, somar-se-ia uma crescente valorização do esporte e da educação física. O esporte passa a ser visto e difundido muito mais como estratégia de disciplinamento, de formação do corpo, do espírito e da personalidade do que como diversão. “Antes os jogos atléticos tinham valor como espetáculo. Agora, a participação neles é o que vale”.¹⁷⁹ Alcir Lenharo mostra como no Brasil, a partir do Estado Novo, as atividades físicas e desportivas foram tomadas sob essa nova óptica, inclusive com crenças eugênicas de aperfeiçoamento racial pela educação física.¹⁸⁰ Cabe a nós saber de que forma, no Oeste Catarinense, se encarou esse “novo olhar”.

E, de fato, a forma com que o esporte e a educação física são problematizados na região segue vários daqueles preceitos analisados por Lenharo. Principalmente pela ênfase no seu caráter formador, o esporte e as atividades físicas do corpo foram divulgados com mais

¹⁷⁸ N/a. Mocidade, ergue tua frente. *Voz da Fronteira*, São Miguel d'Oeste, p. 1, 6 dez. 1959.

¹⁷⁹ FISCHER, I. A Nova Educação Física. *Educação Física*, n. 73, mar.-abr. 1943, p. 11. Apud LENHARO, op. cit., p. 78.

¹⁸⁰ Ibid., especialmente o capítulo 3 (“A militarização do corpo”), p. 75-106.

intensidade neste momento nas instituições de ensino visando atingir, principalmente, a juventude. A prática de esportes é pensada como uma estratégia que, além de proporcionar a disciplinarização do corpo e torná-lo saudável e vigoroso, oferece exemplos de domínio de si, de convivência social e espírito competitivo. Já se referia a esse respeito o articulista do Jornal “Clarínadas”:

Ninguém pode negar a imensa utilidade do esporte. É certo que qualquer jovem precisa de divertimentos! Isto exige a própria natureza humana. (...) Entretanto o importante é que saibamos jogar direito. Que saibamos tirar fruto do jogo, formando nosso corpo e nossa personalidade. Só assim o esporte se torna uma escola de formação. Mas vamos ao concreto! Tomemos como exemplo o FUTEBOL, o jogo por excelência: É um simples escoicear de um balão? Não. Admiremo-lo sob outro prisma: Se o jogador entra no campo com vontade férrea de ganhar e de fato põe todo o esforço nisto, ele forma sua personalidade. Se apesar do empenho perde a partida, e então não reclama, não mostra descontentamento, se sabe dar os sinceros parabéns ao vencedor, ele não só forma a personalidade, mas ganha uma vitória, é a vitória sobre o egoísmo, é a vitória dum coração grande. Quando o juiz apita mal, quando o jogador sofre uma “meia lua” (em sêco), quando apanha uma canelada e sabe engulir em seco, quando pisa o adversário e pede desculpas, tudo isto exige domínio, e este domínio se deve aprender no futebol.

E continua:

Todavia não só o futebol é o esporte. O vôlei é igualmente lindo: é um jogo nobre que desenvolve todo o corpo. O mesmo se diga do basquete, do futebol de salão, da natação,... Todo o desporto deve levar-nos à disciplina, ao domínio. Deve vigorar nosso corpo, formá-lo são e robusto; deve ainda formar nosso espírito social. Se assim praticarmos o esporte poderemos tornar nosso o lema dos latinos “Mens sana in corpore sano”, UMA MENTE Sã NUM CORPO SADIO. (Destaque do original).¹⁸¹

¹⁸¹ JAEGER, Irineu. O esporte forma. *Clarínadas*, Itapiranga, p. 2, 1 out. 1958.

O esporte, ainda, extrapola as instituições de ensino. A partir do final dos anos 40, o número de times de futebol profissional cresce na região e alguns jornais locais criam uma página dedicada às notícias esportivas ou ampliam as já existentes. As competições ganham o espaço público nas tardes esportivas organizadas em dias festivos e nas comemorações do 7 de setembro. Mas, há um apelo para que o esporte amador seja incluído entre os divertimentos dos jovens da região, sobretudo porque *constitui elemento salutar para a constituição física e mental*. Aos moços, recomendava-se a prática do futebol e outros esportes que envolvessem *grupos organizados* (equipes), os chamados *esportes associativos*, fortalecendo o *espírito de grupo*; às moças, exercícios físicos regulares, principalmente porque, segundo a imprensa local, era crescente a preocupação estética de emagrecimento entre as jovens, as quais recorriam aos *regimes irracionais* e às *incômodas cintas*, para infelicidade dos divulgadores da educação física.¹⁸²

As mudanças do “mundo moderno” pareciam deixar mais clara a visão de um mundo sufocado pelas relações de competição. Tornava-se mister, “na luta pela existência” num mundo competitivo, que os homens e os jovens cultuassem um corpo forte e saudável e uma mente igualmente sadia, pois no seu entendimento,

¹⁸² “Os moços tem, infelizmente, outras diversões: o cinema, o baile e o piff paí. Entretanto, está fartamente provado que o esporte constitui elemento salutar para a formação física e mental da juventude. Particularmente os esportes associativos, isto é, aqueles de que participam grupos organizados”. N/a. De esporte. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, 6 jul. 1947. “(...) não faça como essas cabecinhas de vento que privam-se da alimentação tão necessária a vida, por meio de regimes irracionais e de cintas incomodas. Procure um médico que ele lhe aconselhará uma alimentação sadia e suficiente, evitando o que colabora para a sua gordura. Além disso, faça exercícios físicos regulares e sérios”. (AGUILHÃO, Eugênio. Garota bonita. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, 6 jul. 1947.) Entretanto, é preciso salientar que havia uma militarização também do corpo feminino para o trabalho. Cf. COTINI, Miriam A. de Souza Figueira. *Gênero e disciplina numa instituição pública de caráter confessional. Colégio Bom Pastor – Chapecó – SC – 1960 – 1979*. 1997. Monografia de Especialização – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Chapecó, 1997, p. 20. Ver também: BOPPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

alguns superaram os outros porque souberam cultivar seus espíritos e adestrar seus músculos para a luta pela existência, em que inexoravelmente são vencidos os fracos e sobrepujam ou se fazem vencedores os fortes.¹⁸³

Esse mundo competitivo parece também instável. Por um lado, as mudanças que iam surgindo pareciam colocar sob ameaça constante os valores que se consideravam dignificantes dos indivíduos. Por outro, o “cheiro do velho”, do ultrapassado, representava degeneração frente a esse conjunto de mudanças. Neste sentido, à juventude caberia “lutar não só pela estabilidade moral da sociedade, mas antes ainda, pela sua regeneração”.¹⁸⁴ Assim, os jovens eram vistos nesse discurso como responsáveis não só pelo futuro e “grandeza da nação”, mas também eram responsabilizados pela estabilização do presente e pela redenção dos “erros” do passado. Com efeito, pensava-se a juventude como esperança, mas também como redenção. Redimir a pátria era missão e dever dos jovens/estudantes:

É um dever da juventude e devia ser, além disso, o ideal de todo jovem: lutar sem descanso, com entusiasmo, por essa causa tão nobre qual seja a de tornar como princípio da sociedade os valores que elevam e dignificam a vida e o ser humano.¹⁸⁵

Os jovens estudantes de Chapecó, os estudantes de todo o país, nos quais repousa a confiança para o futuro melhor desta querida pátria, devem inteirar-se da missão que lhes cabe. Serão os futuros dirigentes desta sociedade indecisa, insegura e, por vezes, abandonada, que suplica aos poderes constituídos, uma mínima ajuda para poder sair da lama em que está submersa. (...).

Redimir a nossa pátria é missão nossa, isto é, dos estudantes.¹⁸⁶

¹⁸³ N/a. O problema brasileiro. *A Imprensa*, Caçador, p. 3, 17 jun. 1951.

¹⁸⁴ TEREZA, Maria. Alerta Juventude. *A Imprensa*, Caçador, p. 4, 19 abr. 1953.

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ DEZEN, Gabriel. Ver, julgar e agir. *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 5, 9 mar. 1966.

O paulatino crescimento das cidades a partir dos anos 40 e a ampliação dos espaços de sociabilidade proporcionaram uma maior movimentação e diversificação no espaço urbano; não obstante, fizeram emergir também o mendigo, o ébrio e as crianças de rua. A presença desses “novos” sujeitos da cidade parece incomodar, sobremaneira, aqueles que circulam, divertem-se e utilizam o espaço urbano. Notadamente, evidencia-se uma preocupação com a “higienização” das cidades e vilas no Oeste Catarinense. Porém, esta preocupação, ao mesmo tempo em que está voltada à cidade propriamente dita, tem, também, como endereço alguns de seus cidadãos. Além das campanhas médicas, apresentadas no capítulo anterior, aparecerão as campanhas contra o álcool e o jogo e se nota uma maior preocupação com o mendigo e o ébrio.¹⁸⁷

Tornar-se-ão alvos desta preocupação também os engraxates e as crianças de rua. A permissão de *moleques sujos, maltrapilhos e descalços* freqüentarem as sessões diurnas e noturnas dos cinemas era considerada um problema, pois tirava o *status* de terra civilizada. A partir deste momento, passa a ser imprescindível o uso de *roupas descentes para se freqüentar lugares públicos*.¹⁸⁸ Outra preocupação é a freqüência de crianças menores de 14 anos nos bailes. Segundo um artigo do Jornal “A Voz de Chapecó”, de setembro de 1948, esse fato constituiria condição de atraso para uma região que vinha mostrando claros sinais de progresso nos últimos tempos. A presença das crianças nos bailes, além de ser prejudicial à saúde – pois elas acabam por *respirar e ingerir pó e micróbios que a dança dos bailes levanta* – constituiria “falta de educação dos pais e carência de policiamento”.¹⁸⁹ Duas semanas após a publicação do

¹⁸⁷ Sobre as campanhas contra o álcool e o jogo ver, por exemplo, os artigos da *União Brasileira Pró-Temerança* (*O Comércio*, Porto União, p. 2, 29 jan. 1938; p. 2, 13 mar. 1938); ver também: N/a. O álcool e o jogo. *A Imprensa*, Porto União, p.2, 26 maio 1929; e GUIMARÃES. O mal humano. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 2, 24 jul. 1949.

¹⁸⁸ N/a. Cinema. *A Imprensa*, Caçador, p. 3, 29 nov. 1942.

¹⁸⁹ Ver N/a. Menores nos bailes. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 3, 19 set. 1948.

“artigo denunciativo”, o jornal viria publicar uma portaria do Juizado de Menores da Comarca de Chapecó, datada de 10 de fevereiro de 1947 – portanto, definida mais de um ano antes da reclamação do jornal – que regulamentava a entrada de menores em casas de diversões públicas. O Juiz de Menores, José Pedro Mendes de Almeida, através desta portaria, proibia:

... 1.º - a entrada de menores de 14 anos em bailes, cinemas e quaisquer espetáculos noturnos que tenham início às 20 horas (oito da noite) ou que se prolonguem após essa hora; 2.º - a entrada de menores de 18 anos nas casas de bailes publicos, qualquer que seja o título ou denominação que adotem. (Casas de bailes publicos são aqueles cujos ingressos são exclusivamente pagos); 3.º - o ingresso e permanencia de menores de 18 anos em salões de esnuquer, bilhar e botão; 4.º - o ingresso e permanencia de menores de 21 anos nos locais onde se explore jogos de azar; 5.º - a reunião ou permanencia de menores de 14 anos, nas ruas e praças da cidade, ou Vilas, depois das 21 horas (nove da noite), sem estarem acompanhados de seus pais ou responsáveis; 6.º - a venda de bebidas alcoolicas a menores de 18 anos (Decreto Lei n.º 3.688 de 3 de Outubro de 1941). PENA: – prisão simples de dois meses a um ano, ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).¹⁹⁰

No mesmo ano desta portaria, em setembro de 1947, começou a funcionar em Chapecó o Posto de Puericultura, sob coordenação de uma Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A LBA havia sido criada no Brasil durante o Governo Vargas, em 1942, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias. Essa instituição, até a década de 70, desenvolveu uma série de programas destinados à maternidade e à infância, caracteristicamente localizados, não extensivos, com base no voluntariado.¹⁹¹ O Posto de

Puericultura de Chapecó, ligado à Comissão Municipal de Chapecó da LBA que vinha na

¹⁹¹ ROSEMBERG, Flúvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 147. Em Santa Catarina a LBA foi criada em 18 de outubro de 1942, tendo como principal idealizadora a Sra. Beatriz Pederneiras Ramos, esposa do Interventor Federal no Estado Nereu Ramos. Cf: *Anuario Catarinense*, n. 2, 1949, p. 76.

esteira dessa empreitada, atendia crianças pobres com o intuito de empregar técnicas tais como a Cozinha Dietética e o atendimento às parturientes para assegurar o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças desde o seu nascimento até a adolescência.¹⁹²



Baile no Clube Chapecoense. Descrição original do Arquivo de fotografias: “Ao centro sra. Délia Bordin. Da direita para esquerda: 1º Carolina Giorno, tendo as costas seu esposo, Domingos Giorno, escrivão. O 4º Sr. Julio Favaretto. O 2º, vice-prefeito de Xanxerê, na época. Sede provisória. Chapecó, 1940”. Nota-se a grande presença de crianças no Baile.

Reprodução: Aribert Bertoncilli.

Foto: Acervo do CEOM.

Nota-se que, principalmente a partir do final dos anos 40, o número de ações direcionadas às crianças, adolescentes e jovens vinha numa crescente e esse discurso de combate à vadiagem estava também ligado ao ideário burguês da disciplina e à introdução da

¹⁹² A Comissão Municipal da LBA em Chapecó, no período de implantação do Posto de Puericultura de Chapecó, era presidida por Elza F. Bertaso. N/a. Legião Brasileira de Assistência – Comissão Municipal de Chapecó *A Voz de Chapecó*, Chapecó, p. 9, jul. 1949 (Edição Especial comemorativa do 4º aniversário do reaparecimento d’*A Voz de Chapecó*).

ética do trabalho. Mas o problema de crianças de rua persistirá pelas décadas seguintes. Durante a década de 50 considerava-se que *a vagabundagem da infância é um mal generalizado e difícil de remediar-lo*. O fato de existirem crianças perambulando nas ruas em horário de aula atribuía-se à falta de fiscalização completa e permanente dos pais, pelo fato de estarem ocupados com seus respectivos trabalhos, por falta de energia de se fazerem obedecer ou por falta de compreensão de seus respectivos deveres. Constatada essa realidade, acreditava-se que essas

crianças que vão crescendo nesse lamentável sistema de vadiagem fugindo da escola e do trabalho, fácil é prever o seu triste futuro que as aguarda: serão na adolescência, ou na idade adulta, eternos desajustados, candidatos às cadeias ou pelo menos hospedes de colônias correcionais.¹⁹³

Mas as elites no Oeste Catarinense, neste período, tinham praticamente assegurado o futuro e a distinção de seus filhos. Bastava afastá-los da possibilidade de “formarem fila com os ‘transviados’ que concentram suas energias no crime e afogam no álcool as amarguras e dificuldades da vida”.¹⁹⁴

Juventude [transviada] como ameaça ao progresso

¹⁹³ N/a. Menores vagabundos. *Jornal do Povo*, Chapecó, p. 2, 19 abr. 1952.

¹⁹⁴ N/a. Mocidade, ergue tua frente. *A Voz da Fronteira*, São Miguel d'Oeste, op. cit.

Segundo alguns dicionários da língua portuguesa, transviado é aquele que se desviou dos padrões éticos e sociais vigentes; aquele que se extraviou, ou desviou-se do dever.¹⁹⁵ De acordo com o que até agora observamos, percebemos que os vários discursos analisados inclinavam-se para uma tentativa de padronização do comportamento dos jovens no Oeste Catarinense. No entanto, uma parcela da juventude local tomou algumas atitudes e assumiu determinadas posturas, sobretudo comportamentais e estéticas, que foram consideradas por este discurso como transviadas, ou seja, desviantes daquele ideário que parecia caminhar para uma uniformização da juventude.

Para muitos autores, a codificação da adolescência como uma fase em si atinge sua maturação plena logo após a Segunda Guerra Mundial. Mas foi na década de 50 que o debate em torno da adolescência generalizou-se. Justamente na década em que obras como *On the road* (1957), de Jack Kerouac, e *Howl and other poems* (1956), de Allen Ginsberg, tornaram-se símbolos do *movimento beat*,¹⁹⁶ que além de promoverem uma revolução na linguagem e nos valores literários, marcaram uma série de acontecimentos revolucionários na cultura jovem dos anos 50, sobretudo nos Estados Unidos. É também neste mesmo período que o romance escrito por Robert Lindner – *Rebel without a cause* – tornou-se bastante popular através do filme homônimo de 1955, com James Dean e Natalie Wood, traduzido no Brasil como

¹⁹⁵ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 1400; e ROCHA, Ruth. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996, p. 615.

¹⁹⁶ O que se chama de *Movimento Beat*, foi um movimento poético e literário promovido por escritores e poetas estadunidenses como Allen Ginsberg, Kerouac, Burroughs, Corso, Ferlinghetti, Snyder, entre outros. Eles revolucionaram a linguagem e os valores literários. Suas idéias impulsionaram uma série de acontecimentos revolucionários na década de 50 que ficaram conhecidos como o *Ciclo da Geração Beat*. Os livros *Howl and other poems* e *On the road*, de Kerouac, e *Kaddish and other poems*, de Ginsberg, causaram impacto na sociedade norte-americana dos anos 50 por suas características de liberdade de criação e rompimento com o beletismo, o formalismo da criação poética e acadêmica e o “bom-mocismo”. Abriram perspectivas não só literárias como políticas e existenciais, ganhando o apoio de cineastas, músicos de Rock’n Roll e de vários grupos e artistas não só dos Estados Unidos, mas também da Inglaterra e de outros países da Europa. O *movimento beat* também resultou em novas posturas estéticas e comportamentais e movimentos de contra-cultura que avançaram pelas décadas de 60 e 70 e que tiveram grande influência nos costumes da juventude brasileira deste período. Nos anos 50 e 60, o termo *beat* também será utilizado não no sentido original de “beatífico”, mas para indicar desordem e delinquência. Cf. GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Juventude transviada.¹⁹⁷ Neste período, uma série de atos governamentais irá refletir o modo como a juventude passou a ser percebida nos Estados Unidos, ou seja, “indivíduos perigosos para a sociedade e para si próprios e, ao mesmo tempo, necessitando de proteção e de ajuda particulares”.¹⁹⁸ No Brasil, os meios de comunicação, principalmente o cinema, o rádio e a música popular, irão contribuir para uma divulgação dos costumes juvenis desencadeados nos Estados Unidos e Europa. Afinal uma característica marcante da cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo.¹⁹⁹ Neste sentido, a juventude brasileira, no final dos anos 50 e início dos anos 60, passa a ser encarada num ângulo muito parecido com aquele dos Estados Unidos.²⁰⁰

No Oeste Catarinense, as atitudes “desviantes” dos jovens serão consideradas como decorrentes do “espírito moderno”. Principalmente a partir dos anos 50 a “modernidade” será caracterizada, também, como um problema, pois o espírito moderno era aquele que ampliava em demasia a liberdade, a autonomia e a revolta dos jovens, gerando conflitos no interior da escola entre alunos e professores e no interior da configuração tradicional do núcleo familiar. Vários discursos irão identificar esse momento como sendo um período em que os homens foram acometidos por uma crise – a “crise moderna”:

¹⁹⁷ Cf. PASSERINI, op. cit., p. 352-3.

¹⁹⁸ Ibid., p. 353.

¹⁹⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 320.

²⁰⁰ Sobre o desenvolvimento da “cultura jovem” nas sociedades urbanas no Brasil, a influência de costumes juvenis norte-americanos e europeus entre os jovens brasileiros e o papel dos meios de comunicação no desenvolvimento dessa “cultura juvenil” no Brasil ver: DRUMMOND, Washington. *Paisagem dos corpos*. Música – Estilo – Cidade. 1998. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998; NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001; e NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

... a crise dos homens é que é alarmante. Falta consciencia, falta personalidade, falta caráter. (...) A maior crise moderna é a da educação. Os rapazes de hoje não querem estudar. (...) O sôpro avassalador da liberdade, da autonomia, da revolta, põe freqüentemente o educando em choque com o educador.

Onde deveria haver aliança e colaboração – autoridade – liberdade – o espírito moderno criou antinomia e oposição. (...)

Cada um dos Congressos Interamericanos de Educação Católica representa uma etapa nesta empreitada gigantesca de educar a mocidade de hoje para termos homens melhores amanhã, (...) para que a sociedade não deforme e o Estado não desampare e não desorganize.²⁰¹

Notadamente as *grandes tendências da nova geração* eram consideradas motivos de preocupação – dos pais, das autoridades, dos professores, da imprensa e da igreja. O número de informações oferecido pelas novas tecnologias de informação e comunicação passou a ser encarado também como um problema, pois poderia causar *transtorno psicológico* aos jovens. Outros conhecimentos eram também transmitidos pelo rádio, televisão, cinema, jornal, disputando ideologicamente com o conhecimento transmitido na escola e destoando do encaminhamento por ela elaborado. Neste momento, principalmente entre as elites essa preocupação é maior, pois seu acesso à informação também é mais amplo; assim, alguns jovens identificados como “playboys”, “beats” e “transviados” tornar-se-ão motivo de preocupação para os destinos do progresso na região:

Grandes tendências da nova geração: em nossos dias, os jovens são postos em contato com o cinema, rádio, televisão, jornal, revistas, viagens, descobertas técnicas. Por que ficará “emparedado o mocinho” que se vê no cinema aventuras, esportes, notícias? Grande é o transtorno psicológico que se sente no interior, quando todo o conhecimento é transmitido pelo rádio, cinema, jornal? (...) Consequencias desse transtorno: temos os “plai-boys” que poderíamos definir sem medo de errar: “jovens de dinheiro e possibilidades humanas, eram crianças prodígio ou mimadas sem nenhum

²⁰¹ N/a. Crise moderna. *A Imprensa*, Caçador, p. 3, 24 jun. 1951.

choque na infância”. Consequência má e fria educação dos pais... Também podem ser resultados de uma fortuna adquirida ilicitamente e as consequências: amor livre, corridas desenfreadas, discos, serão revoltados.²⁰²

Esta “crise moderna”, identificada também como uma “crise moral”, um problema social que teria se espalhado pela sociedade, sobretudo entre os homens públicos, e que também se pulverizava entre os jovens, terminará por constituir-se como um problema para a “Nacionalidade Brasileira”:

O Brasil vive minado pela politicagem. As melhores energias de nossos homens públicos são sacrificadas nas áreas do partidário estreito e apaixonado. A linguagem demagógica dos líderes populares envenena o ambiente nacional.

A pior crise é a do caráter. É a crise moral. E essa é, infelizmente, a que flagela a Nacionalidade Brasileira. (...)

Daí o mal profundo que vai minando a estrutura do edifício social, daí as mazelas que tanto nos envergonham. O Brasil necessita, nesta hora mais do que nunca, de homens íntegros, de sã moral; homens de ação, homens que não se vendam, que não se deixem corromper, que ponham os altos interesses da Pátria, da Sociedade e da Família acima de seus mesquinhos interesses particulares.²⁰³

Assim, os interesses da pátria e da Nacionalidade Brasileira dependem de uma conduta moralizada dentro de uma outra ética política. Isso não representa algum tipo de evolução e de moralização política, mas uma mudança de valores que precisava ser transmitida, sobretudo, à juventude. Os “bons exemplos” deveriam ser seguidos pelos jovens para a superação de tal crise. Neste sentido, apelava-se constantemente para que os jovens “vissem nas autoridades e

²⁰² WESCHENFELDER, Pe. Natalício. Juventude de hoje. *Oeste em Marcha*, Itapiranga, p. 2, 29 maio 1965.

²⁰³ OLIVEIRA, M. Inácio. Crise brasileira. *O Imparcial*, Chapecó, p. 4, 27 jun. 1954.

nos homens que detinham o poder o espelho de suas vidas”, no intuito de garantir a formação moral e a maturidade dos jovens:

E os homens que retém o poder e autoridades em qualquer setor serão os mestres desta grande escola social e por isto mesmo, os responsáveis por esta formação moral, pois que, são os espelhos da vida pública e também privada, espelhos onde a juventude procura mirar-se cotidianamente.

A personalidade nobre de um povo não é conseguida com promulgação de leis e regulamentos volumosos e sim com o exemplo de cada uma de suas autoridades, desde a família até a mais alta patente.

Enquanto a autoridade não for respeitada conscientemente pelo seu exemplo de real superioridade moral, não conseguiremos nossa maturidade.²⁰⁴

A frequência com que se apelava para um “despertar” da juventude, para que o jovem tomasse consciência da dimensão da responsabilidade que lhe estava sendo confiada com relação ao progresso, revela a preocupação das elites locais com os destinos que a juventude poderia seguir ou que alguns jovens estavam seguindo. O anunciado e perseguido progresso da região parecia estar comprometido, caso a juventude não colaborasse nessa empreitada. Por isso, pronunciava-se que:

Jovem é aquele que propõe saber mais, fazer mais para ser mais. Saber, fazer e ser, para o nosso Oeste. (...) Toda essa força adormecida no Oeste, tem de explodir. Lançar o Oeste para o progresso deve ser nossa preocupação.²⁰⁵

²⁰⁴ N/a. N/t. *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 4-5, 27 jul. 1966.

²⁰⁵ N/a. A juventude do jovem oeste. *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 5, 24 ago. 1968.

A esta crescente visibilidade de uma conduta juvenil enquanto problema social somar-se-ia o crescimento da preocupação com as relações familiares. As desavenças entre pais e filhos e entre maridos e esposas, além de consideradas como conseqüências da modernidade, da ampliação dos meios de informação e comunicação, serão também atribuídas ao descaso com “a vida espiritual”. Denunciava-se a falta de amor, de bom senso e o desprestígio das práticas cristãs principalmente entre os mais jovens, fato que era atribuído ao “mundo moderno” desestabilizado pelas guerras e deslumbrado com a tecnologia e a amplitude de oportunidades e de diversões. “Mundo moderno” em que *os homens não se entendem* e que *já perderam o gosto e o rumo do céu onde os pais não cuidam dos filhos e os filhos não obedecem mais os pais* e que *se conhece demais a estrada larga dos vícios e paixões*.²⁰⁶

A autoridade paterna, antes tão sólida, estável e inquestionável, neste momento parece estar enfraquecida e cada vez mais ausente. O discurso do progresso lamenta a *débâcle* da organização verticalizada da família que tem o pai como autoridade máxima e guia dos seus membros. Algumas atitudes identificadas como pertencentes à chamada “juventude transviada”, bem como a derrocada dos valores cristãos entre parte dos jovens, são vistas como decorrentes do enfraquecimento da autoridade paterna que, por sua vez, seria fruto da paulatina horizontalização da família e dos costumes.²⁰⁷ Esse discurso vê na hierarquia familiar a sustentabilidade dos valores morais e cristãos e do controle da juventude, sendo que a democracia das relações familiares é percebida como prejudicial à autoridade paterna, que

²⁰⁶ Ver, por exemplo: FELIPI, Salim A. *Falta de amor*. O Imparcial, Chapecó, p. 1, 26 abr. 1959; SERRANO, Paulo. *Bom senso e juízo é o que falta*. O Imparcial, Chapecó, p. 2, 26 abr. 1959; N/a. A família. *Itapiranga Em Marcha*, Itapiranga, p. 4, 30 out. 1951.

²⁰⁷ Durval Albuquerque Júnior observa, com propriedade, como no Nordeste brasileiro dos anos 20 aos anos 40 do século XX a ameaça aos poderes do pai e uma série de mudanças que comprometem a hierarquia familiar são vistas como horizontalização e feminização dos costumes. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Na horizontal: as mudanças sociais vistas como feminização dos costumes. In: *Nordestino: uma invenção do falo* – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 31-85.

ocupava o topo da organização verticalizada da família e procurava definir os destinos da juventude:

Li há tempos, não me recordo onde, que na maioria dos países europeus não há a famigerada “Juventude Transviada” que tantos e tamanhos desgostos, têm dado em toda América, onde se constitui verdadeiro flagelo.

Chamava atenção, então o articulista para as razões da não existência desta mocidade corrompida e desajustada no seio da sociedade e das comunidades em que vive.

– É que, na Europa, o pai ainda é respeitado como a autoridade máxima dentro da família, e, como tal está apto a decidir, punir ou premiar qualquer ação de qualquer membro desta família.

Infelizmente, na sociedade americana, esta autoridade paterna está bastante desacreditada.

Qual a razão? Não sabemos.

A verdade é que o “orgulho do pai” aqui na América é bastante diferente daquele da Europa. No casamento numa prole, o pai é considerado o chefe da família. Mas, se o pai, considerado o chefe da família, de uma família que é a célula mãe de toda uma raça e de uma nacionalidade, não tiver autoridade bastante dentro das suas atribuições, como poderão os membros deste núcleo básico terem uma responsabilidade e uma linha de conduta dos preceitos mais firmes e sadios da moral cristã?

E continua:

É assim que nos encontramos diante da Juventude Transviada.

De uma juventude que não encontra razão de viver uma existência que se dedica, não completamente, mas pelo menos um pouco às coisas espirituais da vida. De uma juventude que, não vendo exemplo de austeridade e comando nos seus maiores, não encontra motivo para deixar de atirar-se aos desmandos e insensatez que lhe são tão comuns.

Talvez os pais pensem que, dirigindo democraticamente sua família, obterão um clima de maior felicidade e harmonia.

Estão enganados. A democracia pode ser uma ótima forma de governo, mas jamais poderá ser aplicada a família e a privativez de um lar.²⁰⁸

²⁰⁸ Claudio. *A Voz da Fronteira*, São Miguel, n/p., 4 out. 1959.

No Oeste Catarinense neste período, apesar de o número de habitantes da área urbana não ultrapassar o contingente fixado na área rural, o crescimento demográfico urbano entre 1950 e 1960 é de quase 300%, contra pouco mais de 150% da população rural, revelando assim o crescimento acentuado da urbanização.²⁰⁹ O progresso dependia também do interesse de investidores de outras localidades que se interessassem pela Região Oeste, tanto nas suas potencialidades agrícolas quanto no desenvolvimento comercial e industrial das cidades e na própria organização e estrutura destas, daí porque se tentava a todo custo, em Chapecó, passar uma imagem de cidade limpa e organizada. Contudo, uma cidade como Chapecó, que nos anos 60 contava com cinema, pista de aterrissagem, hospital, filial do Banco do Brasil, quartel da Polícia Militar, Escola Normal, Escola Técnica de Comércio e Diocese, lamentava um *quadro doloroso* de desemprego e uma imagem da cidade prejudicada pela existência de mendigos e engraxates como “cartão de visitas”. Justamente no momento em que se buscava introjetar, particularmente nos jovens, a ética do trabalho, uma parte dos homens e da juventude parecia estar na contramão desse discurso. O desemprego, fenômeno recente na época, era pronunciado como agravante desta situação e parecia engrossar o contingente de “mendigos”, “beats” ou “desocupados por excelência”:

O visitante que chega não deixará de enxergar o quadro doloroso da existência de perto de vinte mendigos e o dôbro de engraxates a perambular pela cidade.

Não seria somente este o problema social de Chapecó, pois a este somam-se os vadios, os “beats” da cidade, que sem emprego, ou desocupados por

²⁰⁹ Sobre o crescimento urbano da “Zona Oeste” e a relação das entidades e empresas criadas em Chapecó a partir de 1950, ver: HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965*. Chapecó, Argos, 2000, p. 139-40.

excelência, infestam as mesas de “snookers” em plena segunda feira, terça, quarta etc.

(...) Há mais mendigos na rua do que pessoas válidas.

Para com os vadios, nossa responsabilidade é maior: falta-lhes emprego e desejam trabalhar.

Precisa industrializar, criar mercados de mão de obra.²¹⁰

Não era preocupação das elites somente o fato de existirem jovens desocupados, mas também em que tipo de atividade esses jovens se ocupavam. O discurso da imprensa e da elite local estava pronto, tanto para ovacionar qualquer iniciativa que contribuísse na busca do progresso e distinção da região ou que garantisse a manutenção dos valores por ele impostos, quanto para desqualificar e rechaçar qualquer ação, postura ou atitude que não estivesse de acordo com os objetivos desse discurso. Portanto, não só o discurso e os códigos morais e de conduta produzem a juventude do Oeste Catarinense, mas a maneira pela qual os jovens se relacionavam com esses códigos, suas formas de subjetivação e suas formas de organização também contribuem para a sua produção e autoprodução.²¹¹

Diversidade, subjetividade e resistência

A Sociedade “Dez de Ouro”, ou “10 de ouro” foi fundada em 9 de Abril de 1950 por um grupo de dez jovens de Chapecó, todos solteiros, com a finalidade de “promover

²¹⁰ N/a. Mendicância é cartão de visita da cidade. *Folha d'Oeste*, Chapecó, p. 3, 15 jul. 1967.

²¹¹ Segundo Michel Foucault, “não existe ação moral particular que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem conduta moral que não implique a constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’, sem uma ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apóiem”. (FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2*. O uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 28-9.)

‘excursões’, em caráter Desportivo, Cívico e Recreativo” e organizar os “animados bailes” sob a cadência das bandas de *Jazz* da região, como o *Jazz Guarani* e o *City Jazz*. Uma das características da “sociedade” era a distinção em relação ao restante da população e a seleção rigorosa para a participação na “sociedade” e nos bailes por ela promovidos.²¹² A “Sociedade 10 de Ouro” sempre reforçava nos convites em notas nos jornais locais que seria vedada a entrada de “pessoas estranhas ao quadro social”, que o artigo 27º item 1º do estatuto sobre a distribuição dos convites seria levado em rigorosa observação, além de, normalmente, estipular os trajes adequados como ternos, preto, azul marinho ou branco com gravata borboleta para os homens, e trajes “a rigor” para as senhoras e senhoritas, sendo que “somente as pessoas devidamente trajadas” poderiam tomar parte nas danças.²¹³

Para o grande baile á CAIPIRA, a realizar-se em a noite de 23 do corrente, a Diretoria chama a atenção de seus associados para o seguinte:

- 1.º É vedada a entrada as pessoas estranhas ao quadro social.
- 2.º O sócio que desejar levar pessoas de suas famílias, “não sócio”, deverá consultar a Diretoria, com antecedência de 24 horas.
- 3.º Convites ESPECIAIS, só serão fornecidos com antecedência de 24 horas.
- 4.º Reservas de mesas, na livraria Cometa, com o senhor Heitor Pasqualotto, ao preço fixo de Cr\$ 2,00 (Dois Cruzeiros).²¹⁴

²¹² RESCHKE, Paulo. *Sociedade Dez de Ouro*. A Voz de Chapecó, Chapecó, n/p., 24 jun. 1950. Esta matéria, que registra na imprensa a fundação da dita sociedade, apresenta os objetivos mencionados acima e a composição da diretoria: Presidente: Túlio Feuerschuette; Vice-Presidente: José B. Néssi; 1.º secretário: Paulo Reschke; 2.º Secretário: Edy R. Aiolfi; 1.º Tesoureiro: Ariovaldo Bós; 2.º Tesoureiro: Alcides Sperandio; Orador: Odilon Serrano; Procurador Geral: Heitor Pasqualotto; Diretor de Excursão: Ary A. Palma; Diretor Sem Pasta: Hildebrando Lemes. Logo após o registro, a redação do jornal *A voz de Chapecó* acrescenta uma nota apoiando e fazendo “sinceros votos” pela vida longa e prosperidade da sociedade.

²¹³ N/a. *Sociedade 10 de Ouro*. Chapecó, A Voz de Chapecó, 16/09/51, p. 01.

²¹⁴ DIRETORIA, *Sociedade 10 de Ouro*. Chapecó, A Voz de Chapecó, 17/06/51, p. 01.

Fundado no mesmo ano, o “Grêmio Rosas do Sul” – uma agremiação feminina ou “sociedade” composta somente por mulheres casadas, esposas de dentistas, médicos, advogados, vereadores, funcionários públicos, comerciantes, entre outros – apesar de não ser uma iniciativa “juvenil”, insere-se no mesmo contexto do “10 de Ouro” e, de certa forma, “integra-se” com este. Tendo como uma das principais idealizadoras a Senhora Elza Bertaso, esposa do Coronel Ernesto Bertaso, o Grêmio Rosas do Sul apresentava-se à sociedade como uma “associação recreativa, artística e instrutiva feminina”. Tinha como objetivo promover festas, bailes, chás e atividades de assistência a famílias carentes, como campanhas do agasalho e confecção de roupas para gestantes, entre outras. Igualmente pautado na distinção, o Grêmio também selecionava rigorosamente as novas associadas através de convites e caracterizava-se pelos “chiques” e “pomposos” vestidos usados nas festas e bailes.²¹⁵

Para os bailes, normalmente as sócias da agremiação distribuíam convites a outras associações como os moços do “10 de Ouro” que, inclusive, tinham assídua participação, e também para moças jovens e solteiras – as quais não podiam ser sócias – a fim de promover “encontros” entre esses jovens que, mais tarde, acabavam contraindo casamento, desenhando, assim, com traços mais marcantes, a elite local:

Continuam com vivo entusiasmo os preparativos para o grande baile que o “G.R.S.” programou para o dia 12 de julho próximo.

As senhoras e senhoritas que o integram no desejo de vê-lo vitorioso se encontram em grande atividade prevendo-se por isto, a maior afluência das famílias chapecoenses a essa noite elegante.

Foram já efetuados os convites as exmas. famílias residentes nos distritos próximos para que todos possam tomar parte nessa alegre soirée.

²¹⁵ N/a. Grêmio Rosas do Sul. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, n/p., 21 maio 1950; Ver também: PLAUT, Neusa. *Grêmio Feminino Rosas do Sul: uma agremiação social no cotidiano da cidade de Chapecó*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso – Unochapecó, Chapecó, 2003, p. 22-35.

O “Baile da Pelúcia” marcará época por certo, nas festas de nossa vida social e firmará o magnífico e justo conceito em que é tida a aristocrática Sociedade “Rosas do Sul” que reúne a fina flor de nossa sociedade.

Quando falamos de elites no Oeste Catarinense, obviamente não estamos falando de uma classe homogênea e de fácil definição. Tampouco temos a pretensão de enquadrar determinados grupos a um conceito de elite, não obstante alguns autores oferecerem interessantes conceituações.²¹⁶ Os cientistas sociais já demonstraram os inúmeros problemas práticos e conceptuais quando se tenta definir uma elite. Segundo Joseph Love, “as ciladas parecem maiores quando se tenta determinar as elites em sociedades ‘modernas’ e politicamente pluralistas do que quando se tenta defini-las em culturas ‘tradicionais’ e mais altamente estratificadas”.²¹⁷ Teríamos, sem dúvida, mais facilidade em definir as elites na região nos anos 20 e 30, em função da sociedade local encontrar-se mais estratificada, sobretudo, se pensarmos em elite política. Neste sentido, o pluripartidarismo dos anos 40, o gradativo crescimento dos espaços onde essas elites se reconhecem e se produzem e a fluidez de quem integra ou não os “quadros sociais” dificultam a sua definição. Por exemplo, a partir do final dos anos 30 e durante as décadas de 40 e 50, os casais que viviam juntos e não tinham sua união “oficializada” pela Igreja ou pelo aparato jurídico, “casar-se pelo civil”, se descobertos, poderiam ser barrados na porta de um baile ou eram proibidos de se associarem a

²¹⁶ ~~ABBAGNANO, 1998~~ em seu dicionário de filosofia diz que “A teoria das Elites ou classe eleita foi elaborada por Vilfredo Pareto em *Trattato di sociologia generale* (1916), e consiste na tese de que é uma pequena minoria de pessoas que conta em qualquer ramo ou campo de atividade e que, mesmo em política, é essa minoria que decide sobre os problemas do governo. Pareto entendia por Elite o conjunto ‘daqueles que tem os padrões mais elevados em seu ramo de atividade’. (*Trattato*, § 2031) e chamava de ‘classe governante eleita’ aqueles que, direta ou indiretamente, têm participação importante no governo. Fala também de ‘circulação da classe eleita’ (*ibid.*, § 2042) para indicar o fenômeno da passagem de grupos humanos da classe eleita para a classe não eleita e vice-versa. O próprio Pareto indicava como fonte dessa teoria a tese de doutoramento de M. KOLABINSKA, *La circulation des elites en France*, Lausanne, 1912.”. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 309.

²¹⁷ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. XIII.

clubes como o “10 de Ouro” ou o Clube Esportivo Chapecoense – mais tarde Clube Recreativo Chapecoense.²¹⁸ Outro exemplo era o fato de alguns empresários, mesmo analfabetos, integrarem as elites locais, além de adversários políticos freqüentarem os mesmos clubes.

Neste sentido, quando falamos em elite ou elites no Oeste Catarinense, de fato estamos falando em estratificações e em distinções que levam em consideração aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, mas não se trata de critérios rígidos. Talvez o aspecto econômico, ou seja, ter posses e poder econômico, seja o critério mais aparente numa tentativa de definição dessas elites. É importante destacar que justamente quando um significativo número de profissionais liberais, advogados, técnicos contábeis, empresários industriais, médicos e outras pessoas letradas começava a participar ativamente na construção do progresso da região e a integrar os quadros políticos e sociais locais, sem excluírem antigos integrantes, é que as elites do Oeste Catarinense parecem, de forma mais aparente, ser constituídas enquanto tais. O momento em que são criados os espaços em que estas pessoas se identificam, bem como as regras de conduta, de reconhecimento, de inclusão e exclusão são criadas é o momento em que essas elites se constituem. Portanto, no momento em que as elites do Oeste Catarinense estão se produzindo e sendo produzidas, os jovens também o estão. É bom lembrar que a legitimação dos grupos mais abastados passa por estratégias de renovação geracional dos seus quadros, o que parece implicar ações e investimentos sobre a juventude.

No Brasil, os anos 60 marcam o surgimento dos Grêmios Estudantis. Em Chapecó, o Grêmio Estudantil Chapecoense (G. E. C.), organizado pelos estudantes secundaristas e apoiado por professores do Ginásio São Francisco, também surge nesta mesma época. O G. E.

²¹⁸ SERRANO, Odilon. Chapecó. Entrevista concedida ao autor em 16 set. 2003.

C. recebeu significativo incentivo financeiro para a construção de sua sede, que foi inaugurada em 1966. Gabriel Dezen, professor orientador do G. E. C., em artigo ao jornal “Folha d’Oeste”, agradecia aos empresários locais a ajuda financeira para a construção da sede do Grêmio que, segundo ele, foi possível “graças a compreensão e o apoio de nobres cidadãos como o Dr. Serafim E. Bertaso e o Sr. Plínio A. De Nes e outros que, entendendo a utilidade da obra, nos ajudaram com o seu apoio financeiro”. Pois, “sabem eles que é necessário preparar os jovens que os possam substituir no amanhã e por isto nos incentivam e ajudam na modernização do ensino”.²¹⁹ Mas não foram somente incentivos financeiros, pois Euclides Badin – presidente do G. E. C. no final dos anos 60 – com o apoio de políticos locais chegou a se candidatar a vereador, não se elegendo, mas obtendo a expressiva votação de 333 votos, sendo que 500 votos, aproximadamente, eram necessários para assumir a cadeira no legislativo municipal.²²⁰

Outras formas de estímulo às “iniciativas juvenis” aconteceram entre os anos 50 e 60, dentre as quais vale ressaltar a eleição das pessoas que se destacaram entre a elite local no ano do cinquentenário do município de Chapecó em 1967, realizada pela imprensa de Chapecó. Chama-nos a atenção a ênfase que é dada à juventude com a eleição do estudante Rony Luiz Marca como “moço do ano” e a eleição do vice-prefeito Ferdinando Damo como destaque pela sua “força jovem”. Na entrevista concedida ao jornal “Folha D’Oeste” pelo eleito Rony Luiz Marca – “jovem estudante de rara inteligência que se destacou em todo o curso de Escola Técnica de Comercio” – é visível o discurso da elite local presente na fala de Rony:

²¹⁹ DEZEN, G. Palco juvenil. *Folha D’Oeste*, Chapecó, p. 3, 12 out. 1966.

²²⁰ BADIN, E. Entrevista concedida a Fernando Vojniak em 7 jul. 2003.

Creio que se deve pensar um pouco mais nos jovens. Creio que não basta dar-lhes comida, casa, escola, diversão. Creio que deve ser o momento de dar-lhes uma educação integral que não seja feita apenas de livros. Os clubes de ciências de artes, de esportes, são caminhos que levam a formação da personalidade dos jovens.

Não se pode culpar os jovens pura e simplesmente porque são moços. Devemos nos lembrar que se não dermos rumos para os jovens eles próprios encontrarão para onde se encaminhar, ainda que não seja para o melhor caminho.²²¹



O “moço do ano” Rony Luiz Marca e sua entrevista ao jornal *Folha D'Oeste* em 1967. *Folha D'Oeste*, Chapecó, p. 2, 25 dez. 1967. Crédito: CEOM – Arquivo de Jornais

²²¹ N/a. O moço do ano – Rony Luiz Marca. *Folha D'Oeste*, Chapecó, p. 2, 25 dez. 1967.



O vice-prefeito Ferdinando Damo destaque em 1967. N/a. Vencedores das eleições do dia 30 de novembro. *Folha D'Oeste*, Chapecó, p. 1, 6 dez. 1969.
Crédito: CEOM – Arquivo de Jornais

Com efeito, somos levados a refletir sobre a grande incidência de enunciados, em parte já citados anteriormente, que apresentam uma parte da juventude local e suas atitudes como uma metáfora para entrave do progresso. Aqueles outros moços, que certamente não seriam indicados para a eleição do “moço do ano”, que “transviavam” certos padrões estéticos e comportamentais instituídos pela emergente elite do Oeste Catarinense, acabavam sendo referência negativa na imprensa e em outros espaços.

A década de 60 representa, pelo menos entre os jovens, um período ainda mais intenso de mudanças de costumes, sensibilidades e comportamentos do que aquelas que vinham acontecendo desde os anos 40. O Jazz aos poucos deu lugar à música gaúcha e ao “Rock and Roll”, ao passo que o “minueto” e o “charleston” foram, aos poucos, sendo substituídos pelas danças gaúchas e pelo “twist”. A música gaúcha e os bailes gaúchos – que hoje são muito comuns na região – foram incorporados à cultura local na década de 60. É bem verdade que boa parte da população do Oeste Catarinense era constituída por pessoas vindas do Rio Grande do Sul, mas somente com a introdução das primeiras emissoras de radiodifusão da região, como a Rádio Sociedade Oeste Catarinense – Rádio Chapecó – institucionalizada em 1948 em Chapecó, é que as “músicas gauchescas” passaram a ser tocadas em programas como o “Galpão da Querência” durante a década de 50, introduzindo paulatinamente o “repertório” gaúcho no cotidiano da população.²²² Mas somente durante os anos 60, quando alguns jovens que formaram “grupos de danças gaúchas” – utilizando livros de “divulgadores” da cultura gaúcha para ensaiar os passos das danças – convidaram grupos de Centros de Tradições Gaúchas (CTG’s) do Rio Grande do Sul para fazerem apresentações em Chapecó, é que essas

²²² Cf: ROSA, Janice J. *Fazendo história com a voz*. 2000. Monografia de Especialização – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000, p. 20 e 33.

novas práticas serão popularizadas na região. Assim, os primeiros CTG's – Centros de Tradições Gaúchas – de Chapecó surgiram somente na década de 60.²²³

É neste período, mas principalmente no final dos anos 60, que o *Rock and Roll*, principalmente através do ritmo dos Beatles e da Jovem Guarda, tornar-se-á popular entre a juventude local. O Grupo Musical “The Jets”, formado por Romeu Roque Hartmann, Arlindo Sander, Luis Salvadorite e Rogério Winck, que já vinha tocando músicas gaúchas em suas apresentações, no final dos anos 60 começa a introduzir a guitarra elétrica e o órgão elétrico em sua banda, bem como as músicas de Roberto Carlos e Renato e seus Blue Caps. “The Jets”, juntamente com “Os Bananas” liderados por Paulo Fransmann e “Os Elétrons” da cidade de Xaxim, contribuíam assim para a difusão de novos ritmos e novos costumes na região.²²⁴

²²³ BADIN, Euclides. Entrevista concedida ao autor em 10 jun. e 7 jul. 2003.

²²⁴ FRANSMANN, Paulo. Chapecó. Entrevista concedida ao autor em 03 dez. 2002. A respeito dos “The Jets”, ver: ROSA, op. cit., p. 35.



Acima à esquerda, jovens em Chapecó por volta de 1967. Acima à direita, Paulo Fransmann, integrante da banda “Os Bananas” de “botinha sem meia”.

Crédito: Paulo Fransmann, coleção particular.



A fotografia do centro se destaca por trazer alguns símbolos do *Rock and Roll* como o LP “Help” dos Beatles e um violão.

Crédito: Paulo Fransmann, coleção pessoal.

Todo esse conjunto de mudanças, em maior escala entre os jovens na década de 60, causou preocupação àqueles que pregavam o discurso do progresso. O polimorfismo estético e comportamental da juventude do Oeste Catarinense proporcionou um impacto significativo nos “códigos morais” e de conduta que se esperava de uma juventude engajada no progresso local. O uso do “jeans”, o corte de cabelo – mais curto entre algumas moças e mais longo entre alguns rapazes – o ato de mascar chiclete, o consumo de cigarros, entre outros, tornaram-se, pois, a resposta mais visível até então às imposições do discurso do progresso:

As longas cabeleiras do passado inspiravam amor e poesia. Os parnasianos abusavam do assunto, cantavam a beleza dos cabelos “louros como trigaís e as moedas antigas”. Uns, mais dados às morenas, porém, igualmente líricos, faziam versos para as cabeleiras longas e negras das amadas. Depois, os homens foram ficando menos românticos e menos poetas e as mulheres foram cortando cada vez mais os seus cabelos ao ponto de deixarem suas cabeleiras reduzidas a poucos centímetros de comprimento. Os tempos mudam. Agora são os homens. Homens? Sei lá se são homens os usuários de cabelos longos. No registro de nascimento consta serem do sexo masculino. Na cabeleira, nos gestos, nas vestes, mais se parecem com mulheres; e mulheres muito relaxadas, que não lavam suas cabeleiras, usam muito pouco pente e desconhecem o uso de perfumes. A juventude que por ignorância total do problema da delinquência juvenil nos países desenvolvidos, acompanha a moda dos cabelos longos, para mim, não passa de inconsciente, repetente de costumes característicos de uma raça decadente cheia de problemas e complexos.

E continua:

Não venham os jovens oestinos com a conversa de que vivem os mesmos problemas da juventude européia. Se isso ocorrer, está faltando vergonha, estarão mentindo. São nada menos de que papagaios ou macacos que repetem os gestos alheios.

Parece ser covardia de uma geração que não tem a fibra necessária para romper as barreiras do futuro para oferecer ajuda aos, também jovens, de outros países. Ajuda moral para que se desliguem dos complexos originários dos conflitos mundiais e levantem a cabeça. Repetindo os gestos que são

condenados em todos os cantos da terra, os jovens brasileiros estão aceitando a vadiagem, o alcoolismo, os vícios, a imoralidade, a falta de vontade, a transviagem e a marginalização daqueles que são os pioneiros das cabeleiras. Os cabeludos europeus não são nada menos do que isso.

E, porque o jovem brasileiro acompanha isso? Não tem motivos. Não vive os mesmos problemas. Talvez em certas regiões nacionais exista o problema da falta de emprego e a subalimentação. Mas, no Oeste Catarinense não há lugar para isso. E o cabeludo que desejar colocação de trabalho, corte seu cabelo e se apresente no comércio e na indústria e verá que existe vaga. Mas, enquanto seus cabelos “líricos”, sujos, mal penteados, fedorentos continuarem a tirar-lhes os aspectos masculinos num verdadeiro *contra-senso sexual*, ninguém, homem nenhum de comércio ou de indústria, ousará abrir-lhe vaga em emprego algum. O motivo é fútil. O homem do comércio e indústria, lendo sobre a Europa, sabe que o cabeludo Europeu é vagabundo, bêbado, transviado, viciado em drogas, marginal e vê nos cabeludos nacionais que não são nada disso, mas são autômatos que repetem aqueles gestos imundos dos jovens europeus, não quer nem conversa com cabeludo.

Aí está o porquê das coisas. Perdoem-nos os cabeludos chapecoenses e oestinos, mas nosso pensamento é irredutível e a idéia pertence a milhares de homens de verdade na região, repudiando os costumes de além mar, que em absoluto, servem para a boa gente brasileira.²²⁵

Esse discurso, ao mesmo tempo em que demonstra a preocupação do articulista com o comportamento estético e corporal que assumem alguns jovens da região Oeste, tenta reforçar as potencialidades de uma região que “não enfrenta o problema da falta de emprego e da subalimentação”. Claro está, neste discurso, que o principal lugar em que se localiza a dualidade masculino/feminino é o corpo. Neste caso, não necessariamente em sua realidade biológica, mas, sobretudo, em sua apresentação estética. Esse *contra-senso sexual*, visto pelo articulista na realidade estética (cabelos e vestes) e de postura/atitude (gestos) do corpo, conduz-nos a refletir, mais uma vez, que essa classificação dual é a condição naturalizada para a constituição das identidades masculina e feminina.

A opção entre alguns rapazes de fazerem usos de cabelos compridos, roupas não convencionais, enfim de assumirem posturas diferentes daquela conduta moralizada e daqueles

²²⁵ N/a. Cabeleiras, covardia e pensamentos. *Folha D'Oeste*, Chapecó, n/p., 20 jan. 1968.

valores difundidos pelos discursos da imprensa, das autoridades e das instituições, como o Colégio São Francisco, mostra as diversas formas de relação desses jovens com a moral e os valores então definidos. Paulo Fransmann, líder da banda “Os Bananas” e aluno da Escola Técnica de Comércio do Colégio São Francisco, diz que sua opção pelo uso de cabelos longos e de roupas “ousadas” e coloridas e o fato de reunir-se, à noite, com amigos para se divertir e “paquerar” nas avenidas centrais de Chapecó no final dos anos 60 foram considerados, pela polícia local, motivo para sua detenção. A direção do Colégio São Francisco chegou a pedir para que Paulo não continuasse estudando no respectivo estabelecimento por não considerá-lo ajustado às normas da escola. Paulo Fransmann só concluiu os estudos no Colégio porque suas atitudes e sua postura foram autorizadas com a “justificativa” de que era músico e possuía documento (Carteira de Músico) que o identificava como tal.²²⁶

Finalmente, é possível constatar que o conjunto de investimentos na juventude do Oeste Catarinense tenta constituir uma imagem de um jovem engajado com o progresso da região. Esta imagem, de forma mais ou menos implícita, era a imagem de um jovem do gênero masculino: um moço moderado, íntegro, de sã moral, que cultivava seu espírito e adestrava seus músculos; um moço de ação que zelava pela pátria e pelo futuro do país. No entanto, é possível perceber no próprio discurso da imprensa, mas também na trajetória desses jovens, que há diversas reações a esse conjunto de investimentos. Essas “microrresistências” e táticas empregadas por alguns moços diversificaram o ser masculino ou a maneira de praticar este gênero também no Oeste Catarinense.

²²⁶ O entrevistado conta que foi preso mais de uma vez pela polícia de Chapecó sem uma causa mais aparente que não fosse o seu “modo de se vestir” e o seu “corte de cabelo”. Seu pai era chamado na delegacia para prestar esclarecimentos e retirá-lo do local – atitude ousada para a época. FRANSMANN, Paulo. Entrevista concedida ao autor em 3 de out. 2002.



Apresentação da banda “Os Bananas” em 1969. Roupas coloridas e *Rock and Roll*.
Crédito: Paulo Fransmann, coleção pessoal.



Com a “longa cabeleira”, Paulo Fransmann se formou no Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Marista São Francisco em 1972.
Crédito: Paulo Fransmann, coleção pessoal.



“Os Elétrons” com Paulo Fransmann nos vocais em um festival de música em Chapecó no ano de 1971.

Crédito: Paulo Fransmann, coleção pessoal.

Considerações Finais

Desanuviar os horizontes...

Eis as considerações da “Folha d’Oeste” a respeito da região Oeste Catarinense e de alguns homens ligados ao poder público em fins da década de 1960:

O Oeste vive dias de perspectivas promissoras. A confiança na ação governamental foi adquirida. O clima de insatisfação e descrença no Poder Público já não tem ambiente. A Secretaria do Oeste, pela visão do Governador Ivo Silveira e pela segurança do rumo imprimido pelo Engº. Serafim Bertaso, se encarregou de desanuviar os horizontes carregados de ressentimento contra o Governo do Estado. (...)

Sua Exa. desde os primeiros passos de tão importante autarquia tem mantido ao seu lado, uma plêiade de homens jovens, capazes e dedicados que num assessoramento sadio fazem com o titular a redenção desta parte de Santa Catarina.²²⁷

A palavra *redenção* parece não ser empregada com imparcialidade. Ela parece carregar a imagem da região e de sua população na primeira metade do século XX, que se constituiu nas décadas de 1950 e 1960. Ou seja, o discurso que definia a região antes da década de 1950 e até mesmo retornando ao século XIX, a descrevia como um lugar “não civilizado”, carente da presença do poder público, *sem lei*, ou melhor, um lugar em que *a lei era o trabuco*, ou ainda, em que a lei era definida ou seguida a partir das vontades dos coronéis e dos caudilhos. Segundo esse discurso, nesta *terra de ninguém* a *vida de far west* era permeada por relações de compadrio e submetida aos desmandos dos *clãs* que retinham o poder político e econômico da

²²⁷N/a. Uma região que se destaca. *Folha d’Oeste*, Chapecó, p. 4, 1 jun. 1966.

região. O discurso que descreveu estas condições da região e de sua população, ou melhor, de seus homens, é o mesmo que procurou constituir o ideal de civilização do Oeste Catarinense. Assim, a palavra *redenção* parece ser bastante significativa. Redimir o passado ou aquele período de violência e contrabando era implementar a civilização. Era constituir novos homens, diferentes dos caudilhos e coronéis. Aquela imagem que justificava um processo civilizador da região correspondia, nesta perspectiva de redenção, aos horizontes que precisavam ser desanuviados durante os anos 50 e 60.

Assim, a ação de *desanuviar os horizontes* parecia estender-se para além da superação do ressentimento contra o Governo do Estado. Significava também constituir novos modelos de masculinidade. Significava constituir essa nova *plêiade de homens jovens, capazes e dedicados*, através da educação, do esporte, da educação física, dos ideais maristas e de um conjunto de códigos morais e de postura, difundidos através de diferentes formas, sobretudo através da imprensa e da escola.

Esses novos homens, no discurso da necessidade da civilização e do progresso, ou da necessidade de *desanuviar horizontes*, deveriam ser moderados, progressistas, viris, pragmáticos, íntegros e objetivos. Deveriam ser racionais, disciplinados, “modernos”, mas não a ponto de deixarem de ser provedores e autoridade máxima da família ou entregar às mulheres as *grandes decisões, a direção da casa e o governo dos filhos*, embora esta condição parecesse entrar em declínio naquele período.

Nesta empreitada, as elites locais, como principais interessadas na formação desses novos homens, valeram-se dos mais variados investimentos. Buscaram, principalmente, direcionar esses investimentos na juventude, ou melhor, na mocidade local procurando desenvolver, sobretudo entre os moços, o gosto pela prática de esportes e exercícios físicos, o

adestramento e disciplinarização dos corpos, a moderação dos costumes e a educação integral, incluindo a formação intelectual voltada ao conhecimento tecnicista juntamente com o desenvolvimento dos valores espirituais cristãos.

Porém, foi possível perceber, no próprio discurso da imprensa local e nas trajetórias de alguns jovens, que foram múltiplas as formas de se relacionar com esses investimentos. A burla, a resistência, a criatividade e mesmo a influência da moda e dos meios de comunicação multiplicaram a postura e a atitude dos homens e dos moços do Oeste Catarinense. No momento em que a imprensa local anunciava a redenção daquela imagem criada no que concerne à região até os anos 50, ela ainda postulava o seu repúdio a certos costumes que a mocidade reproduzia no cotidiano das cidades da região, revelando que alguns horizontes ainda se encontravam nebulosos.

Nesta pesquisa, não procuramos fazer a história do gênero masculino, mas sim uma interpretação dessas imagens constituídas sobre a região e seus homens, uma história dos investimentos na formação de um modelo de masculinidade num período específico, ou seja, as décadas de 1950 e 1960, que, segundo acreditamos, foi o período que constituiu, de acordo com o que nos propusemos estudar, um momento significativo para o entendimento de nosso objeto, pois nestas duas décadas o discurso do ideal de civilização, do ideal de trabalho e do ideal do progresso parecia mostrar toda a sua força.

Contudo, entendemos que outras interpretações ainda poderão ser feitas, pois este trabalho obviamente não teve a pretensão de constituir-se como verdade absoluta, tampouco de dar conta da totalidade dos problemas concernentes ao gênero masculino no Oeste Catarinense. Acredito que uma investigação sobre a juventude do Oeste Catarinense em específico traria vários elementos que aqui não foram abordados. Também uma história dos

investimentos no gênero feminino neste período contribuiria significativamente para o entendimento das questões relativas às relações de gênero na região. O expressivo número de compositores e grupos musicais que começam a surgir no final dos anos 60 é bastante sugestivo e renderia ótimas análises neste campo. Essas são apenas algumas possibilidades para ampliar a discussão, e esta pesquisa pode ser – e eu gostaria que fosse – apenas o início de um debate.

Fontes

Arquivo do Colégio Marista São Francisco – Chapecó, SC

Anais históricos do Colégio São Francisco. Registros de 1958 a 1991. Chapecó, 1960.

CHRESTANI, Francisco (Irmão); CRESTANI, Alfredo (Irmão). *Fundamentos psicológicos da educação marista, v. 1*. São Paulo: Simar, 1994.

COTTA, Gildo. *Princípios educativos de Marcelino Champagnat*. São Paulo: FTD, 1996.

Documentos capitulares. Atas e documentos do XVIº Capítulo Geral dos Irs. Maristas das Escolas ou Pequenos Irs. de Maria. [S. l.]: [s. n.], 1968.

Estatística de aproveitamento, 1961.

GOETH, Wilson Ernesto. *Fundamentos teológicos da educação marista, v. 2*. São Paulo: Simar, 1995.

Histórico do Colégio Marista São Francisco. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]

Ideário Educativo Marista. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]

Listas de alunos e tabelas de contribuições de 1961 e 1962.

Missão Educativa Marista: um projeto para o nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Simar, 2000.

RODRIGUES, Nadir Bonini (Irmão). *A ação inovadora dos Irmãos Maristas no sul do Brasil: 1900-2000*. Porto Alegre: [s. n.], 2000.

RYAN, Gregory (Irmão). *Um guia para o educador Marista*. São Paulo: FTD, 1989.

Revistas:

Presença Marista, a. 1, n. 02, jun. 1975.

Presença Marista, a. 23, n. 65, 1998.

Nova Aurora, n. 2, dez. 1974.

Biblioteca Central – Universidade Federal de Santa Catarina

D'EÇA, Othon. ...*Aos espanhóis confinantes*. [1929] 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de (Org.). *Álbum comemorativo do Cinquentenário do município de Joaçaba – 25 de agosto de 1919/1967*. Joaçaba: [s. n.], 1967.

SILVA, Zedar Perfeito da (Coord. e Ed.). *Chapecó e Joaçaba*. Florianópolis: [s. n.], 1952.

SILVA, Zedar Perfeito da. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Gráfica Lemmert, 1950.

Biblioteca de Obras Raras – Universidade Federal de Santa Catarina

COSTA, Artur Ferreira da. *Oeste Catarinense*. Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Divisão de Obras Raras:

BOITEUX, José Arthur. *Oeste Catarinense – De Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Conferência realizada no Centro Catharinense e na Sociedade de Geographia (Rio de Janeiro) e no Club XII de Agosto (Florianópolis) em 1929. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão. 1931.

Acervo de Jornais:

A Imprensa. Porto União, 1927, 1928, 1929, 1930.

A Imprensa. Caçador, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1948, 1949, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955.

A Nota. Porto União, 1929, 1930.

A Tribuna. Cruzeiro / Joaçaba, 1940, 1941, 1942, 1943.

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1939, 1940, 1941, 1948, 1949, 1950, 1951.

A Voz do Oeste. Porto União, 1929, 1930.

Folha do Povo. Porto União, 1937, 1938, 1939, 1940, 1942, 1943, 1944.

O Comércio. Porto União, 1932, 1938.

O Tempo. Concórdia, 1951, 1952.

O Xapecó. Xanxerê, 1892.

Terra Livre. Porto União, 1930, 1931.

Tribuna Livre. Herval d'Oeste e Joaçaba, 1954, 1955, 1956, 1959.

Voz do Sertão. Porto União, 1926.

Voz do Oeste. Cruzeiro / Joaçaba, 1938.

Biblioteca Municipal Neiva Costela – Chapecó, SC

Acervo de Jornais:

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1948, 1949, 1950, 1951.

Jornal do Povo. Chapecó, 1951, 1952, 1953.

O Imparcial. Chapecó, 1954, 1955, 1955, 1956, 1959.

Biblioteca Municipal Rui Barbosa – Itapiranga (SC)

Acervo de Jornais:

Oeste em Marcha. Itapiranga, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966.

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM – Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó. Chapecó: [s. n.], 1967.

ANGELI, Heitor Lothieu. *O velho balseiro. A saga dos balseiros do rio Uruguai*. Porto Alegre: EST Edições, 2000.

BELLANI, Eli Maria. Município de Chapecó: legislação e evidências. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, a. 4, ed. especial comemorativa – Chapecó 72 anos, ago. 1989.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia (SC): Fundação Municipal de Cultura, 1992.

Acervo de Jornais:

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1948, 1949, 1950.

O Imparcial. Chapecó, 1950, 1951, 1952.

Folha D'Oeste. Chapecó, 1966, 1967, 1968, 1969.

Revistas:

Boletim Geográfico, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Conselho Nacional de Geografia, a. 2, n. 3, jan. 1948.

Boletim Geográfico, a. 2, n. 4, jul. 1948.

Boletim Geográfico, a. 3, n. 5, jan. 1949.

Boletim Geográfico, a. 3, n. 6, jul. 1949.

Celeiro Catarinense, n. 4, maio-jun. 1970.

Celeiro Catarinense, n. 5, out. 1970.

Celeiro Catarinense, n. 11, mar. 1973.

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Anuario Catarinense, n. 2, [s. l], 1949.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do IHGSC*, Florianópolis, 3. fase, n. 6, 1985.

DEPARTAMENTO Estadual de Geografia e Cartografia. *Dados geográficos*. 4. ed. atual. e amp. Antônio Anselmo Coelho – Cartógrafo. Florianópolis: [s.e], 1965.

DEPARTAMENTO Estadual de Geografia e Cartografia. *Pequeno Atlas de Santa Catarina – 1955*. Orientação Geral do Engenheiro Geógrafo Carlos Cuchele Júnior. Florianópolis: [s. n], Série 2, Publicação 1, 1956.

ENTRES, Godofredo (Org.). *Guia do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1927.

MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste Catarinense. *Revista do IHGSC*, Florianópolis, 3. fase, n. 4, 1982.

PIAZZA, Walter. *Atlas histórico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A identidade catarinense. *Revista do IHGSC*, Florianópolis, 3.^a fase, n. 5, 1984.

Museu Paul Ramminger – Mondaí (SC)

RAMMINGUER, Paul. *1929: A descoberta do Oeste Catarinense*. Mondaí (SC): Prefeitura Municipal de Mondaí, [n. d.]

RAMMINGUER, Paul. *O que aconteceu comigo no dia 6 de novembro de 1942*. Mondaí (SC): Prefeitura Municipal de Mondaí, [n. d.]

RAMMINGUER, Paul. *Questionário sobre as balsas no rio Uruguai na época entre os anos de 1920 a 1972*. Mondaí (SC): Prefeitura Municipal de Mondaí, [n. d.]

Outros

BORDINHÃO, Osvaldo. *Nossa história nossa gente*. In: *AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani)*, v. 1. Chapecó: Gráfica Royal, 1996.

FOLADOR, João David. *História de Galvão*. Galvão (SC): Prefeitura Municipal de Galvão, 1992.

FORTES, Adílio. *A proto-história do município de Chapecó, oeste de Santa Catarina: 1641 a 24-08-1917*. São Paulo: Carthago, 1990.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz*. A História de uma colonização às margens do Rio Uruguai. Mondaí (SC): Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

MORELATTO, Vicente. História do incêndio da igreja de Chapecó e o linchamento dos quatro presos. In: SANTOS, Jovani. *O poeta da chacina*. Chapecó: Grifos, 1999.

OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim conta sua história*. Xaxim (SC): [s. n.]. [s. d.]

PREFEITURA Municipal de Campo Erê. *História de Campo Erê*. Campo Erê (SC): [s. n.], 1991.

SASSI, Guido Wilmar. *São Miguel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1979.

SASSI, Guido Wilmar. *A geração do deserto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

THOMÉ, Nilson. *Colégio Aurora: uma visão histórica*. Caçador: Prefeitura Municipal de Caçador; Incon Edições, 1993.

VIEIRA, João Alfredo Medeiros. *Diário de um agente itinerante*. Rio de Janeiro: Leitura, 1969.

Acervo de jornais:

A Voz da Fronteira. São Miguel d'Oeste, 1959, 1962.

Entrevistas Orais

Entrevistas realizadas pelo autor:

BADIN, Euclides. Chapecó, 10 jun. e 7 jul. 2003.

BASSO, Euclides. Chapecó, 11 jul. 2003.

COSTELA, Oracilio. Chapecó, 19 mar. 2003.

DEZEN, Gabriel. Chapecó, 22 mar. 2003.

FRANSMANN, Paulo. Chapecó, 03 out. 2002.

KOELN, Ilse. Mondaí, 9 jan. 2003.*

RAMMINGER, Ernesto. Mondaí, 10 jan. 2003.²²⁸

SERRANO, Odilon. Chapecó, 16 set. 2003.

(As entrevistas estão disponíveis em cópias impressas no Laboratório de História Oral da UFSC e no Acervo de História Oral do CEOM.)

Demais entrevistas utilizadas:

CANALS, Welcy D'Ávila. Entrevista concedida a Janice da Rosa e Laura Hohn. Chapecó, 10 jun. 1995. Acervo de História Oral – CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.

DE NÊS, Plínio Arlindo. Entrevista concedida a Marilene Marchiori. Chapecó, 25 out. 1986. Acervo de História Oral – CEOM.

Bibliografia Geral

ABBAGANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*; 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

* Agradeço a Ângelo Sganzerla pela contribuição.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Quem é frouxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Projeto História* — Revista do Departamento de História e Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, São Paulo, n. 19, nov. 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo* – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ALMEIDA, Miguel Vale de. “Flores do Colonialismo”. Masculinidades numa perspectiva antropológica. *Cadernos Pagu*, 11, pp. 201-229, 1998.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil*, “Contribuição dos Irmãos Maristas”. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, v. 3, 1999.

BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó 1917-1950*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª ed., 1999.

BOPPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Coração de Jesus na Educação Catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANCHER, Ana. História na literatura, história e literatura. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. 1992. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. V. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARONE, Edgar. *A república velha* (instituições e classes sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003.

COTINI, Miriam A. de Souza Figueira. *Gênero e disciplina numa instituição pública de caráter confessional. Colégio Bom Pastor – Chapecó – SC – 1960 – 1979*. 1997. Monografia de Especialização – Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus Chapecó, 1997.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for Anthropology. The 1988 Stirling Award Essay. *Ethos*, 18, 1990.

CUNHA, Mara Teresa Santos. *Armadilhas da sedução. Os Romances de M. Dely*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DRUMMOND, Washington. *Paisagem dos corpos. Musica – Estilo – Cidade*. 1998. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, v. 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *Projeto História* – Revista do Departamento de História e Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, São Paulo, n. 18, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2*. O uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 1.º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FREITAS BARREIRO, I. M. de. Educação modernizadora, educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GHIRARDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2000.

HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer – Chapecó 1950-1965*. Chapecó: Grifos, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz – A história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. Mondaí (SC): Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. J. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LOPES, Sérgio. *O Território Federal do Iguaçu no contexto da nacionalização de fronteiras e da “marcha para oeste” do governo Vargas*. 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense / UNIOESTE, Niterói, 2002.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MACHADO, Vanderlei. *O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 – 1884)*. 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. V. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAMET, David. *Sobre a direção de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais [1934]. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, v. 2, 1974.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Salim; SOARES, Iaponan (Orgs.). *Guido Wilmar Sassi: literatura e cidadania*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MINDLIN LAFER, Betty (Org.). *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MORGA, Antônio Emílio (Org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1998.

ORDIONI, Natacha. *Les discours masculiniste dans les forums de discussion [on Line]* Disponível na internet via http://sisyphe.org/article.php3?id_article=271 Arquivo capturado em 20 mar. 2003.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias. 1889 – 1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália Fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. V. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.

PLAUT, Neusa. *Grêmio Feminino Rosas do Sul: uma agremiação social no cotidiano da cidade de Chapecó*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso – Unochapecó, Chapecó, 2003.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

RAMOS, Maria Bernardete. *Caliban e Ariel, acerca do anti-herói brasileiro*. O Brasil varonil e a política de raça. Florianópolis: [s.n.], [s. d.] (texto não publicado).

RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. *O conhecimento do território: “A Bandeira Konder”*. Chapecó: [s. n.], [s. d.] (texto não publicado).

RENK, Arlene. *Narrativas do hibridismo regional e da unidade nacional*. Chapecó: [s. n.], [s. d.] (texto não publicado).

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSA, Janice J. *Fazendo história com a voz*. 2000. Monografia de Especialização – Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (Unoesc), Campus Chapecó, 2000.

ROSEMBERG, Flúvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROYGER, Venida. Colonização, memória e experiências em Saudades. *Cadernos dos CEOM*, Chapecó, a. 13, n. 11, 1999.

SASSI, Guido Wilmar. *São Miguel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1979.

SASSI, Guido Wilmar. *A geração do deserto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5 – 22, jul/dez. 1990.

SCOTT, J. “Experiência”. In: SILVA, Alcione L. da, LAGO, Mara C. de Souza e RAMOS, Tânia R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p.p. 21-55.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, pp. 63-95.

SERPA, Élio. *A guerra do contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VIEIRA, Alexandre Sarda. *A educação formal no velho município de Chapecó (1929-1945)*. 2000. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

VIEIRA, Alexandre Sarda. O processo educacional no município de Chapecó: 1930-1945. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 7, 1999.

WERLANG, Alceu. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina: a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, a. 13, n. 11, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe; RECHIA, Karen Christine. Mulheres de Santa Catarina: Vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.